

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO



Conselho de Comunicação Social do DF: Lei Orgânica e dificuldades de implementação

Autor: Paulo Victor da Cruz Chagas
Brasília – Distrito Federal
1º Semestre – 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Conselho de Comunicação Social do DF: Lei Orgânica e dificuldades de implementação

Monografia apresentada na Faculdade de Comunicação
da Universidade de Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social,
com habilitação em Jornalismo

Orientador: Professor Doutor Fernando Oliveira Paulino

Autor: Paulo Victor da Cruz Chagas
Brasília – Distrito Federal
1º Semestre – 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Conselho de Comunicação Social do DF: Lei Orgânica e dificuldades de implementação

Monografia apresentada na Faculdade de Comunicação
da Universidade de Brasília, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social,
com habilitação em Jornalismo

Banca Examinadora:

Professor Doutor Fernando Oliveira Paulino – Orientador
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Elen Gerales – Membro da Banca
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília

Mestra Juliana Soares Mendes – Membro da Banca
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília

Autor: Paulo Victor da Cruz Chagas
Brasília – Distrito Federal
1º Semestre - 2012

RESUMO:

Este trabalho analisa as tentativas de implantação do Conselho de Comunicação Social do DF, desde as primeiras propostas durante a elaboração da Lei Orgânica até as perspectivas atuais. Apesar de previsto por esta Lei, o órgão nunca foi criado. Para a pesquisa, foram utilizados conceitos de regulação das comunicações em experiências internacionais e analisada a história da legislação brasileira, bem como detalhados alguns casos de conselhos regionais de comunicação e do Conselho de Comunicação Social. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo do processo de criação do Conselho de Comunicação Social do DF, tema desta pesquisa, feita por meio de análise documental dos registros de debates ocorridos acerca do tema. A partir disso, foi possível concluir que o ponto de partida do debate sobre a regulamentação do órgão deve ser o seu caráter, a fim de dotar os seus membros de funções deliberativas. Também se viu necessário rever as atuais propostas em debate, já que não esclarecem as atribuições do órgão referentes às políticas distritais de comunicação.

Palavras-chave: Conselho de Comunicação Social do DF, políticas de comunicação, políticas públicas, regulação das comunicações, comunicação na Lei Orgânica do Distrito Federal.

LISTA DE LEGISLAÇÕES

Lei 9.472/1997	24
Lei nº 8.389/1991	29
Constituição Federal (1988)	34
Projeto de Lei do Senado nº 5/1989	35
Decreto Municipal de Porto Alegre nº 9.426/1989	41
Lei Orgânica de Goiânia (1990)	45
Lei Municipal de Goiânia nº 7.332/1994	45
Decreto Municipal de Goiânia nº 536/2002	45
Constituição do Estado da Bahia (1989)	48
Lei Estadual da Bahia nº 12.212/2011	48
Projeto de Indicação nº 72/2010	51
Lei 9.612/1998	69
Lei Orgânica do Distrito Federal (1993)	72
Projeto de Lei Distrital nº 401/2011	81

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	10
1. REGULAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	12
1.1 Histórico regulatório brasileiro	13
1.2. Regular para quê?	17
1.3. O Estado como coadjuvante na regulação	22
1.4. Autoridades reguladoras internacionais	25
1.5. De autoridades reguladoras a organismos consultivos	28
2. OS CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	31
2.1. O Conselho de Comunicação Social	32
2.2. Conselhos Regionais	39
2.2.1. Porto Alegre	41
2.2.2. Goiânia	45
2.2.3. Bahia	47
2.2.4. Ceará	51

3. CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF E A LEI ORGÂNICA

3. 1. Estrutura da elaboração da Lei 55

3.2. Participação da sociedade 56

3.3. Análise das propostas - Construindo democraticamente 58

3.3.1 O início do debate 58

3.3.2 A população contribui 62

3.3.3 A discussão se aprofunda 65

3.3.4 Outras entidades contribuem 74

3.4 Debates internos 76

4. FALTA REGULAMENTAR – DEBATES PÓS-LEI ORGÂNICA 80

4.1. Projeto de Lei 81

4.2 Perspectivas atuais 89

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS 98

ANEXOS 106

APRESENTAÇÃO

Apesar das tentativas de regulamentar o artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que institui o Conselho de Comunicação Social do DF, poucos foram os momentos em que se debateu as suas atribuições. A Lei foi criada em 1993 e até o presente momento o Conselho não foi criado. Sendo assim, estudar o processo de implantação do órgão é relevante para exemplificar a complexidade que envolve a histórica reivindicação pelo reconhecimento da comunicação como um direito humano.

Desse modo, o objeto desta pesquisa são as propostas de entidades da sociedade civil para a inclusão desse artigo na Lei Orgânica, bem como as discussões realizadas após a elaboração da referida lei, a fim de regulamentar a sua criação e implantá-lo de fato.

O trabalho procura analisar, de um modo geral, as nuances entre as reivindicações da sociedade e a sua concretização, ou não, por meio do Poder Público, no que diz respeito às políticas de comunicação. De acordo com a Lei, tal conselho seria composto por “representantes de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais vinculados ao Poder Executivo” e teria como função assessorar o Governo “na formulação e acompanhamento da política regional de comunicação social”.

É imprescindível entender o que pensam os administradores públicos, os movimentos sociais e os representantes de classe quanto aos pontos principais que envolvem a comunicação hoje em dia, bem como descobrir as suas propostas e atuações para o setor. Essa análise se faz necessária porque, de uma maneira geral, poucos comunicadores e profissionais da área chegam a ter acesso a esses projetos, já que entre o planejamento de uma política pública e sua implementação há inúmeras etapas, muitas vezes de cunho político, que embaraçam ou mesmo impedem a realização do processo.

Os administradores públicos, por exemplo, em suas campanhas e publicidades governamentais referentes a políticas públicas, priorizam iniciativas no campo da educação, saúde, segurança, mobilidade urbana, e de forma tangencial o meio ambiente e a cultura. A comunicação, assim, passa a atuar apenas como um meio em que esses temas são divulgados à sociedade.

Desse modo, ela deixa de ser uma finalidade e um objetivo enquanto política pública, sem espaço próprio nos programas de governo.

Além disso, é reduzido o número de pessoas que entendem o histórico das políticas de comunicação no Brasil, dada a sua restrição aos teóricos, alguns profissionais e militantes da área ou de temas correlacionados. Embora os meios como TV, rádio e jornal participem do cotidiano dos cidadãos, o debate sobre a regulação das comunicações não é aparente a eles. Menos ainda são os que conseguem romper essas barreiras e se dispõem a estimular a discussão em outras esferas da sociedade.

REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

Os referenciais metodológicos da pesquisa partem inicialmente do método da pesquisa documental. De acordo com o pesquisador Antônio Carlos Gil (2008), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p.50). Desse modo, partindo da premissa de que o trabalho utilizou as chamadas “fontes de papel” (GIL, 2008, p. 50), foram pesquisados documentos no Arquivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Para isso, o primeiro trabalho realizado, após as leituras dos referenciais teóricos, foi selecionar o material encontrado, visto que há neste arquivo um acervo contendo exatas cinquenta caixas que reúnem todos os documentos referentes à Lei Orgânica, sem, portanto, nenhuma classificação ou divisão inicial. Inicialmente foi necessário filtrar as propostas e anteprojetos que tratavam da comunicação, solicitar que fossem digitalizados para que se obtivesse uma cópia, para depois analisá-los.

As pesquisadoras Sílvia Calado e Sílvia Ferreira (2004) sugerem que deve haver, nos casos em que “a quantidade do material é excessiva para o tempo que o investigador dispõe nesta fase do projeto” (CALADO; FERREIRA, 2004, p. 5), uma “seleção controlada” (BELL *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p.5), segundo a qual não se deve selecionar os documentos “na forma como estes apoiam os seus pontos de vista”, deve-se, para isso, “procurar uma seleção equilibrada com atenção ao tempo disponível” (BELL *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p. 5).

Dessa maneira, foram analisados documentos da Câmara Legislativa que registram o período de criação da Lei Orgânica, como sugestões protocoladas na Câmara pelos moradores do DF, correspondências enviadas para os cidadãos e respondidas com as suas demandas, notas taquigráficas de reuniões, audiências públicas e plenárias, além dos relatórios, anteprojetos e planos de trabalhos da Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente.

Ao detalhar os objetos que podem contribuir para uma pesquisa científica documental, Gil (2008) os divide em registros cursivos, registros episódicos e privados e dados encontrados. Assim sendo, este trabalho embasa-se em documentos obtidos por meio dos “registros cursivos, que são persistentes e continuados” (GIL, 2008, p. 147).

Uma das vantagens desse tipo de pesquisa feito a partir de documentos tem como base as características circunstanciais do objeto de pesquisa. Conforme explica Gil, “os dados documentais, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar, são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade” (GIL, 2008, p.153).

Quanto às fontes de documentação utilizadas, pode-se afirmar que foram utilizados “registros institucionais escritos”, pois, segundo detalha Gil (2008), esses são os registros escritos fornecidos por instituições governamentais, que podem ser “projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartório” (GIL, 2008, p. 150).

Após o período de coleta do material na Câmara Legislativa do DF, a pesquisa utilizou, para análise dos documentos e elaboração de seus argumentos, a metodologia da análise de conteúdo, já que, de acordo com Calado e Ferreira (2004), ela “pode considerar-se como um conjunto de procedimentos que têm como objectivo a produção de um texto analítico no qual se apresenta o corpo textual dos documentos recolhidos de um modo transformado” (CALADO; FERREIRA, 2004, p. 8).

Por fim, é necessário destacar que, além dos estudos com base na pesquisa documental e interpretação feita por meio da análise de conteúdo, é imprescindível entender o objeto de estudo e todas as suas nuances exteriores ao próprio material analisado, conforme recomendam Calado e Ferreira, já que para “poder aplicar um determinado método de recolha de dados o investigador terá de procurar conhecê-lo mas, sobretudo, compreendê-lo” (CALADO; FERREIRA, 2004, p. 12).

1. REGULAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

A regulação das comunicações¹ tem sido objeto de debate de diversos pesquisadores que procuram relacionar a responsabilidade do Estado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas ligadas à área. Essas pesquisas buscam também definir os limites de atuação do Poder Executivo, que pode, direta ou indiretamente, intervir nas atividades dos meios de comunicação social.

No Brasil, a atuação de agências reguladoras previstas para atuar de modo autônomo a fim de garantir essa regulação ainda não está consolidada no campo das comunicações, já que foi priorizada a criação de autarquia responsável unicamente pelo setor das telecomunicações – a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Neste capítulo, será feita uma sistematização dos modelos regulatórios utilizados no Brasil e de seus conceitos, comparando-os com alguns exemplos internacionais. O consultor legislativo da Câmara dos Deputados Bernardo Lins, por exemplo, traça um panorama sobre as políticas públicas de comunicação e as formas de regulação existentes em diversos países, explicando que há a possibilidade de existir atuação: do Estado de modo direto, de autoridades reguladoras independentes e também de estruturas administrativas auxiliares e complementares aos mecanismos regulatórios tradicionais (LINS, 2002, p. 8).

Desse modo, pretende-se, utilizando as definições de órgãos como esses, que atuam de modo complementar às autoridades reguladoras ou até vinculados à administração direta do Estado, relacioná-los com a existência no Brasil dos conselhos de comunicação social.

Tais órgãos podem também se adequar, de acordo com Lins, à estrutura do Poder Legislativo, como é o caso do Conselho de Comunicação Social

¹ Para os termos desta pesquisa, utilizou-se o termo “comunicação” para designar os produtos gerados pela presença dos meios de comunicação na sociedade, estes definidos por Jorge Pedro Sousa (2006) como “dispositivos tecnológicos que suportam mensagens e permitem a sua difusão” (SOUSA, 2006, p. 537). Já os meios de comunicação social são exemplificados como o “rádio, a televisão (e outros suportes audiovisuais), a imprensa (jornais, revistas, livros)”, dentre outros (SOUSA, 2006, p. 538).

brasileiro, que constitucionalmente possui a natureza de órgão auxiliar do Congresso Nacional, isto é, suas atribuições dependem da solicitação de consultas pelos parlamentares geralmente relacionadas ao capítulo da Comunicação Social na Constituição Federal² e de outras legislações da área.

1.1 Histórico regulatório brasileiro

Para entender a relevância histórica de conselhos de comunicação social, é necessário conhecer o modo como é feita a regulação no país, de um modo geral, em todos os setores da economia. A tese de doutorado de Suely Komatsu (2004), por exemplo, analisa o caso das agências reguladoras federais ligadas ao setor energético, mas as suas contribuições extrapolam este campo e fornecem relevante subsídio para entender a transformação do Estado produtor, empresário e desenvolvimentista para o papel de regulador (KOMATSU, 2004, p. 9).

Além disso, a adoção de práticas pelo Poder Público que concedem ou restringem os limites de sua atuação no mercado das comunicações está correlacionada com as decisões tomadas pelo Estado de modo mais abrangente em todos os setores, não apenas nessa área.

Enrique Saravia (2006), ao organizar coletânea sobre as diferentes conceituações dadas às políticas públicas ao longo dos anos, define políticas públicas como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006, p. 28). Para o autor, tais decisões têm como finalidade a realização dos desejos de diversos grupos presentes na sociedade, criando para isso planos estratégicos e sendo resultado da transferência de “superioridade à administração pública como forma de melhorar sua eficiência e eficácia” (SARAVIA, 2006, p. 23).

² A Constituição Federal, promulgada em 1988, traz em seu Título VIII (Da Ordem Social) o Capítulo V: DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, que contém cinco artigos (220 a 224) e dispõe sobre o tema da comunicação social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 01 ago. 2012.

O autor resgata o conceito do pesquisador mexicano Luis Aguilar Villanueva sobre a prática na América Latina, região em que a:

‘teoria’ da administração pública ficou presa entre as considerações jurídico-institucionais (repertórios de leis e regulamentos, âmbitos de competência e jurisdição, instâncias e procedimentos formais) e as considerações administrativas menores sobre cumprimento de ordens e execução de decisões prévias. Ao aproximar a administração pública do processo decisório das políticas e da sua complexa colocação em prática, seria possível resgatar seu esquecido sentido clássico de governo, de bom governo, e poder-se-ia reconstruir a visão integral de seu objeto de estudo (AGUILAR VILLANUEVA *apud* SARAVIA, Enrique, 2006, p.27).

Assim, conforme apresenta Saravia, o Estado acaba atuando tanto na regulamentação das atividades administrativas, quanto na sua execução, já que levar em conta apenas a perspectiva jurídica seria insuficiente “para compreender a riqueza e diversidade das variáveis que compõem o universo do fenômeno estatal, nas suas relações com a vida nacional e internacional” (SARAVIA, 2006, p. 27).

As ideias da pesquisadora Maria Helena Guimarães de Castro vêm ao encontro do conceito de Aguilar Villanueva. Para ela, o Estado pode atuar de duas formas em relação às políticas públicas, “seja na formulação direta delas, seja na definição do marco regulatório da sua implementação – não importando se ela terá lugar dentro ou fora do Estado” (CASTRO, 2008, p. 66). Desse modo, para Castro, a participação do Estado é fundamental na mobilização e articulação dos interesses envolvidos nas etapas de implementação dessas políticas públicas.

Partindo desses conceitos, nota-se que a etapa inicial, de elaboração dessas políticas, pode depender de diversos atores. Além disso, em diferentes experiências, o Estado tem participado de modo mais direto na implementação dessas ações, ou de modo menos presente, delegando a outras instâncias a tarefa de executá-las, cabendo a ele então apenas acompanhar, fiscalizar ou regular as suas atividades.

Suely Komatsu (2004), ao estudar o modelo de intervenção do Estado brasileiro a partir das agências reguladoras federais, discorre que o Decreto-Lei

200/1967³ é uma importante norma, que influencia até hoje a organização do setor público no país. Em vigor desde o dia 25 de fevereiro de 1967, este modelo, segundo Komatsu, foi fundamental para a reforma administrativa que se deu no Brasil durante o período da ditadura militar (de 1964 a 1985), “até a formalização do novo regime democrático definido pela Constituição de 1988” (KOMATSU, 2004, p. 212).

De fato, o modelo previu a organização do Estado brasileiro, mantendo a divisão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em suas especificações já conhecidas: o primeiro regulamenta e executa as leis, formulando políticas públicas, o segundo cria e, se necessário, modifica a legislação vigente, e o terceiro interpreta o que está previsto nesses marcos legais, estabelecendo punições, se necessário.

Além disso, o Decreto-Lei, em seu artigo 3º, estipula que cabe ao Poder Executivo regular a estruturação e o funcionamento da administração pública federal. Para isso, dividiu-a em direta, constituída pela presidência da República e por seus ministérios, e indireta, formada por órgãos que geralmente possuem vínculo com a primeira, mas dotada de maior autonomia para a execução de suas atividades e dividida em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Komatsu afirma que no Brasil os órgãos da administração indireta foram, com o passar do tempo, ganhando espaço frente à “cada vez menor capacidade de intervenção da administração direta, especialmente para atuar no reordenamento orçamentário e financeiro” (KOMATSU, 2004, p. 216).

Segundo a pesquisadora, nem sempre a função reguladora do Estado brasileiro esteve bem definida, variando desde intervenções diretas “até o *laissez-faire*⁴ liberal, passando certamente pelo ‘fortalecimento’ do papel fiscalizador” (KOMATSU, 2004, p. 82). Torna-se assim, para Komatsu,

³ BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

⁴ Expressão de origem francesa que sugere que o Estado deve interferir o mínimo possível na economia, baseada no liberalismo econômico de Adam Smith, que teve suas ideias consagradas na obra “Uma Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações” (1776).

desafiador tentar legitimar qualquer modelo de regulação, dada essa diversidade histórica.

A autora também relaciona esses papéis exercidos pelo Estado às políticas públicas, ao analisar que ao longo do tempo se buscou, na tentativa de aprimorar o controle sobre organismos públicos, separar as etapas de formulação dessas políticas e de execução de serviços públicos e outras atividades. Desse modo, para a pesquisadora, “além da privatização e concessão de serviços públicos, surgem novas formas organizacionais para atender a esta diretriz, como os órgãos ‘quase-governamentais’ ou ‘quase-mercado’ e assim por diante” (KOMATSU, 2004, p. 156).

De acordo com Komatsu, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pela presidência da República em 1995 a fim de subsidiar a reconstrução da administração pública na época, apresentou quatro segmentos de atuação do Estado: a) núcleo estratégico, no qual são definidas as leis e políticas públicas, b) núcleo das atividades exclusivas, onde os serviços são prestados somente pelo Estado, que tem o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar algumas políticas, c) núcleo de serviços não-exclusivos, nos quais há atuação do Estado juntamente com organizações públicas não estatais e privadas na garantia dos direitos humanos e demais serviços e d) núcleo de produção de bens e serviços para o mercado, em que atua no lugar de empresas econômicas voltadas para o lucro, já que falta capital ao setor privado ou o Estado se mantém monopolista (KOMATSU, 2004, p. 168).

A pesquisadora explica que nos serviços exclusivos e não-exclusivos foi aberta a possibilidade de atuação das agências autônomas e organizações sociais, sendo que no caso das atividades autônomas, há relação com o surgimento posterior de agências reguladoras (KOMATSU, 2004, p. 168-169).

Para Komatsu, entretanto:

as agências executivas não correspondem a novas formas jurídicas, mas sim uma nova qualificação que caberia a autarquias e fundações, que lhes permitiria uma maior autonomia e flexibilidade administrativa. Por esta razão, foi proposto que seu desempenho deveria estar atrelado a um contrato de gestão com a administração direta, entendido como parte de um plano de trabalho que pudesse ser acompanhado por outro órgão público supervisor (em geral

Ministérios). A qualificação e desqualificação de uma autarquia ou fundação como agência executiva se daria por decreto presidencial (KOMATSU, 2004, p. 170).

Este é o caso, por exemplo, das agências reguladoras brasileiras, que funcionam como autarquias especiais vinculadas aos seus respectivos ministérios, ou seja, à administração direta. Apesar da vinculação, esses órgãos possuem previsão de funcionamento de modo autônomo, com independência administrativa e orçamento próprio, utilizando a estrutura direta apenas em casos em que é necessária mediação com a presidência da República e aos demais ministérios.

Uma vez introduzidos alguns aspectos do debate sobre a regulação brasileira, é preciso definir os critérios para um marco legal na área das comunicações e antes disso, expor por que tais mecanismos se fazem necessários no setor. Para isso, serão apresentados os pontos de vista de alguns autores acerca da relevância de tais atividades, situando também as críticas feitas aos movimentos nesse sentido, demonstrando que a regulação das comunicações, especialmente se realizada de modo direto pelo Estado, não é unanimidade entre os que analisam o tema.

1.2 Regular pra quê?

Bernardo Lins (2002), ao fazer uma análise comparativa de algumas políticas públicas de comunicação social existentes no mundo, afirma que as motivações dessas práticas se baseiam na tentativa de regular ou de impedir a exploração excessiva dos meios de comunicação por empresas privadas, levando em conta a utilização de bens escassos da tecnologia.

Além disso, segundo Lins, a regulação pode prever limites à concentração dos meios de comunicação, além de fiscalizar determinado conteúdo da programação, levando em conta a preservação aos direitos humanos e outros valores morais (LINS, 2002, p. 6).

De acordo com Lins, apesar de nos Estados Unidos, por exemplo, prevalecer a premissa de que os conflitos de poder na mídia devem ser

resolvidos pela liberdade na competição do mercado, foi permitida uma regulação a partir do momento em que se começou a notar um espaço pequeno para frequências na radiodifusão. Havia, segundo Lins, mais empresas e grupos interessados em criar emissoras de rádio do que permitia o espectro eletromagnético⁵.

Para o autor, naquele país “o governo é obrigado [...] a alocar as frequências a cada operador, a impor normas e parâmetros técnicos de operação e a fiscalizar o seu cumprimento” (LINS, 2002, p. 5).

Encontram-se assim, na definição de Lins, os três objetivos principais e distintos das regulações no campo das comunicações: a) na área técnica, lidar com a infraestrutura do setor, normatizando concessões de radiodifusão; b) no setor econômico, limitar a propriedade cruzada e a formação de monopólios e oligopólios e estabelecer regras para emissoras, sejam elas públicas, educativas, comunitárias ou estatais; c) na parte de conteúdo, ser responsável pelo acompanhamento da programação, criando normas de modo a não permitir abusos, violação de direitos, incitação a crimes, dentre outros.

Segundo publicação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), denominada *Mídia e Políticas Públicas de Comunicação*, que faz resgate histórico da relação entre a mídia e o desenvolvimento das democracias contemporâneas, compreender a regulação passa pelo entendimento das diferentes concepções entre a censura e mecanismos que visam acompanhar esse conteúdo. De acordo com o texto, estes últimos se fazem necessários a fim de que os agentes das comunicações também não ultrapassem seus limites:

Assim, se de um lado são necessários mecanismos regulatórios para varrer a censura dos regimes constitucionais adotados nas democracias contemporâneas, – a fim exatamente de se garantir a liberdade de expressão e de imprensa –, de outro, cada vez mais, torna-se evidente a necessidade de se estabelecer marcos legais que regulamentem o exercício dessas liberdades (ANDI, 2007, p. 38).

⁵ Entendido como o conjunto das frequências que se utilizam da radiação eletromagnética, se propagando por meio de ondas através do ar. Por ser um recurso limitado, é definido como um bem público e sua utilização depende de autorização do Estado, que emite concessões ou licenças públicas temporárias para as empresas utilizarem.

Quando se fala em regulação dos meios de comunicação, portanto, a tendência é de que se deve tomar o cuidado para não atribuir à atividade características que se assemelhem à censura, conforme dito acima. Vários são os casos em que se interpreta a adoção de um novo marco das comunicações ou se relaciona os próprios conselhos de comunicação e outras políticas ligadas à área como uma forma de cercear a liberdade de imprensa dos veículos.

Em 2010, por exemplo, quando a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a proposta de implementação do Conselho Estadual de Comunicação, o repórter Filipe Motta⁶, do jornal Folha de S.Paulo, intitulou a notícia com a manchete: “Ceará aprova criação de conselho para controlar a mídia”.

O pesquisador Fernando Oliveira Paulino, ao discorrer sobre as formas de assegurar a *Responsabilidade Social da Mídia* nas instituições de comunicação brasileiras, afirma que estas, apesar de avaliarem como normal a regulação de outras atividades econômicas, “costumam manifestar resistência a atividades reguladoras em seu próprio setor, utilizando-se de discurso receoso à censura estatal de outrora, quando questões relacionadas à mídia são expostas publicamente” (PAULINO, 2008, p. 24).

Na tentativa de não se submeterem a essas regulações, Paulino explica que as instituições de comunicação lançam mão da alternativa de implementar autorregulações (ou autorregulamentações). Como exemplo, cita argumentos que relacionam a produção de mais legislação e a criação de órgãos reguladores com o surgimento de limites à liberdade de informação. No entanto, tais práticas “têm falhado no que se refere ao acompanhamento da programação dirigida a crianças e adolescentes” (PAULINO, 2008, p. 26).

⁶ MOTTA, Filipe. Ceará aprova criação de conselho para controlar a mídia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/817720-ceara-aprova-criacao-de-conselho-para-controlar-a-midia.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2012.

Em artigo publicado na Revista de Jornalismo ESPM⁷, a presidente e o diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito e Ricardo Pereira, argumentam a favor da autorregulamentação. Segundo eles, a violação de normas legais por parte de jornalistas deve ser tratada de acordo com a mesma legislação aplicada aos demais cidadãos. Para os autores, a fim de que “a missão do exercício do jornalismo seja feita com total liberdade, sem nenhum tipo de constrangimento ou controle prévio, mas com a máxima responsabilidade, é que se pratica a autorregulamentação” (BRITO; PEREIRA, 2012).

Os autores explicam que em 2011 foi criado o Programa Permanente de Autorregulamentação, por meio do qual cada jornal associado à ANJ elaboraria, no prazo de um ano, seus próprios critérios de autorregulamentação, na tentativa de aumentar a transparência da imprensa com o público e favorecer a cobrança e correção de erros.

A publicação da ANDI (2007) busca contribuir com esse tipo de diálogo, alertando, no entanto, para a necessidade de continuidade dessas ações de autorregulamentação frente aos interesses das companhias. Segundo a obra, deve-se tomar cuidado para evitar certos conflitos de escolha em atividades autorregulatórias como essa. “Trata-se de uma encruzilhada diante da qual as empresas, com frequência, se encontram: caso o respeito aos princípios autorregulatórios signifiquem redução de lucratividade, por que caminho seguiriam?” (ANDI, 2007, p. 154).

De acordo com Bernardo Lins (2002), o Estado deve assegurar aos cidadãos o respeito de todas as liberdades. Cabe ao Poder Público, portanto, equilibrar a liberdade de expressão com os demais direitos que por vezes são feridos por “descompassos da mídia” (LINS, 2002, p. 18).

Segundo o trabalho da ANDI, diversos países passaram a se preocupar com a necessidade dessa regulação, a partir do momento em que se

⁷ Lançada no Brasil pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), publicação trimestral que se autodenomina como a versão brasileira da *Columbia Journalism Review*. Artigo publicado na edição n. 2, ano 1, de jul./ago./set., 2012.

reconheceu a importância dos meios de comunicação para o fortalecimento dos direitos de expressão e de imprensa:

Apesar da hegemonia, nas últimas décadas, da ideia de um Estado mínimo, não resta dúvida de que no campo da infra-estrutura comunicacional a atuação estatal continua a ter um papel central. Nesse contexto, ela é importante tanto para demarcar a liberdade de ação das entidades públicas e privadas do setor, como para ordenar o contexto econômico e operacional em que elas atuam. É também importante na regulação dos conteúdos veiculados pela mídia [...] (ANDI, 2007, p. 75).

Faz-se necessário, desse modo, o estabelecimento de um marco regulatório das comunicações que objetive assegurar todos os tipos de liberdades, desde as mais comuns, como de imprensa e de expressão, até as também importantes liberdades de atuação de diversas empresas e atores no setor.

Essa necessidade se faz ainda mais latente se observado o caso brasileiro, onde a legislação principal que regula a radiodifusão foi criada em 1962, portanto há exatos cinquenta anos. Conforme defendem os pesquisadores Edgard Rebouças e Mariana Martins em artigo sobre o histórico da regulamentação da mídia eletrônica brasileira, apesar de a Constituição Federal de 1988 apresentar um capítulo sobre a comunicação social, “que timidamente tem alguns avanços no que diz respeito à função da comunicação, na garantia do direito à informação e da ‘livre expressão’, na prática não há um marco regulatório para o setor” (REBOUÇAS; MARTINS, 2007, p. 9-10).

Uma vez apresentado o histórico sobre o marco legal brasileiro e a necessidade dessa regulação das comunicações, torna-se necessário desenvolver as diferentes atuações nesse sentido, levando em conta os conceitos de administração direta e indireta explicitados acima e a presença de agências e demais órgãos auxiliares no desenvolvimento da atividade.

1.3 O Estado como coadjuvante na regulação

Caso a regulação seja feita de modo direto, o Estado, por meio do Poder Executivo, estabelece regulamentações e determina que as práticas necessárias ao cumprimento dessas necessidades sejam cumpridas. Além disso, de modo indireto, o Poder Público, no âmbito de suas autarquias e demais administrações públicas, atua no monitoramento de potenciais desvios, emitindo normas, pareceres e desenvolvendo políticas públicas ligadas à área.

Lins (2002) afirma, no entanto, que, no caso de regulações administrativas feitas diretamente pelo Estado, torna-se difícil a atuação de organismos independentes, com autonomia para desenvolverem seus trabalhos de regulação do setor. De acordo com o autor, no Brasil, por exemplo, são adotados modelos em que a regulação da radiodifusão é feita de forma direta, e, com isso, não possuem órgãos desvinculados do governo, tais como agências reguladoras. Tal realidade, no entanto, é diferente da encontrada em diversos outros países (LINS, 2002).

Os consultores da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco, na sigla em inglês) Toby Mendel e Eve Salomon, ao proporem recomendações para o Brasil no que diz respeito à regulação da radiodifusão, discorrem sobre os atores responsáveis pela atividade em dez países. De acordo com os autores, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nota-se em diversas experiências a presença de autoridades reguladoras independentes:

Uma boa prática aceita no mundo todo indica que, à medida que um setor de radiodifusão independente se desenvolve, também se desenvolve um sistema regulador independente para licenciar e supervisionar esse setor. Este é também um requisito estabelecido no direito internacional (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 12).

Segundo eles, no Brasil, ocorre o contrário. Além de não existir um órgão que atue na regulação das comunicações de forma autônoma, possui o país diversas formas e organismos responsáveis pela regulação, o que acaba dificultando ainda mais a adoção de políticas públicas na área.

Em audiência realizada na Comissão de Educação do Senado Federal em 2001 para debater projeto de lei que autorizava a presença de capital estrangeiro nas emissoras de TV a cabo, o pesquisador Murilo César Ramos desenvolveu um modelo explicativo que chamou de “fragmentação política e dispersão normativa” para explicar o ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica no Brasil.

Ramos defende que as divisões entre as atribuições do Ministério das Comunicações e da Anatel geram uma fragmentação política no Poder Executivo, quando internacionalmente “a tendência é a de concentrar todo esse elenco de competências e atribuições em entes executivos e de regulação convergentes, quando se trata da produção e distribuição de conteúdos audiovisuais” (RAMOS, 2001, p. 8).

Além disso, se a articulação dessas e de outras instâncias, como o Departamento de Justiça e Classificação do Ministério da Justiça (Classificação Indicativa), a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Agência Nacional do Cinema, dentre outros, se demonstra complexa, soma-se a isso a necessidade de diálogo com todos os setores de interesse, como as empresas privadas e os representantes da sociedade civil organizada.

A solução apresentada por Mendel e Salomon é simplificar esses processos por meio da criação de uma nova autoridade reguladora, que reúna as atribuições de todos esses órgãos, a fim de atuar, de forma independente, na supervisão das atividades ligadas do setor (MENDEL; SALOMON, 2011).

Também a publicação da ANDI (2007) relata que as agências seriam importantes, sendo a sua concretização relevante, inclusive, para fiscalizar as atividades das comunicações, de modo que tais órgãos, sendo autônomos, ainda poderiam garantir aos setores empresariais que haveria a menor intervenção possível do Estado nas suas atividades comerciais.

Em 1995, o Governo Fernando Henrique Cardoso deu início ao processo de privatização de algumas empresas estatais no Brasil. Murilo César Ramos, em trabalho que analisa de modo crítico as consequências do processo de privatização do Sistema Telebrás, afirma que as agências reguladoras acabam

se tornando elementos centrais nos processos de liberalizações e privatizações de operadoras. De acordo com Ramos, tais órgãos são “entes administrativos capazes de, em tese, [...] regular os mercados privatizados de modo equilibrado, autônomo e equidistante das influências do Estado, dos interesses privados, e dos consumidores” (RAMOS, 2004, p. 4).

Para Ramos, uma característica desses processos é a despreocupação “teórica e prática com a categoria governo” (RAMOS, 2004, p. 4). Assim, os processos que resultaram na privatização da Telebrás e na criação de uma agência reguladora corroboraram a ideia de “Estado Mínimo”, já que esse tipo de administração está ligado de modo indireto a ele e possui autonomia financeira e de gestão.

Em agosto de 1995, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional nº 8, que altera as competências da União no que diz respeito à exploração dos serviços de telecomunicações, permitindo que tal serviço fosse realizado por um órgão regulador, a ser criado mediante uma lei específica para tal fim. De fato, no dia 16 de julho de 1997 foi sancionada a Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997).

Para Murilo César Ramos, tais mudanças tiveram como premissa fundamental, “ainda que não-declarada, a concepção liberal ortodoxa de ‘Estado mínimo’” (RAMOS, 2004, p.1), apoiada em um “viés antigoverno que traz consigo um igualmente nocivo viés antipolítica” (RAMOS, 2004, p.4). Segundo Ramos, essa característica está presente na origem da democracia dos Estados Unidos, o que fez com que neste país as “*independent regulatory commissions*”, ou comissões reguladoras independentes, fossem ao longo do tempo dotadas de funções “quase-executivas, quase-legislativas e quase-judiciais”, sendo responsáveis por propor políticas, implementá-las e, se necessário, tomar decisões judiciais de primeira instância (RAMOS, 2004, p. 5).

A Lei Geral das Telecomunicações (LGT)⁸ estipulou as novas regras para a regulação no âmbito do setor no país. Para isso, criou a Agência Nacional de

⁸ Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997. Estabeleceu um novo marco legal para as telecomunicações, revogando as determinações que tratavam do tema no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9472.htm>. Acesso em: 11 ago.2012.

Telecomunicações (Anatel) como órgão regulador, pertencente à Administração Pública Federal indireta.

Embora vinculada ao Ministério das Comunicações para resolução de questões que dizem respeito, por exemplo, ao envio de sua proposta orçamentária ao Ministério do Planejamento e demais mediações com a presidência da República e o Poder Legislativo, a Anatel se qualifica como autoridade reguladora independente e indireta ao Estado, já que possui em sua natureza “independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica [...] e autonomia financeira” (BRASIL. Lei nº 9.472, 1997, Art. 8º).

Dentre as atribuições da agência estão criar normas quanto à outorga e prestação dos serviços de telecomunicações no país, bem como conceder tais explorações e acompanhar a sua execução. Além disso, pode a Anatel aplicar sanções caso as empresas não observem corretamente o disposto na LGT e nos atos normativos elaborados pela própria agência. Tais punições vão de advertências e multas à declaração de inidoneidade das empresas (Op. cit., Art. 173). Há também a possibilidade de serem promovidas ações penais por meio do Ministério Público, em caso de atividades clandestinas (Op. cit., Art. 183).

Sendo assim, o Brasil ainda não dispõe de autoridades reguladoras para as comunicações como um todo, dentre elas o setor da radiodifusão. No tópico seguinte, serão apresentados três exemplos de órgãos existentes nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa.

1.4 Autoridades reguladoras internacionais

Como uma autoridade reguladora da comunicação nunca existiu no Brasil, a perspectiva era que o Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto pela Constituição Federal e depois regulamentado, conseguisse atuar na mediação das relações entre Estado e a sociedade, auxiliando a regulação estatal e articulando as diferentes demandas apresentadas pela população.

Em dissertação que trata do CCS, George Rodrigues Cardim (2004) afirma, por exemplo, que a socióloga Anita Simis, professora da Universidade

Estadual Paulista (Unesp) acreditava que, apesar de não possuir incubências deliberativas, o CCS poderia “romper com o fechado circuito de tomada de decisões que prevalecia” sobre a comunicação no Brasil, “sobretudo a partir do regime militar, que confinava os assuntos aos bastidores do Ministério das Comunicações, com acesso exclusivo do empresariado” (SIMIS apud CARDIM, 2004, p. 32).

Tratava-se, portanto, de uma oportunidade do órgão desenvolver funções relacionadas às agências reguladoras, como a elaboração de pareceres sobre a produção e programação das emissoras de rádio e TV, a promoção da cultura nacional, o estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural e jornalística.

De acordo com levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (2001), na época dos embates acerca de implantação do Conselho de Comunicação Social, no início da década de 1990, alguns parlamentares chegaram, inclusive, a aventar a possibilidade de adiar o processo, uma vez que a reforma da Constituição, que seria realizada em 1995, poderia incluir a criação de uma autoridade reguladora no Brasil, o que acabou não ocorrendo (EPCOM, 2001, p. 6).

A presença dos conselhos de comunicação pode, assim, ser utilizada de modo complementar à regulação do setor, atuando seja como órgãos consultivos, seja como atores na formulação e implementação das políticas públicas de comunicação, auxiliando o papel que antes era somente do Estado.

Desse modo, antes da apresentação das prerrogativas legais e constitucionais para a existência dos conselhos de comunicação social no Brasil, faz-se necessário entender as características de alguns desses organismos internacionais e suas diferenças. Serão discriminados a seguir três experiências de agências reguladoras, cada uma com as suas peculiaridades. A comissão estadunidense, que antes da reforma da Constituição Federal em 1995 chegou a ser estudada como modelo para ser adotada no Brasil, o conselho do Chile, onde “é boa a avaliação (...) da composição e do trabalho”, segundo Mendel e Salomon (2011, p. 16), e o organismo do Reino Unido,

onde havia vários órgãos atuando na regulação, assim como no Brasil atualmente.

A Comissão Federal das Comunicações (FCC, na sigla em inglês) dos Estados Unidos é o exemplo mais citado quando se fala na possibilidade de criação de uma agência reguladora no Brasil. A agência tem a prerrogativa de receber reclamações sobre conteúdos que ferem os direitos humanos, possuindo o poder de multar emissoras de radiodifusão que veicularem programação obsena ou indecente e, se necessário, de revogar as licenças (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 36).

As decisões da Comissão contam com a possibilidade de participação popular tanto no envio de queixas sobre o conteúdo veiculado pelas programações quanto nos momentos de renovações dessas concessões. A tendência, no entanto, é de que estas sejam aprovadas (ANDI, 2007, p. 104).

Além disso, de acordo com Mendel e Salomon (2011), os comissários da FCC não podem ter nenhum envolvimento de interesses financeiros com o setor das comunicações. Entretanto, como são escolhidos pela presidência da República e uma parte de seus membros pode pertencer ao mesmo partido, os autores defendem que “apesar de formalmente chamada de ‘agência independente’, não é independente segundo os padrões internacionais” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 16).

Já no Chile, o Conselho Nacional de Televisão deve ser, de acordo com a legislação, um órgão autônomo, exercendo sua própria autoridade legal. Possui as atribuições de assegurar um “correto funcionamento dos serviços de televisão”, garantindo o “respeito aos valores morais e culturais da nação, a dignidade das pessoas, proteção à família, o pluralismo, a democracia, a paz, a proteção ambiental e a educação [...] das crianças e dos jovens em meio a esse referencial de valores” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 14).

Segundo Mendel e Salomon, a composição do Conselho chileno é bem avaliada (MENDEL; SALOMON, 2011, p.16). Desse modo, com integrantes indicados pela presidência da República ou pelo Senado, sua composição deve ser pluralista. Assim, cabe ao órgão realizar vigilâncias sobre os conteúdos e

imagens, além de outorgar, modificar e inclusive cassar as concessões (ANDI, 2007, p.102).

Criado em 2003, o *Office of Communications* (Ofcom) do Reino Unido passou a reunir os órgãos anteriormente responsáveis pela regulação dos serviços de comunicação: o *Office of Telecommunications*, a *Broadcasting Standarts Comission*, a *Independent Television Comission*, a *Radio Authority* e a *Radiocommunications Agency* (ANDI, 2007, p. 106).

Para Mendel e Salomon, atualmente é o órgão quem monitora, fiscaliza e regulamenta as questões relativas à radiodifusão e telecomunicações, podendo inclusive aplicar sanções. Pode também “aplicar diretrizes que explicam os padrões básicos de conteúdos estabelecidos na legislação, e [...] desenvolver e publicar seus próprios procedimentos internos” (MENDEL e SALOMON, 2011, p. 14).

Ainda de acordo com os autores, as funções do Ofcom garantem a variedade de serviços de radiodifusão, a pluralidade de prestadoras desses serviços, o cumprimento de padrões que protegem o público de materiais ofensivos, de tratamentos injustos e de invasão de privacidade (MENDEL e SALOMON, 2011, p. 14).

Após a explanação dessas três experiências de agências reguladoras, faz-se necessária a conexão entre as funções atribuídas a elas e aos órgãos auxiliares que atuam na sua ausência ou complementação. Como o Brasil está entre os países que ainda adotam o modelo de regulação feito de modo direto pelo Estado, portanto sem a presença de organismos como os detalhados acima, nota-se a relevância da atuação de mecanismos que atuem de modo complementar ou substitutivo no setor.

1.5 De autoridades reguladoras a organismos consultivos

De acordo com Bernardo Lins (2002), além das autoridades reguladoras independentes e das regulações realizadas pela administração direta do Estado, podem existir estruturas administrativas auxiliares que complementem

o sistema de regulação, como comissões temáticas do Poder Legislativo e, em alguns casos, atuações de órgãos do Judiciário (LINS, 2002, p. 8).

Embora não possua um organismo regulador autônomo, o Brasil apresenta na Constituição Federal de 1988 a prerrogativa de compor um Conselho de Comunicação Social (CCS). Como será explicado adiante, a trajetória de implementação e de atribuições das funções do Conselho é polêmica e foi diversas vezes modificada no momento de criação da Carta Magna.

George Rodrigues Cardim (2004), ao analisar o funcionamento do CCS durante o seu primeiro ano (2002-2003), afirma que a instalação do Conselho quatorze anos depois de criado pela Constituição de 1988 “representou um marco na elaboração de políticas públicas, no setor de radiodifusão, no Brasil”. Para o autor, nesse momento, “o funcionamento do órgão era visto como uma possibilidade de inaugurar uma nova etapa histórica e um contraponto a essa tradição autoritária” (CARDIM, 2004, p. 31-32).

As funções desempenhadas por autoridades reguladoras, se dividem, segundo Lins, em: regulamentação do mercado e dos serviços, administração do setor, controle de parâmetros técnicos e de conteúdo e, por fim, julgamento e aplicação de penalidades (LINS, 2002, p. 8).

Dentre essas características, a que mais se assemelha às atribuições de um órgão auxiliar como o Conselho de Comunicação Social é a normatização, seja em termos técnicos, seja na análise do conteúdo dos meios de comunicação. Conforme expõe Cardim, o Conselho de Comunicação Social possui também competência para “analisar a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens e a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão” (CARDIM, 2004, p. 55).

De fato, as funções do CCS, de acordo com a Lei 8.389/1991⁹, que o institui, dizem respeito ao cumprimento de todo o capítulo da Comunicação

⁹ Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8389.htm. Acesso em: 11 ago.2012.

Social existente na Constituição Federal, por meio da realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações feitas ao órgão pelo Congresso Nacional.

Segundo a Lei 8.389/1991, o acompanhamento do que está previsto na Carta Magna passa pela observância de preceitos como liberdade de manifestação, expressão e informação, proibição de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação, análise dos processos de outorga dos serviços de radiodifusão e preferência a finalidades educativas e culturais das emissoras.

No entanto, de acordo com o próprio Cardim, as principais atribuições do Conselho notadas no período de seu funcionamento, entre 2002 e 2003, foram de caráter consultivo, elaborando estudos e emitindo pareceres sobre proposições que tratavam das comunicações e, especificamente, da radiodifusão. Ao realizar um balanço sobre as matérias que tratavam do tema da comunicação e que foram votadas na Comissão de Educação e no plenário do Senado, George Cardim pôde “verificar que o colegiado não chegou a se manifestar sobre assuntos que, pela lei, seriam de sua competência” (CARDIM, 2004, p. 58), tais como a renovação de concessões de emissoras de radiodifusão.

Após a definição, neste capítulo, das atribuições observadas em autoridades reguladoras independentes e nos organismos que atuam de modo auxiliar e consultivo ao Estado, bem como os relatos da necessidade de regulação das comunicações e da retrospectiva de um marco regulatório brasileiro, faz-se necessário situar o caso do Conselho de Comunicação Social do DF no contexto das outras experiências existentes no Brasil.

Desse modo, no próximo capítulo, serão explicitadas a legislação, composição e principais atribuições do Conselho de Comunicação Social nacional, criado em 2002 e desativado em 2006, e de quatro experiências regionais, com os seus respectivos históricos e as suas perspectivas atuais.

2 OS CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A discussão sobre o Conselho de Comunicação Social (CCS) é antiga. Daniel Cassol (2003), em trabalho de conclusão de curso sobre a democratização da comunicação, relata que já em 1984, ano de criação da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação, entendia-se que o pilar da construção de um sistema público de comunicação seria o Conselho Nacional de Comunicação, como era denominado na época (CASSOL, 2003, p. 17-18).

Neste capítulo, serão explicitados os confrontos de opiniões entre os que defendiam a criação do Conselho e a sua inclusão na Constituição Federal de 1988 e os que eram contra a sua implementação. Essa análise é importante para perceber as diferentes atribuições dadas ao Conselho e as negociações para que as demandas de um e de outro lado fossem atendidas, ainda que parcialmente. Além disso, será subsídio para a análise do Conselho de Comunicação Social do DF que, ao contrário do CCS, nunca chegou a ser instituído.

A fim de contribuir com a construção do modelo do Conselho de Comunicação Social do DF com base em diferentes experiências, o capítulo também pretende sistematizar quatro exemplos de conselhos regionais de comunicação: dois que já foram implantados nos últimos anos e se destacam pelo pioneirismo mas não se encontram ativados, e dois que ainda estão no começo de sua implantação.

Para isso, foram analisados dois municípios onde já houve em determinado momento a composição de seus conselhos, ainda que com alguns problemas – Porto Alegre e Goiânia. Já as experiências de órgãos estaduais contam com uma instalação recente – Bahia (janeiro de 2012) – ou ainda se encontram em processo de debates acerca de sua regulamentação – Ceará. Ambos foram estimulados pelo movimento surgido após a I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009 em Brasília, que aprovou a

criação de conselhos de comunicação regionais como uma de suas propostas prioritárias.

2.1 O Conselho de Comunicação Social

A criação do Conselho de Comunicação Social está prevista na Constituição Federal de 1988. No entanto, a discussão em torno do tema e de outros assuntos na área da comunicação durante a Assembleia Nacional Constituinte instalada entre 1987 e 1988 esteve longe de ser pacífica. O debate chegou a atrasar, inclusive, a entrega do anteprojeto da Comunicação Social à comissão responsável pela sistematização das propostas.

George Cardim (2004) analisa, em sua pesquisa sobre o Conselho, que o embate se deu principalmente entre a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). “Somente um acordo promovido em plenário, na última etapa da Assembleia Nacional Constituinte, já em setembro de 1988, salvou o capítulo da comunicação.” (CARDIM, 2004, p.25).

Segundo Cardim, enquanto a Abert era favorável à liberdade de mercado, a Fenaj tinha como foco a democratização da comunicação, por meio de um sistema público de comunicação, composto por entidades sem fins lucrativos, sendo que as políticas nacionais deveriam ser fiscalizadas por um Conselho Nacional de Comunicação (CARDIM, 2004, p.24).

O jornalista já falecido Daniel Herz, que atuava, na época, a favor das propostas da Fenaj, escreveu um artigo, quando da votação do segundo turno da Constituinte, no qual relata uma proposta da Federação, apresentada à Assembleia por meio de uma emenda popular, para instituir o Conselho. Segundo Herz (1988), a sugestão previa que a democratização das decisões na área de radiodifusão poderia ser obtida por meio de um “Conselho Nacional de Comunicação integrado por cidadãos indicados por entidades

representativas da sociedade civil que seriam nomeadas pelo Congresso Nacional” (HERZ, 1988). De acordo com Herz, a ideia era atribuir ao Conselho, “entre outras, a competência para outorga de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão” (HERZ, 1988).

A proposta inicial de criação do Conselho era a mais próxima das funções das autoridades reguladoras de outros países, com poderes normativos e coercitivos. Segundo Cardim, o Conselho Nacional de Comunicação, do modo como apresentado inicialmente pela então deputada Cristina Tavares¹⁰ seria autônomo em relação aos poderes Executivo e Legislativo, possuindo atribuições de “estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação” (CARDIM, 2004, p.1). O autor também remonta a defesa da Fenaj dessas funções, acrescentando que para ela, o Conselho deveria se instituir como órgão autônomo dos Poderes Executivo e Legislativo, a exemplo da FCC estadunidense (CARDIM, 2004, p.2).

A proposta, entretanto, não agradou os parlamentares ligados ao setor, muito menos aos empresários, e acabou sendo rejeitada pela subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Na tentativa de consenso, afirma Cardim, o então relator da proposta, deputado Artur da Távola¹¹, modificou as funções do Conselho, tornando-o órgão consultivo do Congresso Nacional. Também essa proposta não deixou os setores empresariais satisfeitos, e um acordo fez com que a criação do Conselho fosse prevista na Carta Magna, no entanto como órgão auxiliar do Congresso (CARDIM, 2004).

Cardim também analisa que na redação final, os redatores alteraram o nome de Conselho Nacional de Comunicação para Conselho de Comunicação Social. De acordo com o autor, “segundo avaliação da Fenaj à época, a mudança tinha por objetivo esvaziar o órgão” (CARDIM, 2004, p.3).

¹⁰ Maria Cristina de Lima Tavares (1936 – 1992), foi jornalista, deputada federal e relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação durante a Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988.

¹¹ Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros (1936-2008), conhecido como Artur da Távola, era jornalista e foi deputado federal e senador da República, responsável pela relatoria da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação durante a Constituinte.

Com as mudanças, coube ao Poder Executivo, mediante pareceres elaborados pelo Legislativo, “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens” (BRASIL, 1988), segundo assegura o artigo 223 da Constituição Federal. As dificuldades de implantar um conselho que contribuísse com a adoção de políticas públicas de comunicação não pararam, no entanto, por aí.

Apesar de estar previsto na Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 224¹², o Conselho de Comunicação Social só foi instituído pela primeira vez quatorze anos depois. De acordo com a publicação da ANDI, a instituição do Conselho só foi possível como moeda de troca a uma reivindicação das emissoras, que queriam a aprovação de uma legislação autorizando a participação do capital estrangeiro em empresas jornalísticas e de radiodifusão (ANDI, 2007, p. 142).

Apesar de regulamentado em dezembro de 1991, somente em junho de 2002 foi realizada a primeira reunião do Conselho, composta pelos treze membros titulares. Em fevereiro de 1989, o então senador Pompeu de Souza propôs o Projeto de Lei que instituía o Conselho de Comunicação Social. Outras duas proposições também tramitaram na Câmara dos Deputados, mas foi a proposta do senador que se transformou na Lei 8.389/1991:

Art. 1º É instituído o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, na forma do art. 224 da Constituição Federal.

Art. 2º O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal [...] [capítulo da Comunicação Social] (BRASIL. Lei nº 8.389, 1991).

De acordo com a legislação aprovada, compete ao Conselho o atendimento a solicitações feitas pelo Congresso Nacional, no que diz respeito principalmente aos temas: liberdade de expressão e informação, propaganda

¹² “Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 01 ago. 2012.

de tabaco e bebida alcoólica, monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação, propriedade de empresas jornalísticas, outorga e renovação de concessões, além da programação das emissoras e suas finalidades educativas, artísticas e culturais. O Conselho também possui a prerrogativa de opinar sobre possíveis legislações complementares às normas previstas no capítulo constituinte da Comunicação Social.

Nem todas essas atribuições, no entanto, foram cumpridas pelos seus membros durante os anos em que o Conselho esteve ativo, entre a sua instalação no dia 25 de junho de 2002 e a sua última audiência em 11 de dezembro de 2006 (PAULINO, 2008, p.77). A própria designação das funções, que determina que o órgão entraria em cena apenas quando solicitado pelo Congresso Nacional, dificultou a atuação Conselho de forma proativa.

Em sua conclusão acerca do funcionamento do órgão no seu primeiro ano, entre junho de 2002 e o mesmo período de 2003, George Cardim discorre que “a análise dos dados e o balanço das atividades realizadas pelo Conselho, nesse período, indicam que essa expectativa não se realizou e apontam a inoperância e a indefinição do papel do órgão junto ao Poder Legislativo” (CARDIM, 2004, p.98).

Dentre as principais diferenças entre a proposição do Senador Pompeu de Souza e a legislação aprovada, nota-se a quantidade de conselheiros, que caiu de dezenove para treze. A proposta sugeria a seguinte composição ao órgão:

PLS Nº 5/89
PROJETO DE LEI Nº 6.126, de 1990
(Do Senado Federal)
Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da
Constituição, e da outras providências.

Art 1º É instituído o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, na forma do art. 224 da Constituição.
[...]

§ 2º O Conselho de que trata o presente artigo será composto por dezenove brasileiros natos, em pleno exercício de seus direitos civis, sendo três representantes de entidades empresariais, três representantes de entidades representativas de profissionais da área de comunicação, onze representantes de entidades de categorias

profissionais e de setores populares e dois representantes de instituições universitárias.

§ 3º As entidades do Conselho de Comunicação Social serão designadas pelo Congresso Nacional para mandato de dois anos, não podendo seus representantes exercer mais de um mandato consecutivo (PROJETO DE LEI DO SENADO nº 5/1989. Diário do Congresso Nacional, 1991).

Já o texto final da legislação foi aprovado prevendo a representação detalhada abaixo:

LEI Nº 8.389, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991
Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal, e da outras providências.

Art. 4º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de:

- I – um representante das empresas de rádio;
- II - um representante das empresas de televisão;
- III - um representante das empresas da imprensa escrita;
- IV – um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social;
- V - um representante da categoria profissional dos jornalistas;
- VI - um representante da categoria profissional dos radialistas;
- VII - um representante da categoria profissional dos artistas;
- VIII - um representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;
- IX – cinco membros representantes da sociedade civil.

§ 1º Cada membro do conselho terá um suplente exclusivo.

§ 2º Os membros do conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a IX deste artigo sugerir nomes à mesa do Congresso Nacional (BRASIL. Lei nº 8.389, 1991).

Outra diferença entre os dois textos é justamente a prerrogativa de o Conselho se posicionar de modo ativo nos temas concernentes à área das comunicações. Na proposição do senador Pompeu de Souza, por exemplo, apenas as primeiras obrigações do Conselho diziam respeito a ações auxiliares, de subsídio, suporte técnico e recomendações ao Parlamento. Nas demais, aparecem os termos: elaborar, fiscalizar, publicar, propor, dentre outros. Há, inclusive, o pressuposto de que caberia ao órgão examinar,

fiscalizar e acompanhar os procedimentos relativos ao cancelamento antes do prazo de concessão ou permissão de exploração dos serviços de radiodifusão.

Já a Lei 8.389/1991 subordinou as várias atribuições do Conselho à atuação de modo mais passivo, ou seja, seus membros realizariam funções como as apresentadas acima apenas quando solicitados pelos deputados e senadores.

Uma vez regulamentado, o Conselho não foi eleito de pronto pelo Congresso Nacional. Apenas em junho de 2002, dez anos e seis meses depois de sancionada a Lei pela Presidência da República, o órgão foi instituído.

De acordo com o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), que realizou levantamento em que sistematiza as datas e os fatos relevantes acerca dos “14 anos de disputa pela instalação do Conselho de Comunicação Social” (EPCOM, 2001), foram várias as tentativas de incluir na pauta do Congresso Nacional a eleição do Conselho, porém nenhuma com sucesso. Ainda em 1993, uma proposta de composição do órgão apresentada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e por setores do empresariado foi “frontalmente criticada” pelos senadores responsáveis por definir a Ordem do Dia das reuniões conjuntas da Câmara e do Senado, “com a explicitação de duros questionamentos à inclusão de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)” (EPCOM, 2001, p. 3-4).

Outros entraves à implementação do Conselho também foram apresentadas pelo então presidente do Senado, José Sarney, e pelos deputados Paulo Islander e Arolde de Oliveira. Segundo o Epcom, estes chegaram a demonstrar convicção de que, por resistência dos próprios parlamentares, o órgão não seria implementado (EPCOM, 2001, p. 6).

Apesar das recusas, o levantamento conduzido pelo Epcom demonstra que inúmeros foram os recursos, por meio do FNDC e de alguns parlamentares, para que fosse instalado o Conselho. Além de reuniões com os presidentes do Senado e da Câmara, foram encaminhadas pelo Fórum representações ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria Geral da República pedindo o cumprimento da Lei e 8.389 e da Constituição.

Somente em junho de 2002 foi votada a relação dos membros do Conselho, após conturbado debate sobre a presença ou não de funcionários do Congresso em sua composição. No dia 25 de julho foi realizada a primeira reunião do Conselho, com a presença dos treze conselheiros eleitos: representantes dos profissionais dos jornalistas, radialistas, artistas e de cinema e vídeo, das empresas de rádio, TV e imprensa escrita (um de cada), engenheiro com conhecimento na área das comunicações e cinco representantes da sociedade civil (CARDIM, 2004, p. 55).

Após a eleição e composição de membros para apenas dois mandatos (entre 2002 e 2004), o Conselho de Comunicação não mais foi convocado pelo Congresso Nacional, gerando novamente representação na Procuradoria-Geral da República contra o não cumprimento da legislação que determina a existência do órgão.

Depois de mais seis anos sem realizar suas atividades previstas pela Constituição, no dia 17 de julho de 2012 foi anunciada a nova composição do Conselho de Comunicação Social. Em sessão conjunta¹³ da Câmara e do Senado, os parlamentares aprovaram a indicação dos novos membros do Conselho, que tomaram posse no dia 8 de agosto e devem se reunir uma vez por mês.

No entanto, entidades como o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) e a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom) questionaram o modo de escolha dos 26 integrantes (13 titulares e 13 suplentes) e a forma como o órgão foi reativado.

O FNDC, por meio de nota¹⁴, repudiou as nomeações, alegando que foram “completamente arbitrárias, sem diálogo com a sociedade civil organizada com atuação no campo, que foi atropelada justamente no momento

¹³ TORRES, Tércio R. Tomam posse novos integrantes do Conselho de Comunicação Social. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/08/08/tomam-posse-novos-integrantes-do-conselho-de-comunicacao-social>. Acesso em: 24 ago. 2012.

¹⁴ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Indicação do Conselho de Comunicação é retrógrada e antidemocrática. Disponível em: http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=809985. Acesso em: 06 ago. 2012.

em que busca contribuir com o avanço da democratização da comunicação e com a efetiva liberdade de expressão para todos e todas”.

Já a Frentecom recebeu, de acordo com reportagem de Eugênia Lopes¹⁵ publicada no portal da Agência Estado, com “estranheza e perplexidade” a notícia da reativação, afirmando que tal votação não estava prevista na reunião ocorrida no dia, e pediu, por meio de uma nota de repúdio¹⁶, apoio dos demais parlamentares para reverter o caso e “continuar lutando por um CCS plural e representativo que corresponda aos reais anseios democráticos da sociedade brasileira”.

2.2. Conselhos Regionais

A primeira diferença notada entre o Conselho de Comunicação Social e as diversas experiências regionais é que estas possuem, em geral, vinculação com o Poder Executivo, e não com o Legislativo, como no caso nacional. A proposta de criação do Conselho Estadual de Comunicação Social do Rio Grande do Sul, por exemplo, prevê que tal órgão deve assessorar o Poder Executivo. A própria Lei Orgânica do DF também determina que o Conselho deve dar assessoramento ao Executivo na formulação e acompanhamento de política regional de comunicação social.

Uma pesquisa realizada¹⁷ pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) em 2009 mostrou que nenhuma das 27 unidades federativas mantinha conselhos regionais de comunicação funcionando no

¹⁵ LOPES, Eugênia. Conselho de Comunicação será reativado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,conselho-de-comunicacao-sera-reativado,904949,0.htm>>. Acessado em: 31 de julho de 2012.

¹⁶ Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular. Nota de Repúdio à composição do Conselho de Comunicação Social. 18 jul. 2012. Disponível em <<http://frentecom.wordpress.com/2012/07/19/frentecom-repudia-metodo-de-composicao-do-conselho-de-comunicacao-social>>. Acesso em 16 ago. 2012.

¹⁷ NUNES, Clarissa. Conselhos de Comunicação são ignorados. Revista Mídia e Democracia, jul. 2009.

período. A mesma realidade foi encontrada pelo Fórum em 77 municípios em todo o Brasil.

Segundo o levantamento, apenas oito estados preveem a criação desses órgãos em suas constituições estaduais: Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pará, Amapá, Amazonas e Goiás. Além deles, o Distrito Federal determina a criação do Conselho Distrital de Comunicação. São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, possuem essa previsão em legislações feitas posteriormente às suas constituições. Já entre os municípios, o estudo do FNDC revelou que apenas três possuem tal prerrogativa em suas leis orgânicas: Juiz de Fora, Anápolis e Goiânia.

A despeito disso, Porto Alegre se destacou como pioneira ainda em 1989, quando regulamentou o Conselho Municipal de Comunicação por meio do decreto 9.426/1989 e o implantou em 1994, como será abordado adiante.

A pesquisa cita ainda que desses oito estados, apenas Alagoas instituiu o seu conselho por meio do decreto nº 31 de 13 de fevereiro de 2001. Após a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)¹⁸, no entanto, alguns estados começaram a estudar a criação desses órgãos, como Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Piauí e Paraíba.

O fato se deve às mobilizações surgidas em torno da Confecom e das conferências regionais para que o tema fosse discutido localmente. Uma das 78 propostas prioritárias aprovadas no seminário pós-Confecom realizado em julho de 2010 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010) prevê justamente a criação de conselhos de comunicação nos três âmbitos – federal, estadual e municipal – com eleição dos membros feita de forma paritária para que atuem no acompanhamento de políticas públicas e na garantia do exercício pleno do direito humano à Comunicação. A proposta aprovada discrimina como

¹⁸ Realizada de 14 a 17 de dezembro de 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação foi convocada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto Presidencial de 16 de abril de 2009, com o intuito de debater e votar sugestões prioritárias para a área da comunicação no país. Reuniu em Brasília 1684 representantes de todo o país após várias conferências regionais, municipais e estaduais, tendo aprovado 672 propostas que podem se tornar proposições de lei ou subsidiar políticas públicas ligadas ao tema.

atribuição ideal desses conselhos a regulação de conteúdo, políticas de concessões e mecanismos de distribuição.

Nos próximos tópicos serão apresentados exemplos de órgãos regionais de comunicação que já existiram, que estão atuando ou que ainda estão em vias de se instituírem. São os conselhos municipais de Porto Alegre e de Goiânia e os conselhos estaduais da Bahia e do Ceará.

2.2.1 Porto Alegre

O Conselho Municipal de Comunicação de Porto Alegre foi o primeiro a ser criado no Brasil, por decreto em 1989 e também na sua instalação, em 1994. Foi instituído por iniciativa do então prefeito Olívio Dutra, por meio do Decreto 9.426/1989, que justifica a implementação pela “importância das atividades de comunicação de massa na sociedade contemporânea”. Como a regulamentação por meio de decreto poderia ser facilmente revogada pelo Poder Legislativo, tal documento previa também a elaboração de projeto de lei institucionalizando o órgão (PORTO ALEGRE, Decreto Municipal Nº 9.426, 1989).

Um projeto de Lei chegou a ser encaminhado para a Câmara dos Vereadores, mas acabou não sendo votado. Segundo o portal da Câmara Municipal, o governo municipal encaminhou a proposta novamente em 2004, mas ela foi arquivada em agosto de 2011.

Durante o seu período de funcionamento, de acordo com o decreto que o regulamenta, o Conselho Municipal de Comunicação não possuía vinculações com o Poder Executivo, mas as despesas de seu funcionamento deveriam ser pagas pela Prefeitura. Constituído como “fórum autônomo e democrático”, as suas funções dependeriam majoritariamente dos próprios conselheiros, como a execução de políticas de comunicação a nível municipal e a defesa do interesse público na área da comunicação, estimulando para isso a participação popular (PORTO ALEGRE, Decreto Municipal Nº 9.426, 1989).

Além disso, cabe ao Conselho, de acordo com o decreto, atuar nas questões referentes à comunicação previstas na Constituição, como liberdade de manifestação e expressão, direito de resposta, inviolabilidade da vida privada e da imagem das pessoas, cumprimento de finalidades educativas e culturais nas programações das emissoras, promoção da cultura regional e produção independente. O decreto também veda toda e qualquer censura (PORTO ALEGRE, Decreto Municipal Nº 9.426, 1989).

Ao todo, vinte diferentes itens são apresentados como atribuições do órgão, demonstrando que seus integrantes possuiriam, de acordo com a legislação, um papel protagonista na condução das políticas locais relacionadas à comunicação.

A apresentação dos nomes dos vinte e um membros do Conselho Municipal caberia ao prefeito, após ouvir todos os seguimentos da sociedade civil com esse fim. De acordo com a proposta prevista no decreto, as reuniões seriam semanais e as decisões do Conselho deveriam ser encaminhadas às autoridades competentes, dando sinais mais uma vez de que as atividades do organismo teriam, se colocadas em prática, um papel ativo e autônomo na condução de políticas públicas municipais de comunicação.

Apesar do vanguardismo, a efetiva instalação do Conselho só se deu em agosto de 1994. Pedro Luiz da Silveira Osório, que participou da coordenação de comunicação da prefeitura municipal entre 1989 e 1997, afirma em dissertação de mestrado sobre o tema que as articulações para a instalação do órgão tiveram sucesso apenas com um painel realizado naquele ano, com o tema “Os meios de comunicação de massa na construção da cidadania: possibilidade de uma experiência municipal” (OSÓRIO, 2003).

Em entrevista ao portal Observatório da Imprensa¹⁹, Osório destaca que, a despeito do convite, o setor empresarial não esteve presente nas primeiras composições do Conselho (MELLO, 2012).

¹⁹ MELLO, Marlos. Um presságio histórico da política de comunicação. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed702_um_pressagio_historico_da_politica_de_comunicacao>. Acesso em: 08 ago. 2012.

Segundo o pesquisador, a ênfase da política de comunicação de Porto Alegre era a promoção da cidadania, e a criação do Conselho Municipal de Comunicação fazia parte da concretização desse ideal. Os objetivos do órgão, de acordo com Osório, seriam exercer a vigilância sobre as responsabilidades dos meios de comunicação e debater o impacto das novas tecnologias de comunicação no município. Além disso, o Conselho “destinava-se basicamente ao desempenho dos meios de comunicação de massa atuantes no município e seria integrado por representantes da sociedade civil” (OSÓRIO, 2003, p.83).

Criado com as prerrogativas de proatividade em relação às políticas públicas de comunicação na cidade de Porto Alegre, algumas das atribuições do Conselho acabaram não correspondendo à realidade. De acordo com Osório, atuou o órgão unicamente em atividades de capacitação e mobilização, bem como na organização de seminários e encontros para debater as novas tecnologias e a radiodifusão comunitária. Coordenou também a implantação do “Canal Comunitário de Porto Alegre” (OSÓRIO, 2003, p.86).

Apesar das ações – de acordo com o pesquisador, o canal citado acima “foi o primeiro a funcionar em todo o país, valendo-se da Lei 8.977” de 1995, que dispunha sobre o serviço de TV a cabo –, as atuações do Conselho ficaram aquém de suas atribuições previstas no decreto.

Para o autor, uma das dificuldades dessa falta de implantação de políticas municipais de comunicação foi a falta de conhecimento das questões ligadas à comunicação por parte dos próprios conselheiros. Além disso, afirma na entrevista que o conselho “em determinados momentos estabelecia uma tendência censória”, dizendo que em certas reuniões “chegava a predominar a reivindicação de suspensão de determinado programa, reivindicando” a sua proibição (MELLO, 2012).

Nota-se, com isso, que adequar as funções propostas no decreto à realidade não era tarefa fácil. Além disso, seus membros, de acordo com Osório, procuraram atuar justamente na programação do conteúdo das emissoras, o que pode ter contribuído novamente para a confusão dos conceitos de acompanhamento dos meios de comunicação e censura.

Fragilizado por uma legislação construída apenas por meio de decreto, e sem o apoio do governo municipal que assumiu a prefeitura depois de Olívio Dutra, o Conselho acabou sendo desativado.

A pesquisadora Laura Tresca, em monografia de conclusão de curso sobre os conselhos municipais de comunicação defendida em 2004, afirma que de 1997 a 2000 o órgão praticamente não funcionou. De acordo com a pesquisadora, a partir de 2000 as reuniões mensais voltaram a ocorrer, mesmo que sem quórum. Tresca conta, embasada em Nascimento (NASCIMENTO, 2001 *apud* TRESCA, 2004), que nesse período as discussões versaram sobre a regulamentação do Conselho no âmbito legislativo, sobre a sua composição mais plural e sobre o incentivo à criação de meios de comunicação comunitários (TRESCA, 2004, p. 224). Segundo Tresca, a realização da / *Conferência Municipal de Comunicação* em 2003 em Porto Alegre procurou reestruturar o Conselho, propondo novas atribuições como debate sobre a regulamentação de emissoras comunitárias e a elaboração dos conceitos e critérios de comunicação comunitária. Além disso, outra composição foi proposta (TRESCA, p. 248-252). Após a Conferência, analisa Tresca, as reuniões voltaram a acontecer com frequência:

De acordo com as propostas aprovadas o Conselho Municipal de Comunicação não é o órgão máximo de participação nas Políticas Públicas de Comunicação. Está subordinado à *Conferência Municipal de Comunicação*, que deverá acontecer a cada dois anos. [...]. Por isso, lhe conferiram um caráter de órgão executor. Mas, em suas atribuições, o Conselho muito mais analisa, propõe, defende e incentiva, do que elabora, fiscaliza e delibera. (TRESCA, 2004, p.253).

De acordo com o Projeto de Lei²⁰ que tramitou no município de Porto Alegre prevendo a criação do Conselho Municipal de Comunicação, a escolha da composição do órgão deve ser feita por meio de eleição nas Conferências

²⁰ Projeto de Lei para a criação do Conselho Municipal de Porto Alegre. 03 mai. 2012. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-bahia-sai-na-frente>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Municipais de Comunicação. Tais conferências deveriam ser convocadas a cada dois anos pelo conselho, mas não vêm ocorrendo nos últimos anos, já que o próprio Conselho Municipal não tem realizado suas atividades.

2.2.2 Goiânia

O caso do Conselho Municipal de Comunicação de Goiânia é o que possui maior amparo jurídico, já que está regulamentado em três normas diferentes. A Lei Orgânica do Município de Goiânia de 1990 prevê, em seu Artigo 193, a criação do Conselho Municipal de Comunicação. De acordo com o artigo, competiria a uma legislação posterior definir o seu funcionamento e composição. No entanto, a Lei já determina que o órgão deve garantir a participação popular e possuir caráter autônomo, normativo, fiscalizador e permanente.

Apesar de a Lei Orgânica do Município ter sido sancionada em 1990, somente em julho de 1994 foi criada a Lei 7.332²¹ que regulamenta o Conselho Municipal de Comunicação. A legislação tratou de prever que os seus membros devem elaborar um regimento interno para organizar a administração de seus trabalhos (GOIÂNIA. Lei Orgânica do Município de Goiânia, 1990).

Em março de 2002, a prefeitura de Goiânia, por meio do então prefeito Wilson Guimarães, assinou o decreto 536/2002 nomeando os membros do Conselho e determinando que sua estrutura de funcionamento deveria ser vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação (GOIÂNIA, Decreto Municipal nº 536, 2002).

Analisando as obrigações do conselho previstas pela legislação, nota-se que predomina o seu caráter consultivo. De acordo com a Lei 7.332/1994. o Conselho é “um órgão que integra a política de comunicação social do Município, de caráter consultivo” (GOIÂNIA, Lei Municipal nº 7.332, 1994).

²¹ GOIÂNIA, Lei Municipal nº 7.332, de 01 de julho de 1994. Regulamenta o artigo 193 da Lei Orgânica Municipal. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/575970/lei-7332-94-goiania-0>>. Acesso em 14 ago. 2012.

Para isso, suas atribuições passam pela emissão de opiniões acerca de consultas feitas pelo Poder Executivo, no prazo de quinze dias, sobre vários aspectos ligados à comunicação social do município. Cabe ao Conselho, assim, observar princípios como a garantia da participação de setores da sociedade civil organizada nas políticas municipais, bem como a presença de diversos segmentos nos meios de comunicação social.

Nota-se também uma preocupação do legislador em determinar que o órgão regule a destinação das verbas da publicidade oficial do governo, bem como de campanhas educativas e de interesse do município e notas de esclarecimento. No entanto, todas essas funções, como dito, se referem ao caráter consultivo do Conselho.

Em outro artigo da Lei, porém, são permitidas atitudes mais autônomas aos seus membros, como propor medidas que adequem as políticas públicas municipais às inovações tecnológicas, após a realização de estudos (GOIÂNIA, Lei Municipal nº 7.332, 1994). Nota-se, com isso, que o decreto 532/2002 chega quase a ser contraditório à Lei, prevendo que o Conselho deveria ser órgão “colegiado permanente de caráter normativo e fiscalizador” (GOIÂNIA, Decreto Municipal nº 536, 2002).

As presenças de um membro do Executivo e um do Legislativo foram previstas na composição do Conselho, além de representantes de sindicatos profissionais, de associações empresariais e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), totalizando a composição do órgão em doze integrantes.

Uma característica relevante do ponto de vista da composição do Conselho é que a nomeação dos conselheiros não é de responsabilidade da prefeitura, mas sim das próprias entidades representadas. O mandato é de dois anos, havendo a possibilidade de recondução. De acordo com o decreto nº 536 de 2002, as reuniões ordinárias devem ocorrer uma vez a cada dois meses.

Em pesquisa realizada sobre o conselho²², Leandro Coutinho Rodrigues (s.d.) expõe que também em Goiânia houve dificuldades em implantar o órgão.

²² RODRIGUES, Leandro Coutinho. Disponível em <<http://www.ufg.br/conpeex/2004/pibic/humanas/Leandro.html>>. Acesso em 08 ago. 2012.

Após a edição do decreto, os doze membros foram nomeados. Entretanto, antes do início dos trabalhos propriamente ditos, coube aos integrantes atividades administrativas, como a elaboração do regimento interno e a sua homologação pelo prefeito goiano.

Segundo Rodrigues, “na maior parte dos trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Comunicação desde sua instalação, os membros se prenderam à reelaboração do Conselho” (RODRIGUES, s.d.). De acordo com o pesquisador, a discussão sobre as políticas públicas municipais de comunicação, como previa a lei, ficou prejudicada por debates que visavam discutir o regimento interno e propor uma nova regulamentação para o conselho, já que seus membros argumentavam que a legislação era desatualizada e limitava suas atribuições.

Para Rodrigues, os integrantes do órgão acreditavam que a plena realização das suas obrigações estava atrelada ao desempenho de funções normativas e fiscalizadoras. Sem detalhar o tempo exato em que o órgão manteve suas atividades funcionando, Rodrigues conclui que a curta duração do Conselho e a sua reelaboração “pouco permitem dizer sobre sua efetiva importância no trabalho” que, segundo ele, vai no “sentido da democratização e da preservação do direito público da comunicação” (RODRIGUES, s.d.).

Analisando comparativamente o Conselho Municipal de Comunicação de Goiânia com o modelo implantado em Porto Alegre, nota-se, a despeito de dificuldades em romper as barreiras burocráticas de reestruturação a fim de ampliar as suas atribuições, a experiência da capital de Goiás possui maior amparo jurídico, já que a legislação municipal discorre sobre o órgão em sua Lei Orgânica, em Lei própria e por meio do decreto que legitima a posse de seus membros.

2.2.3 Bahia

Conforme dito na introdução deste capítulo, a Bahia é um dos oito estados brasileiros que preveem a criação de um Conselho Estadual de Comunicação em suas constituições. Além disso, o estado é o que possui

atualmente um funcionamento mais regular, dada a sua instalação recente e a realização de três reuniões dos conselheiros até o mês de julho de 2012

Essa previsão constitucional, contudo, não está explícita em artigo próprio. A frase se encontra em um item do artigo 227 que trata de uma maneira geral das comunicações, garantindo o direito à comunicação e à informação por parte do estado da Bahia e de seus municípios. A única atribuição do Conselho contida na Lei refere-se à formulação da política de comunicação social do Estado. Sua competência e composição devem ser estabelecidas por lei complementar, segundo a constituição estadual (BAHIA. Constituição do Estado da Bahia, 1989).

No caso baiano, o atraso da regulamentação de uma norma legalmente prevista também se repete. Embora a Constituição Estadual tenha sido promulgada em 1989, somente em 2011 começou a ser discutida uma legislação específica sobre o tema.

Tal proposta, o Projeto de Lei 19.100/2011, foi enviada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado, que o aprovou e o transformou na Lei 12.212, de 4 de maio de 2011. Esta lei, na verdade, não trata exclusivamente do Conselho nem sequer da comunicação. Trata-se de uma legislação que altera toda a estrutura administrativa do poder Executivo da Bahia, criando inclusive a Secretaria de Comunicação Social do Estado (Secom), que antes existia com o *status* de Assessoria Geral de Comunicação (BAHIA. Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011).

Dentre os quatro artigos que versam sobre a estrutura da Pasta, três são dedicados às especificações do Conselho, que foi caracterizado como órgão colegiado da Secom, diferentemente de outras instâncias de sua administração direta, como gabinete, assessorias e demais coordenações.

A proposição e formulação de políticas estaduais de comunicação vêm, segundo a Lei 12.212/2011, acompanhadas da elaboração de um Plano Estadual de Políticas Públicas de Comunicação Social. No que diz respeito a veículos públicos e comunitários, a legislação prevê que o Conselho deve ser responsável por orientar e acompanhar as atividades dos primeiros, bem como promover o fortalecimento dos segundos.

A Lei também discorre sobre o acompanhamento dos conteúdos da programação dos veículos. De acordo com a norma, cabe ao Conselho Estadual de Comunicação o recebimento de denúncias sobre abusos e violações de direitos humanos e o acionamento dos órgãos competentes.

Dentre outras obrigações, o Conselho também possui a prerrogativa de convocar audiências e consultas públicas sobre comunicação e políticas públicas do setor, favorecendo seu papel mediador com a sociedade e dialógico na busca de melhores práticas para as comunicações.

Ao todo, são dezoito atribuições que a legislação confere ao órgão, sendo que todas elas dizem respeito a práticas que os seus membros deveriam desenvolver de modo autônomo. De fato, a própria Lei 12.212/2011 procurou qualificar o órgão como “consultivo e deliberativo” (BAHIA. Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011).

O artigo que trata da composição do Conselho foi um dos únicos a ser alterado pelos deputados estaduais no momento da tramitação da Lei. O número de integrantes subiu de 25 para 27, aumentando os denominados representantes da sociedade civil, que passaram a ser vinte.

O restante da composição (sete membros) é ocupado por integrantes do Poder Público, como as Secretarias de Comunicação Social, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia, Justiça, além do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia. A presença do poder Executivo no Conselho é ratificada pela presença do próprio secretário de Comunicação do Governo, que tem a prerrogativa de presidi-lo.

Assim como em outros modelos, o tempo de mandato dos integrantes é de dois anos, sendo permitida a recondução. A Lei não chegou a tratar, entretanto, da periodicidade das reuniões, nem do prazo para elaboração do regimento interno, obrigação esta que estava prevista no projeto de lei (60 dias após a instalação).

Os membros do Conselho tomaram posse no dia 10 de janeiro de 2012. Em março, se reuniram pela primeira vez e aprovaram o regimento interno do órgão, estabelecendo o mínimo de 2/3 do colegiado para a aprovação de propostas. No dia 4 de julho de 2012 foi realizado o segundo encontro, que

deliberou o trabalho de duas comissões temáticas e convocou reunião extraordinária para o mês de agosto.

Sobre o impasse acerca das nuances entre monitoramento e censura, o representante das Organizações Não-Governamentais no Conselho, Pedro Caribé, defendeu²³ as atribuições do órgão, dizendo que a sociedade não deveria temer as atribuições do Conselho, e que este não foi formado para censurar os meios de comunicação, afirmando que o “órgão é um instrumento democrático que garante o acesso a uma informação de qualidade”.

Pedro Caribé também escreveu artigo em um portal criado pelo Intervozes²⁴ especialmente para acompanhar as atividades do Conselho Estadual, onde comenta os trabalhos do Conselho:

Os problemas operacionais e o peso excessivo do Executivo demonstram-se como os maiores desafios do momento. Desafios que retardam, mas não impedem, respostas a temas urgentes levantados pela sociedade como o acompanhamento às violações aos direitos humanos ou as crescentes críticas ao manejo dos recursos publicitários²⁵.

De fato, nota-se que embora amparado por funções deliberativas, o conselho baiano deve tomar cuidado para não tornar-se muito dependente do Poder Público. Vários são os representantes de secretarias estaduais e, de acordo com a legislação aprovada, a presidência do órgão cabe ao secretário estadual de Comunicação.

Apesar de possuir estrutura administrativa vinculada à Secom, com seu funcionamento dependendo da secretaria, o Conselho tem o *status* de órgão colegiado, o que o coloca, em tese, em uma posição equidistante ao governo

²³ Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/03/28/aprovado-regimento-interno-do-conselho-de-comunicacao-da-bahia>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

²⁴ Criado em 2002, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – é formado por ativistas e profissionais com experiência em Comunicação Social e outras áreas. De acordo com o portal da entidade, o grupo está presente em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal, atuando como “uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil”. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/o-intervozes>. Acesso em: 16 ago. 2012.

²⁵ Disponível em: <<http://vozesbaianas.wordpress.com/2012/07/06/conselho-de-comunicacao-comeca-a-navegar-na-2o-reuniao/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

do Estado. Além de essa separação ser importante para um bom desempenho das atividades do órgão, é necessário que tal distinção fique clara entre todos os setores ligados à comunicação na Bahia, de modo que as suas recomendações e proposições tenham credibilidade e sejam respeitadas.

2.2.4 Ceará

O caso do Conselho Estadual do Ceará pode ser visto como um dos mais polêmicos, já que as propostas de criação do órgão tiveram exposição a nível nacional, mobilização de várias entidades e dificultaram a sua regulamentação. A Assembleia Legislativa do Ceará aprovou em outubro de 2010 o Projeto de Indicação 72/2010²⁶, da deputada estadual Rachel Marques, que propõe ao governador do estado a criação do Conselho Estadual de Comunicação.

A proposta da deputada causou polêmica e foi divulgada em todo o país como forma de vigiar a mídia. No estado, várias entidades publicaram nota de repúdio²⁷ ao projeto, como a Ordem dos Advogados Brasil do Ceará, a Associação Cearense de Emissoras de Rádio e TV (Acert) e o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado do Ceará (Sindatel).

Na época, a Folha de S.Paulo²⁸ noticiou a proposta de criação do conselho como “controle da mídia”, utilizando o termo de modo pejorativo e citando como atribuição do órgão unicamente o monitoramento de denúncias

²⁶ Projeto de Indicação é uma forma dos deputados sugerirem que o Governo do Estado elabore um projeto de lei sobre algum tema. Caso o governador acate a proposta, ela volta a ser discutida e votada na Assembleia. O Projeto de Indicação 72/2010, de autoria da deputada Rachel Marques (PT), tramitou na Assembleia Legislativa do Ceará entre agosto e outubro de 2010 e foi aprovado pelos deputados. Disponível em <[http://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=27 legislatura&tabela=projeto_indi&codigo=869](http://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=27_legislatura&tabela=projeto_indi&codigo=869)>. Acesso em: 16 ago. 2012.

²⁷ POMPEU, Carmem. No CE, entidades repudiam Conselho de Comunicação. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,no-ce-entidades-repudiam-conselho-de-comunicacao,628529,0.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

²⁸ Folha de S.Paulo. Após Ceará, três estados planejam vigiar a mídia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/819621-apos-ceara-tres-estados-planejam-vigiar-midia.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

de veículos de comunicação. Dias depois o jornal voltou a fazer uma matéria sobre o tema, citando o caso de outros estados que, segundo a reportagem, planejavam “vigiar a mídia”.

Ainda de acordo com a legislação, o regimento interno deve ser elaborado em até 60 dias após a posse do primeiro colegiado.

O Projeto de Indicação 72/2010 elaborado pela deputada e aprovado pela Assembleia prevê que o Conselho Estadual de Comunicação seja um órgão colegiado vinculado à Casa Civil do Estado, com atribuições consultivas, normativas, fiscalizadoras e deliberativas. Apesar da vinculação, o Conselho possui, de acordo com a proposta, dotação orçamentária própria.

De acordo com o Projeto, nota-se uma diferença com relação aos outros modelos de conselhos de comunicação analisados: o órgão cearense terá, caso venha a ser instalado, a permissão de atender solicitações dos três Poderes e também de qualquer entidade da sociedade.

As funções do Conselho, de acordo com proposta, são variadas. A deputada Rachel Marques propôs desde ações mais genéricas, como garantir o exercício da democracia, da liberdade de expressão e princípios éticos e de igualdade, até atividades mais detalhadas, como orientação e fiscalização das atividades dos meios de comunicação, estimulando sua rede pública.

A elaboração de um Plano Estadual de Políticas Públicas de Comunicação Social também foi prevista na proposta da deputada. Outra atribuição do Conselho trata do recebimento de denúncias sobre violações de direitos humanos. O projeto ainda prevê que a publicidade oficial e a propaganda comercial sejam regulamentadas, chamando atenção para a pluralidade na primeira e para o cumprimento de normas relativas à propaganda de produtos como tabaco e bebidas alcoólicas na segunda.

De acordo com a proposta da deputada, a vigilância das concessões de emissoras por parte do Conselho de Comunicação deve ser feita com base no acompanhamento desses processos e na análise do cumprimento das legislações de radiodifusão, com apoio das Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações e da Anatel.

Ao todo, o artigo que trata das atribuições do Conselho conta com 27 itens, e apresenta funções não encontradas em outras legislações, principalmente as elaboradas há mais tempo, como o incentivo a políticas de adaptação às novas tecnologias e a universalização dos serviços de telecomunicações.

Já a composição do Conselho apresenta-se, segundo o Projeto de Indicação 72/2010, semelhante à prevista na regulamentação da Bahia, com sete membros do Poder Público e dezoito da sociedade civil, incluindo produtores, difusores, profissionais e membros de movimentos sociais.

A previsão do tempo para o mandato dos 25 membros também é de dois anos, mas, neste caso, a recondução não é permitida. Às entidades representadas no Conselho cabe a indicação dos seus interlocutores para concorrerem às cadeiras no órgão, no entanto estes participariam de processo eleitoral.

Em outubro de 2010, cerca de 90 entidades²⁹ assinaram um manifesto defendendo a criação do Conselho de Comunicação do Estado do Ceará. O objetivo dos signatários em apoiar o projeto de indicação da deputada Rachel Marques foi pedir que o governador Cid Gomes acatasse a sugestão da parlamentar. As entidades representavam diversas associações ligadas à cultura e à comunicação, bem como sindicatos de profissionais e entidades nacionais ligadas à área.

Tal documento expunha argumento de que a proposta de implantação do conselho estava longe de ser uma tentativa de censura. Desse modo, procurou explicar que os objetivos da proposta eram garantir a participação popular, o controle social e a gestão democrática das políticas públicas. A declaração ainda defendeu que os conselhos de comunicação poderiam “garantir à sociedade brasileira o direito à informação plural, a liberdade de manifestação de pensamento e de criação e a consolidação da democracia nos meios de comunicação” (FENAJ, 2010).

²⁹ FENAJ e demais. Manifesto em defesa do Conselho de Comunicação Social e da democracia. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3198>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

A longa exposição do caso a nível nacional e as extensas críticas tornaram o processo fragilizado e fizeram com que o governador Cid Gomes ainda não tivesse uma posição tomada sobre o assunto até julho de 2012.

Além disso, atribui-se ao vácuo momentâneo do debate o afastamento da deputada Rachel Marques de suas atividades parlamentares durante um momento, devido a licença médica, impedindo-a de se dedicar à defesa do tema. Dessa forma, em artigo publicado no site Observatório da Imprensa³⁰, o pesquisador Venício Lima registrou em 2011 que o debate sobre a regulamentação do Conselho a nível local estava recomeçando.

Após esses exemplos de conselhos de comunicação e do compartilhamento das experiências das atribuições, composições e legislações desses órgãos nos âmbitos municipal, estadual e federal, serão apresentados no próximo capítulo os debates e propostas surgidos na época de criação da Lei Orgânica acerca do Conselho Distrital de Comunicação Social.

Apesar de estar previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal de 1993, no artigo 261, o órgão nunca chegou sequer a ser regulamentado pela Câmara Legislativa do DF. Nesse sentido, será analisado também o projeto de lei 401/2011, do deputado Wasny de Roure, que institui o Conselho e encontra-se em tramitação na Câmara.

³⁰ LIMA, Venício Artur. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_onde_estamos_e_para_onde_vamos>. Acesso em: 13 ago. 2012.

3. CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF E A LEI ORGÂNICA

Antes de discorrer sobre as propostas relativas ao Conselho de Comunicação Social do DF (CCS-DF) é relevante esclarecer que o Distrito Federal, unidade da federação onde está localizada a capital federal, possui algumas peculiaridades. De acordo com o artigo 32 da Constituição Federal de 1988, é vedada a sua divisão em estados e municípios, motivo pelo qual o DF não possui prefeito nem vereadores, apenas governador e deputados distritais (BRASIL, 1988).

Quanto ao aspecto legal do Distrito Federal, a Constituição determina que as competências legislativas reservadas aos estados e municípios cabem ao próprio DF, regido por uma Lei Orgânica. Além disso, devido a essas características, não havia, antes da promulgação da Constituição Federal, eleições diretas para os governantes do DF nem para os parlamentares da chamada Câmara Legislativa, que reúne atribuições das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas Estaduais.

Desse modo, o período que será detalhado a seguir, principalmente o ano de 1991, em que houve a apresentação de propostas elaboradas pela sociedade, tanto por meio de entidades representativas como por meio de cidadãos comuns, trata-se do momento de formulação da Lei Orgânica do Distrito Federal, isto é, do primeiro marco legal do DF, processo que, por sua vez, foi conduzido pelos primeiros deputados distritais eleitos pela população.

3. 1 Estrutura da elaboração da Lei

Para a elaboração da Lei Orgânica, a Câmara Legislativa foi dividida em quatro comissões temáticas, responsáveis cada uma pela formulação de anteprojetos com os seguintes temas: Ordem Social e Meio Ambiente, Ordem Econômico-Financeira, Organização dos Poderes do Distrito Federal e Política Urbana e Rural. Após esses trabalhos, coube à Comissão de Sistematização a tarefa de organizar os anteprojetos na estrutura final da Lei, realizando também as devidas revisões técnicas e constitucionais.

A comissão que tinha como função elaborar o capítulo da Comunicação Social era a de Ordem Social e Meio Ambiente, composta pelos deputados Padre Jonas, Jorge Cauhy, Rose Mary, Pedro Celso e Agnelo Queiroz. Na primeira reunião da comissão, foram eleitos os deputados Padre Jonas para a presidência e Rose Mary para ser a relatora do anteprojeto.

O cronograma previsto para a elaboração da Lei compreendia o período de quase dois anos. As comissões temáticas foram instaladas no dia 2 de agosto de 1991 e tiveram até o mês de dezembro daquele ano para elaborar seus anteprojeto.

Nesse prazo, o havia um período para debates externos e recebimento e sistematização das diversas propostas – agosto e setembro – e outro para a votação interna nas comissões – 23 de setembro a 13 de dezembro de 1991.

A Comissão de Sistematização dispôs, assim, de dois meses – fevereiro e março de 1992 – para efetuar seus trabalhos. Já o período para votação de toda a Lei Orgânica, nas reuniões plenárias da Câmara Legislativa, foi estipulado entre junho e agosto de 1992. Finalmente, no dia 17 de junho de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica do DF.

3.2 Participação da sociedade

A participação da sociedade por meio de sugestões requeria que a população elaborasse propostas e as entregasse na Câmara Legislativa, preferencialmente com o apoio de algum deputado. Tais propostas eram enumeradas e encaminhadas aos relatores das respectivas comissões, para que analisassem a sua pertinência e as incluíssem ou não em seus anteprojeto.

De um modo geral, esse mecanismo foi mais utilizado pelos próprios deputados, que chegaram a elaborar anteprojeto inteiros de lei com as suas propostas para a Lei Orgânica, e por diversas entidades e associações que sugeriam legislações pertinentes a seus assuntos de interesse, com as suas respectivas justificativas.

A participação da sociedade também foi possível por meio de audiências públicas, onde o intuito era sair do espaço da Câmara Legislativa e ouvir os

cidadãos em um contato presencial. Para isso, foram realizados encontros em diversas regiões administrativas do Distrito Federal, como Ceilândia, Samambaia, Gama, Planaltina, Guará, Cruzeiro, Núcleo Rural de Sobradinho, Paranoá, onde população era estimulada a contribuir com suas sugestões e demandas.

A realização desse tipo de audiências se deu de modo amplo com a presença de todas as comissões temáticas e de modo particular para debate de seus respectivos temas separadamente. Além disso, dentro de cada comissão foram previstos debates de temas mais específicos.

Na comissão de Ordem Social e do Meio Ambiente, por exemplo, foram marcadas audiências temáticas de meio ambiente e transportes, defesa do consumidor e participação popular, família e educação, cultura e desportos, além da própria comunicação social, durante os meses de agosto e setembro de 1991.

No âmbito do Projeto "Fala Cidadania", que procurou aproximar ainda mais a construção da Lei Orgânica do cotidiano da população brasiliense, 100 mil cartões postais foram enviados aos moradores do DF para que respondessem com suas sugestões. De acordo com a publicação que trata da contextualização histórica da Lei Orgânica (DISTRITO FEDERAL, 2011), 2.600 respostas a essas correspondências foram encontradas no arquivo da Câmara Legislativa, com descrições de problemas e propostas de soluções elaboradas pela sociedade.

Algumas dessas propostas trataram genericamente da comunicação, e nenhuma chegou a tratar especificamente do Conselho de Comunicação Social do DF.

Também a Universidade de Brasília se organizou para contribuir na elaboração da Lei Orgânica. O Decanato de Extensão da Universidade criou em julho de 1990 o Projeto Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal, que pretendia reunir o apoio de diversos pesquisadores, professores e estudantes no intercâmbio de conhecimentos sobre o DF, procurando subsidiar os deputados na elaboração da Lei.

Segundo a publicação que reuniu parte dessas propostas, sistematizada pela coordenadora do projeto, Ivonette Santiago Almeida (1993), a ideia era que a UnB pudesse incorporar pesquisas e estudos já existentes nos seus diversos departamentos à realidade do Distrito Federal daquela época. Assim, durante o período de elaboração da Lei, a Universidade de Brasília organizou mesas redondas, fóruns e debates com especialistas nas diferentes áreas de interesse abordadas pela Lei, de dentro e fora da UnB. Para isso, foram criados Grupos Temáticos de Trabalho (GTs), que formularam propostas de artigos para a Lei Orgânica com base nessas discussões (ALMEIDA, 1993).

A principal proposta para o capítulo das comunicações, conforme será visto a seguir, foi elaborada com o apoio do GT de Comunicação, corroborada e assinada por diversas entidades, movimentos e estudantes ligados à área.

3.3 Análise das propostas – Construindo democraticamente o Conselho

3.3.1 O início do debate

Os funcionários da Radiobrás³¹, no dia 13 de setembro de 1991, entregaram na Câmara Legislativa do DF as suas propostas para o capítulo da Comunicação Social (ANEXO I). A carta com as sugestões foi protocolada pelo então deputado distrital Fernando Naves. Essa iniciativa se configurou como uma tentativa de começar as discussões sobre o tema. Embora houvessem propostas estruturadas de modo formal, com divisão em tópicos e subtópicos, os autores fizeram questão de afirmar que o documento pretendia, naquele momento inicial, reunir elementos para um amplo debate sobre a comunicação social no DF, a exemplo do que ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte.

Além disso, os funcionários informaram que o modelo serviria apenas para subsidiar as entidades representativas dos segmentos da população do

³¹ Criada em 1975, a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) reunia todas as emissoras de rádio e TV do Governo Federal, sendo responsável também pela administração da Agência Brasil e da Radioagência Nacional. Em 2008, foi incorporada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), na tentativa de instituir um sistema público de comunicação, após a edição da Lei 11.652/2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 17 ago. 2012.

Distrito Federal (sindicatos, associações comunitárias e organizações de classe diversas) na apresentação de propostas para a Lei Orgânica.

A origem desse movimento foi a própria mobilização em torno do capítulo da Comunicação Social na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988. Já o debate local foi possibilitado a partir das discussões iniciais do Grupo de Trabalho da Comunicação Social para a Lei Orgânica, formado por várias entidades, dentre elas o Movimento Pró-Participação Popular na Lei Orgânica.

Os temas da proposta estão estruturados em quatro eixos. O primeiro, que tinha como título os princípios da Comunicação e Cidadania, apresentava propostas com base nas concepções da comunicação como bem social e do direito à comunicação. O segundo eixo tratava da promoção da cultura regional, discorrendo sobre a responsabilidade dos veículos de comunicação na promoção da cultura regional. Já o terceiro tópico se dedicava ao Conselho de Comunicação Social do DF, conforme será detalhado a seguir. Outras providências “no rumo da democratização” fechavam a lista de temas apresentados, sugerindo que o sistema público, a comunicação para pessoas com deficiência e a educação para a mídia também entrassem no debate (ANEXO I).

A primeira consideração sobre o modelo de Conselho então proposto pelos funcionários da Radiobrás era o caráter condicionante de suas atribuições. Em todas as referências à atuação do órgão, a proposta deixa claro que estas são possibilidades de trabalho, utilizando sempre verbos no futuro do pretérito, como “caberia” e “assinalaria”.

Outro fato relevante é a subordinação das ações do órgão à aprovação do Legislativo. Não é detalhado como seria a estrutura administrativa do Conselho, mas todas as suas decisões dependeriam de aprovação dos parlamentares. Quanto à sua pertinência, é destacada a participação da sociedade na discussão e implementação de políticas públicas de comunicação.

As funções do Conselho, além da genérica proposição de “diretrizes para uma verdadeira política regional de comunicação”, seriam as seguintes (ANEXO I):

- Disciplinar o uso, pelos poderes públicos, da mídia estatal para a divulgação de suas atividades;
- Regulamentar o Direito de Antena nos veículos estatais em benefício das entidades da sociedade civil, de maneira a assegurar o acesso e a pluralidade de expressão e opinião a organizações sindicais, profissionais, comunitárias, culturais e ambientais;
- Regulamentar os Conselhos de Programação e de Redação dos veículos estatais, instâncias decisórias democratizadas que garantiriam a independência editorial daqueles meios perante o poder público;
- Definir os critérios para produção e veiculação de publicidade oficial nos meios de comunicação privados (referentes às condições de concorrências, produção e divulgação); em tais critérios, poderá se condicionar a cessão da publicidade oficial ao cumprimento, pela mídia privada, das iniciativas do Conselho aprovadas pelo Poder Legislativo – por exemplo, extensão do Direito de Antena e promoção da cultura regional, entre outras;
- Subsidiar o Conselho de Comunicação federal, relativamente aos processos de outorga e/ou renovação de concessões e permissões de radiodifusão em Brasília (DISTRITO FEDERAL, Proposta Funcionários da Radiobrás, 1991).

Nota-se na proposta a preocupação com os meios de comunicação estatais, com o objetivo de torná-los mais diversificados, levando em conta a participação da sociedade e a independência editorial. Há inclusive a previsão de se criar outros conselhos que regulariam especificamente a programação desses veículos. A publicidade oficial era o único ponto que versava diretamente sobre a radiodifusão privada, demonstrando que os funcionários da Radiobrás tomaram cuidado para não propor atribuições que interferissem de modo direto no interesse dessas emissoras.

Apesar da prerrogativa de se condicionar as propagandas estatais ao cumprimento, pelos meios de comunicação privados, das iniciativas do Conselho, a regulação desse tipo de veículos, no que se refere ao conteúdo e à programação, não estava prevista de modo claro.

O respeito aos direitos humanos, aos valores morais, à promoção da cultura regional e a finalidades educativas dos veículos está previsto na Constituição Federal e, desse modo, acompanhar a produção da mídia neste

sentido poderia ser uma das funções do Conselho de Comunicação Social do DF.

Entender a atuação do CCS-DF em todos os setores da comunicação, inclusive o privado, é importante para fortalecer as ações desenvolvidas pelos seus membros. Caso uma proposta de conselho previsse atribuições somente ligadas aos meios de comunicação estatais, os demais veículos não se sentiriam contemplados nas funções do órgão, o que poderia causar uma fragilização ou até falta de legitimidade do mesmo para lidar com as políticas de comunicação como um todo.

Por fim, a sugestão do órgão do DF de subsidiar o CCS no âmbito federal objetivava dotar os processos de outorga das concessões de maior participação social, uma vez que o conselho distrital contaria com a contribuição popular. Esta pode ter sido uma forma encontrada pelos autores da proposta de não descumprir a Constituição Federal, que determina que tais atividades são competência do Poder Executivo, mediante apreciação do Congresso Nacional. Um dos principais argumentos utilizados recentemente para a não criação de conselhos estaduais é justamente essa atribuição de os órgãos participarem do processo de outorga das concessões. Uma vez que as legislações regionais preveem essa possibilidade, mesmo que de forma genérica, são consideradas inconstitucionais.

Levando em conta que a Carta Magna não permite que os meios de comunicação formem oligopólios e muito menos monopólios, a discussão sobre essa proposta é válida porque os conselhos estaduais e, neste caso, o Conselho de Comunicação Social do DF, poderiam emitir pareceres sobre os diferentes veículos e seus proprietários, possuindo para isso, em tese, mais recursos do que a própria União ou o CCS, dada a sua proximidade com as empresas. Tal atribuição, no entanto, poderia ficar mais clara na proposta apresentada, a fim de se evitar confusão e o não cumprimento dessas previsões constitucionais.

A iniciativa dos funcionários da Radiobrás, portanto, além de rememorar os debates sobre a comunicação ocorridos na Constituinte e no âmbito do GT de Comunicação Social para a Lei e de propor medidas que visam permitir uma

maior participação social e uma programação mais plural nos conteúdos de radiodifusão distrital, priorizava o debate horizontal, isto é, deixava claro que as sugestões estavam à espera de parceiros para contribuírem com a sua complementação.

No entanto, mesmo nessa etapa de abertura ao diálogo, havia a necessidade de esclarecer alguns tópicos da proposta, conforme dito acima. Deve-se entender o momento de debate inicial em que os propositores se colocaram, mas como a sugestão foi protocolada na Câmara Legislativa apenas dez dias antes do início previsto para as discussões na Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente, dia 23 de setembro, percebe-se que o período foi curto para a maturação dessas ideias junto às entidades representantes do setor. De todo modo, serviram de subsídio para discussão dos deputados.

3.3.2 A população contribui

As propostas apresentadas no Projeto “Fala Cidadania”, de um modo geral, não chegaram a apresentar contribuições unicamente sobre o tema das comunicações. De acordo com levantamento realizado no Arquivo da Câmara Legislativa do DF junto aos documentos da época da Lei Orgânica para essa pesquisa, dentre as 360 sugestões provindas do projeto para a Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente, um número reduzido tratou diretamente do assunto.

Não foi possível determinar com precisão a quantidade de propostas apresentadas pela população devido ao modo em que se encontravam os documentos, sem nenhuma classificação inicial. Assim, a análise e contagem das sugestões foi feita de acordo com uma busca que não conseguiu esgotar detalhadamente todo o material encontrado na Câmara Legislativa, dividido em cinquenta caixas de arquivo. Considerando estas dificuldades enfrentadas no levantamento documental, não foi encontrada nenhuma proposta que tratasse diretamente sobre a criação de um conselho de comunicação.

De uma maneira geral, foram apresentadas propostas mais genéricas do que práticas para a Lei, já que a população aproveitou a oportunidade para

apresentar os principais problemas que enfrentavam sem se preocupar necessariamente com a sistematização de propostas formais para a Lei. Essa situação, no entanto, foi encontrada também nas demais comissões temáticas da Lei Orgânica.

Analisando as notas taquigráficas das audiências públicas e as propostas apresentadas pelos cidadãos, a maior parte se refere a problemas diários enfrentados pela população como falta de qualidade no transporte público, falta de saneamento e de energia elétrica. No entanto, como as discussões nas audiências se demonstraram ainda muito iniciais sobre a elaboração da Lei Orgânica do DF em si, o debate com a sociedade sobre esses temas foi restrito.

Dentre as sugestões apresentadas no campo das comunicações, a tendência notada foi a de correlacionar iniciativas ligadas à área com outros temas, como por exemplo a proposta de divulgar campanhas no rádio e na TV sobre a situação das famílias imigrantes que chegavam ao DF na época, “desestimulando futuros deslocamentos populacionais” (ANEXO II).

Outras, no entanto, foram direto ao assunto, como a proposta de criação de um canal de TV pelo Governo do Distrito Federal. A seguir, será apresentada a sugestão que mais relação demonstrou ter com as atribuições do Conselho de Comunicação Social do DF.

A auxiliar fotográfica Maria Rita Brandão de Oliveira demonstrou preocupação com o distanciamento do que é veiculado nos meios de comunicação e os reais interesses da comunidade da qual participa. A principal reivindicação dela foi a liberação das rádios e TVs livres, também chamadas de comunitárias, e as consequências de tal incentivo para a promoção da cultura local (ANEXO III).

Maria Rita Brandão, que era moradora de Taguatinga e acompanhava a programação dessas rádios, apresenta um paralelo entre esses veículos e os meios de comunicações tradicionais, que, segundo ela, estariam voltados apenas para as notícias e artes internacionais. Para Maria Rita, a melhor forma do Brasil resolver os problemas locais das comunidades seria investindo em

cultura, lazer e esportes, atuando para isso em conjunto com a comunicação (ANEXO III):

O povo precisa de veículos para debates, denúncias, e para desenvolver ou demonstrar sua arte, sua música, os seus dons que são os mais variados e muitos deles não têm chance de divulgá-los. Porque o monopólio da alta sociedade não permite que a população de renda mais baixa faça seu apelo através de rádios, jornais revistas e outros meios de comunicação. A comunicação é fundamental para a realização, integração da socialização da população (DISTRITO FEDERAL, Sugestão Maria Rita Brandão de Oliveira, 1991).

A preocupação da cidadã passa, assim, pelos núcleos do debate da regulação das comunicações. Primeiro, a questão dos monopólios, que não deixam espaço para os pequenos veículos se expressarem e colocarem no debate as demandas da sociedade. Em segundo lugar, a questão do conteúdo da programação desses grandes veículos, especialmente no que tange a sua falta de regionalização e estímulo às representações artísticas locais. Por fim, a questão das emissoras comunitárias, que, conforme será explicado a seguir, não eram legalizadas nessa época e correspondem a formas de mediação da sociedade com o poder público local.

Embora não cite em nenhum momento as instâncias por meio das quais essas soluções poderiam ser resolvidas, dentre elas o Conselho Distrital de Comunicação, a moradora de Taguatinga demonstra interesse em que essas preocupações sejam resolvidas de modo rápido, por meio da Lei Orgânica. A criação de normas nesse sentido, vinculadas ao capítulo da Comunicação Social, poderia legitimar essa reivindicação e ser uma possibilidade de resolução do impasse.

Além disso, o aproveitamento dessa sugestão, apresentada por uma moradora mas que certamente encontra apoio em outros setores das comunidades locais, poderia ser feito mediante a determinação de funções do Conselho Distrital que visam contribuir com o debate. Na etapa de regulamentação do órgão, por exemplo, poderia haver a previsão de que o Conselho atuasse junto aos meios de comunicação, estimulando a diversidade,

apoando iniciativas de veículos comunitários locais e criando mecanismos para impedir os monopólios e oligopólios das comunicações, proibição esta que está inclusive na Constituição Federal, Art. 220, § 5º: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988).

3.3.3 A discussão se aprofunda

A proposta mais completa para um capítulo da Comunicação Social na Lei Orgânica do DF é a relatada a seguir. Assinada por 22 entidades, entre sindicatos e associações, as sugestões foram elaboradas após cinco meses de discussão entre esses movimentos da sociedade civil e a participação popular. Os resultados desse debate foram reunidos posteriormente na obra “Projeto Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal – Uma breve memória 1990-1992” (ALMEIDA, 1993), elaborada pelo projeto de mesmo nome da Universidade de Brasília e coordenado pela professora Ivonette Santiago Almeida. A UnB, por meio desse projeto, também foi signatária da proposta.

Os sindicatos brasilienses dos radialistas, dos jornalistas, dos gráficos, dos enfermeiros, dos comerciários e dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos estavam representados na carta, entregue à Câmara pelo deputado Wasny de Roure (ANEXO IV). Entidades federais também assinaram o documento, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Central Única dos Trabalhadores (CUT/DF), a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Além disso, associações como a dos moradores da Ceilândia Norte e dos Orientadores Educacionais apoiaram as propostas.

O Movimento Pró-Participação Popular na Lei Orgânica do DF e o Projeto Pró-Participação na Lei Orgânica do DF (UnB) também estiveram representados, além de professores da Faculdade de Comunicação, do Decanato de Extensão e de estudantes do Centro Acadêmico de Comunicação da UnB.

A proposta, protocolada no dia 12 de setembro de 1991, contempla nove artigos para o capítulo. Como foi apoiada por outros deputados além de Wasny de Roure, responsável por protocolar as sugestões, e também como se pode perceber comparativamente com o anteprojeto apresentado pela Comissão de Ordem Social, pode-se afirmar que esse foi o modelo utilizado pela relatora para a elaboração de seu anteprojeto. Apenas dois artigos foram retirados pela deputada Rose Mary Miranda e os demais possuem redação idêntica à proposta, com exceção de um ou outro parágrafo eliminado ou acrescido. Além disso, a relatora utiliza parte da justificção das entidades para compor o seu relatório sobre o capítulo.

No que se refere à estrutura inicial do capítulo sobre a Comunicação, a proposta é semelhante à sugestão apresentada anteriormente. O primeiro artigo trata da comunicação como bem social e direito fundamental dos cidadãos, acrescido de um parágrafo que garante a liberdade de opinião e expressão. Ambos foram acolhidos pela deputada relatora e aprovados pelos parlamentares. A única diferença com o texto atual da Lei Orgânica é o alerta de que devem ser observadas as regras dispostas na Constituição.

O segundo artigo trata dos veículos de comunicação estatais, assegurando a sua independência editorial dos Poderes constituídos. Para isso, os signatários da proposta previram a regulamentação de Conselhos de Programação e de Redação e a participação de partidos políticos e organizações sociais nesses veículos, mediante espaço periódico e gratuito.

Embora não discorram em sua proposta sobre a atuação do Conselho de Comunicação Social do DF para o cumprimento específico dessa norma, os idealizadores do capítulo poderiam ter incluído tal prerrogativa, já que a presença do órgão na adoção de medidas que deem mais autonomia editorial aos veículos estatais poderia ser relevante. Apesar disso, os conselhos de programação e de redação também poderiam cumprir a tarefa.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 223, a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal. Como o CCS possui legalmente a prerrogativa de dispor sobre o tema, pode-se afirmar que o Conselho de Comunicação Social do DF também poderia versar sobre os

veículos estatais e auxiliar na independência de seus funcionários (BRASIL, 1988).

Ao analisar este artigo, a deputada Rose Mary contemplou parcialmente a proposta das entidades, retirando o parágrafo que garante espaços periódicos de partidos políticos e organizações sindicais nos meios de comunicação estatais. Já os legisladores da Lei Orgânica, ao discutirem o relatório da deputada, retiraram o outro parágrafo, que criava os conselhos de programação e de redação nesse tipo de veículos.

O estímulo à produção independente e à promoção da cultura regional são observados no terceiro artigo. Para isso, os autores da sugestão idealizaram a criação de um fundo de incentivo à produção cultural regional e do Centro Regional de Produção em Áudio e Vídeo. Apesar da preocupação demonstrada pelos autores em garantir já na Lei Orgânica a parcela de produção regional nas programações das emissoras, os deputados distritais retiraram essas prerrogativas e mantiveram apenas o parágrafo que prevê a regulamentação em norma posterior.

Até o momento, porém, não foi feita no Distrito Federal uma legislação específica sobre a produção independente e a regionalização da programação das emissoras. Essa e outras reivindicações são tema do I Seminário de Comunicação Pública do DF, a ser realizado de 16 a 18 de agosto de 2012, conforme será detalhado no próximo capítulo.

Embora não conste em nenhum dos anteprojetos da Lei Orgânica do DF, muito menos em sua redação final, a prerrogativa de o Conselho de Comunicação Social atuar na defesa da programação regional e da produção independente está presente em outras experiências, como demonstrado nas práticas de Porto Alegre e no próprio caso do CCS. Já que a Lei Orgânica do Distrito Federal não prevê essa atuação do Conselho distrital, se fazem necessárias legislações específicas sobre a regionalização da produção cultural e, claro, sobre o próprio órgão.

O quarto artigo proposto não foi aceito pela deputada Rose Mary, e, com isso, não pôde ser discutido pelos legisladores. A sugestão era de que a concessão de alvará de funcionamento das emissoras de rádio e televisão só

fosse permitida caso as empresas comprovassem a veiculação de programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos no DF.

Mais uma vez a questão da permissão de licenças para as emissoras é questionada. Certamente o artigo foi suprimido porque houve a interpretação de que essa medida poderia cercear a liberdade de expressão e de imprensa das empresas que estivessem funcionando no DF. De fato, a redação do artigo não é clara, determinando que a responsabilidade dessa tarefa é do órgão competente do Governo do Distrito Federal, sem especificar, contudo, que órgão seria esse.

No entanto, a simples eliminação do artigo não resolve, por si só, o problema encontrado no Distrito Federal e em outras unidades da federação, no que diz respeito à falta de produção de conteúdo local, cabendo às emissoras “cabeças de rede”, como são chamadas, a grande parcela da programação veiculada em todo o país. Desse modo, o Conselho Distrital poderia atuar nesse sentido, atuando na formulação de políticas públicas nas quais os meios de comunicação passem a ter sua cota de produção regional.

Neste caso, poderia instigar que as emissoras de rádio e TV produzissem as notícias em cada região administrativa do Distrito Federal para mostrar a diversidade cultural do Distrito Federal e promover seus artistas locais, num incentivo à produção independente.

Somente caso essas empresas se recusassem a cumprir tal papel, previsto também na Constituição Federal, em seu Art. 221, item III: “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” (BRASIL, 1988), o Conselho Distrital poderia entrar em cena, emitindo recomendações para que esses percentuais fossem cumpridos.

Lembrando que no âmbito distrital o Conselho de Comunicação deveria ter o papel de assessorar o Poder Executivo, e não teria, de acordo com sua Lei Orgânica, funções deliberativas nem normativas, essas recomendações poderiam ser feitas ao Governador do Distrito Federal para que tomasse as devidas providências. É importante ressaltar, no entanto, que qualquer estudo

ou parecer feito pelo Conselho deveria ser realizado com os máximos critérios possíveis, para que não haja dúvida sobre a análise feita pelo órgão, já que se trata de regulação de conteúdo.

Outra sugestão de norma que não chegou a ser incorporada à Lei Orgânica foi o artigo que dispõe sobre o Sistema de Radiodifusão Comunitária (ANEXO IV), acolhido pela relatora, porém eliminado da redação final. O artigo previa que tal sistema faria parte da rede pública de comunicação e seria mantido “sob controle social e gestão democratizada, formada por emissoras de baixa potência” (DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa, 1991). As principais finalidades desse tipo de canais deveriam ser, de acordo com a proposta, educativas, culturais e comunitárias. Um parágrafo da proposta ainda garantia ao Sistema de Radiodifusão Comunitária o financiamento majoritariamente público.

A Radiodifusão Comunitária não está prevista na Constituição Federal. Somente uma Lei sancionada em 1998 (Lei 9.612/1998) regulamentou as atividades de emissoras comunitárias no Brasil. Talvez por esse motivo os deputados distritais acharam melhor não tratar do tema na época da Lei Orgânica, embora cerca de 20 mil emissoras comunitárias estivessem no ar em todo o Brasil, já no início da década de 1990 (PERUZZO, 2009).

De fato, o parecer técnico (ANEXO V) feito após análise constitucional, justificando ser a concessão e permissão de emissoras competência do Poder Executivo, propôs que a redação do artigo fosse feita com o acréscimo da expressão “nos termos da Constituição Federal” (DISTRITO FEDERAL, Parecer, p. 2). Posteriormente, porém, essa sugestão não foi acatada e o artigo foi eliminado da redação final da Lei.

Nota-se que também a relação do CCS-DF com emissoras comunitárias do Distrito Federal poderia ser estreitada, a partir do fortalecimento desse sistema de comunicação, que também é público, por meio de iniciativas do órgão. Conforme apontado acima, esse é o modelo vigente na legislação da Bahia, aprovado em 2011. Além disso, um dos impactos do Conselho Municipal de Porto Alegre foi a coordenação da implantação do canal comunitário da cidade (OSÓRIO, 2003).

Uma proposição acolhida integralmente na Lei Orgânica versa sobre a inclusão das emissoras públicas a pessoas com deficiência. O artigo exige que tais canais devem manter intérpretes ou legendas para pessoas com deficiência auditiva, quando da veiculação de noticiários e comunicados oficiais. A proposta aprovada ainda contou com o acréscimo de um parágrafo, que determina a implantação de sistemas de aprendizagem e comunicação destinado a pessoas com deficiência visual e auditiva.

Atualmente, nenhuma lei relacionada aos conselhos de comunicação trata especificamente do estímulo à inclusão social por parte do órgão. A legislação baiana, por exemplo, prevê apenas que o Conselho Estadual pode receber eventuais denúncias sobre violações dos direitos humanos. A regulamentação do CCS-DF poderia também, desse modo, prever que caso fossem identificados abusos de determinado programa sobre o assunto, o órgão tomasse as devidas providências.

A educação para a mídia apresentada anteriormente na proposta dos funcionários da Radiobrás também esteve presente nessa sugestão, e foi integralmente aceita pela deputada Rose Mary. Não houve consenso, porém, para a aprovação do artigo na redação final da Lei Orgânica, devido ao parecer técnico alegar que este tema deveria ser regulamentado em outro tipo de lei (DISTRITO FEDERAL, Parecer, p. 3). Se incluída na Lei Orgânica, caberia ao Poder Público a inclusão de matérias sobre a educação para a comunicação social nos currículos do ensino público do DF.

Apesar de também não estar presente em nenhuma legislação sobre os conselhos de comunicação, a educação para mídia, ou educomunicação, como é atualmente chamada (SOARES, 2004), tem feito parte dos estudos da comunicação no cenário contemporâneo. Em 2011, a Universidade de São Paulo criou um curso de graduação de licenciatura em educomunicação. Como o projeto de lei 401/2011 do deputado distrital Wasny de Roure ainda se encontra em fase de tramitação, alguma emenda poderia incluir o fomento a esse tipo de ensino nas escolas, já que a Lei Orgânica não apresenta essa prerrogativa sequer no capítulo da Comunicação Social.

O penúltimo artigo trata do Conselho de Comunicação Social do DF (nomeado como Conselho Distrital de Comunicação) e prevê que este deve funcionar para os efeitos do que é tratado no capítulo. Desse modo, conforme apresentado nos parágrafos acima, todas as disposições sobre a Comunicação Social podem ser acompanhadas de alguma forma pelo órgão. Como essas atribuições não estão explícitas na proposta, há também nesse caso a necessidade de legislação complementar. Apesar das propostas e do previsto no artigo 261 da Lei Orgânica, o Conselho Distrital nunca chegou a ser regulamentado, e, conseqüentemente, não foi implantado nesses 19 anos de Lei Orgânica.

Uma característica do Conselho prevista pelos signatários, mas que não chegou a ser incorporada à Lei, é a sua natureza deliberativa (ANEXO IV). A Lei Orgânica manteve o órgão vinculado ao Poder Executivo, mas ele passou a ter funções de assessoramento na política regional de comunicação social.

Característica essencial dos conselhos de comunicação, o caráter deliberativo poderia permitir a execução de ações de iniciativa própria de seus membros. Se fosse mantida essa natureza, o CCS-DF poderia, em tese, atuar na garantia de todos os direitos humanos, inclusive a liberdade de expressão e de informação, não tendo assim a passividade que lhe é conferida com a nova redação.

Quanto às atribuições do Conselho, percebe-se que os legisladores retiraram os quatro itens que detalhavam suas obrigações, além do texto que atribui ao órgão a definição de critérios para o uso de verbas publicitárias do Governo. Mais uma vez, nota-se que uma participação mais ativa do conselho, elaborada por meio de debates, não foi levada adiante pela deputada Rose Mary, e conseqüentemente pelos parlamentares da Câmara Legislativa do DF.

Apenas a composição do Conselho foi acatada em partes. A presença de entidades da sociedade civil foi mantida pela relatora. Contudo, a condição de que esta parcela fosse numericamente maior que representantes do Poder Executivo foi eliminada.

O texto sugerido pelas entidades acerca da criação do Conselho (ANEXO IV), e que porém não foi legitimado pela Lei Orgânica, era a seguinte:

Art. ____ Para os efeitos do disposto neste capítulo e em legislação complementar, a lei instituirá o Conselho Distrital de Comunicação, órgão deliberativo vinculado ao Poder Executivo.

§ 1º - Na Constituição do Conselho Distrital de Comunicação Social, garantir-se-á maioria numérica para as representações de entidades da sociedade civil, e assentos a órgãos do Poder Executivo, indicados os conselheiros por seus respectivos organismos e sancionados pela Câmara Legislativa.

§ Caberá ao Conselho Distrital de Comunicação Social:

I – Propor diretrizes e objetivos para a Comunicação Social no Distrito Federal, que consubstanciem uma política regional de comunicação;

II – Implementar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a política referida no inciso anterior, nas áreas previstas, uma vez aprovada pela Câmara Legislativa;

III – Criar mecanismos que estimulem a adesão dos veículos de comunicação privados a diretrizes e objetivos da política aludida no inciso I;

IV – Subsidiar o Conselho de Comunicação Social federal relativamente aos processo de outorga e renovação de concessões e permissões de radiodifusão, e de serviços correlatos, no Distrito Federal;

§ 3º - Será atribuição específica do Conselho Distrital de Comunicação Social a definição de critérios para a distribuição das verbas publicitárias do Governo do Distrito Federal e de todos os seus órgãos, empresas públicas e de economia mista e fundações, bem como regular a prestação periódica de contas e a divulgação dos gastos oficiais com publicidade (DISTRITO FEDERAL. Proposta Sindicado dos Radialistas do DF, 1991).

Como o relatório apresentado pela deputada Rose Mary não chegou a incorporar nenhuma dessas atribuições no seu anteprojeto (ANEXO VI), pode-se concluir que os demais deputados da Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente não chegaram sequer a ter a oportunidade de debatê-las internamente.

Contudo, tomaram conhecimento das propostas, pelo menos, os deputados que assinaram o documento como signatários ou comprovando que tinham recebido as sugestões: Geraldo Magela, Padre Jonas, Tadeu Roriz, Maria de Lourdes Abadia, Benício Tavares, José Ornellas, Edimar Pireneus, além do próprio Wasny de Roure, que protocolou a sugestão na Câmara. No entanto, nada indica que eles tenham se dedicado a discutir ou sequer ler as sugestões.

O Conselho de Comunicação Social do DF foi, pois, incorporado à Lei Orgânica do seguinte modo:

Art. 261. O Poder Público manterá o Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal, integrado por representantes de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais vinculados ao Poder Executivo, conforme previsto em legislação complementar.

Parágrafo único. O Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal dará assessoramento ao Poder Executivo na formulação e acompanhamento da política regional de comunicação social (DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica, 1993).

Por fim, as diversas entidades articuladoras em torno da Comunicação na época ainda propuseram um artigo que dispõe sobre a publicidade de atos e campanhas da administração pública, e que também foi suprimido pela relatora Rose Mary.

Dessa maneira, sete dos nove artigos propostos pela equipe citada acima foram acatados pela deputada Rose Mary, e destes, cinco fazem parte da composição final do capítulo da Comunicação na Lei Orgânica de 1993.

Na justificativa, os autores da proposta avaliaram o Conselho como mecanismo fundamental para a viabilização de políticas públicas (ANEXO IV), corroborando com a argumentação exposta nos capítulos anteriores de que a atuação de órgãos consultivos pode atuar de modo auxiliar na regulação do Estado, com a pluralidade da participação da sociedade representada por meio de seus integrantes. A recomendação conclui, assim, com os seguintes dizeres:

Em suma, estamos todos diante da oportunidade histórica de gestarmos, no Distrito Federal, um modelo atual, democrático e participativo de Comunicação Social, nessa época de tantas e tão profundas transformações, em que a comunicação e a informação tornam-se cada vez mais as forças vitais de mudança nas sociedades (DISTRITO FEDERAL. Proposta Sindicato dos Radialistas do DF, 1991).

Após analisar a principal sugestão, apresentada aos deputados distritais que elaboraram a Lei Orgânica do DF, sobre o tema da Comunicação Social, nela inclusa a proposta de um artigo que instituísse o Conselho Distrital e

detalhasse as suas atribuições, serão apresentadas a seguir as demais recomendações, encontradas durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

3.3.4 Outras entidades contribuem

O Conselho de Cultura do Distrito Federal da Secretaria de Cultura e Esporte também apresentou suas propostas para o capítulo da Comunicação Social. O documento foi apresentado no dia 23 de setembro de 1991 (ANEXO VII).

A proposta era semelhante em vários pontos às sugestões detalhadas acima, e, por isso, quase idêntica à redação final da Lei Orgânica. As exceções são o artigo sobre o Sistema de Radiodifusão Comunitária e as atribuições do Conselho de Comunicação Social do DF, que mais uma vez não foram acolhidas pelos deputados.

Sobre este ponto específico, o texto apresentado pela Secretaria de Cultura repete quase na íntegra a proposta das entidades, inclusive no que diz respeito à sua natureza deliberativa, à maioria numérica da sociedade civil e aos itens que detalham as atribuições do Conselho. A única função não apresentada nesta proposta, porém, é a que trata mais diretamente da adoção de medidas específicas para empresas privadas (item III apresentado acima).

Desse modo, nota-se que o Conselho de Cultura preferiu não entrar na discussão de como o Conselho de Comunicação mediará o trabalho dos meios de comunicação privados com a adoção de políticas regionais de comunicação.

Atribuições estas importantes para um conselho que se propõe atuar na sociedade, seja ele consultivo ou deliberativo. O campo de atuação seria pequeno caso fosse instituído um órgão cujo objetivo fosse a formulação de políticas públicas e nesse processo o sistema privado das comunicações não estivesse presente.

O deputado Benício Tavares também apresentou uma proposta de capítulo para a comunicação social (ANEXO VIII). Em linhas gerais, as sugestões do parlamentar eram englobadas pelas outras propostas e foram acatadas parcialmente pela deputada Rose Mary. A diferença é um artigo destinado apenas à produção independente, determinando que o Poder

Público deve estimular esse tipo de comunicação, de modo a divulgar a cultura do Distrito Federal.

O deputado também sugere a criação do Centro Regional de Produção em Áudio e Vídeo e a inclusão de disciplinas sobre educação para mídia nos currículos escolares, a exemplo do que foi apresentado pelas 22 entidades organizadas, conforme mostrado acima. Quanto à criação do Conselho de Comunicação Social do DF, no entanto, o deputado Benício Tavares não detalhou quais seriam as suas atribuições.

Um aspecto, no entanto, faz-se necessário destacar nessa proposta: a sua vinculação com o Poder Legislativo, e não com o Executivo, como sugerido nos exemplos anteriores. Para o deputado, o órgão seria instituído pela Câmara Legislativa e teria as funções de coordenar, supervisionar e fiscalizar a política de comunicação social do DF.

Tal mudança traria ao Conselho natureza semelhante do Conselho de Comunicação Social, que é vinculado ao Congresso Nacional. A subordinação do órgão ao Poder Legislativo, no entanto, não estava presente na proposta do parlamentar, visto que ele ainda chega incluir nas suas funções a tarefa de supervisionar e fiscalizar a política regional de comunicação.

Este poderia ser um modelo a ser estudado mais profundamente, já que teria características mais distantes do Poder Público, pelo menos das atividades cotidianas dos governantes do Executivo, e mesmo assim manteria sua autonomia de, se não deliberar, pelo menos acompanhar de modo ativo as políticas de comunicação.

Na justificativa do deputado Benício Tavares estão contemplados alguns dos motivos da importância da regulação das comunicações, e, por consequência, da instituição de um Conselho de Comunicação (ANEXO VIII):

[...] a opinião pública não deverá ser objeto de manipulação de pequenos grupos, seja político-partidário, econômico ou cultural, para tanto é necessário que a sociedade através de mecanismos jurídico-constitucionais e institucionais públicos e privados disponha de todo o controle sobre a difusão e produção de informação (DISTRITO FEDERAL. Proposta Deputado Benício Tavares, 1991).

Após o detalhamento de mais duas sugestões apresentadas à Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente, que preveem a criação do CCS-DF, serão comentadas a seguir as discussões internas na Câmara Legislativa acerca da proposta de um artigo que trate do tema. Como será analisado, os debates nesse momento de votação do anteprojeto da relatora, deputada Rose Mary, não chegaram a se aprofundar no mérito das questões, a não ser em caráter excepcional.

3.4 Debates internos

Com base nos modelos, justificativas, propostas e reivindicações da sociedade, os deputados relatores de cada comissão puderam elaborar seus anteprojeto. Era a partir desses documentos que os deputados poderiam discutir mais profundamente cada tema, sugerindo alteração ao texto ou solicitando que algo fosse retirado. Foi estipulado, assim, um prazo para a elaboração das emendas dos deputados, que visavam aperfeiçoar ou mesmo corrigir o que já havia sido proposto até o momento.

Com essas solicitações em mãos, os relatores de cada comissão temática ficaram responsáveis por emitir pareceres sobre essas emendas, acatando-as ou não. No que diz respeito ao capítulo da comunicação social, como será demonstrado a seguir, não foi dispensado muito tempo para debater o anteprojeto elaborado pela deputada Rose Mary, o que fez com que algumas propostas fossem incorporadas à Lei de modo genérico, à espera de um novo momento para discuti-las.

A deputada relatora Rose Mary recebeu, de acordo com as notas taquigráficas da audiência da Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente, realizada no dia 3 de dezembro de 1991, cerca de 300 sugestões oficiais e 360 sugestões provindas do projeto “Fala Cidadania”. Ao todo, cerca de 950 emendas foram feitas ao seu anteprojeto e no início de dezembro de 1991 os deputados da Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente começaram a votar o anteprojeto de Lei. De uma maneira geral, as propostas foram acatadas pela

deputada, total ou parcialmente, porém algumas modificações no texto chegaram a ser rediscutidas nesse período.

De acordo com as reuniões realizadas entre os dias 3 e 6 de dezembro de 1991, momento em que foram votadas as emendas, nota-se que o capítulo da Comunicação Social não apresentou muitos pontos polêmicos entre os deputados. Das 231 emendas discutidas separadamente pela Comissão, poucas discorriam sobre o tema. Ao todo, de acordo com o relatório da deputada, apenas dezesseis sugestões foram apresentadas ao capítulo (ANEXO IX). Será detalhado a seguir um exemplo de alteração proposto por um dos deputados distritais e que chegou a ser debatido nesse período pelos parlamentares.

A proposta acolhida pela deputada Rose Mary em seu anteprojeto era de que o CCS-DF fosse um órgão vinculado ao Poder Executivo. Não havia, no entanto, detalhamento de sua natureza nem das suas atribuições. Desse modo, o deputado Wasny de Roure propôs novamente que o conselho tivesse funções normativas, consultivas, fiscalizadora e formuladora da política de comunicação social do DF (ANEXO X).

O deputado Wasny de Roure, com essa emenda, foi ao encontro da proposta apresentada por ele mesmo na época de apresentação das sugestões e que foi fruto de amplo debate realizado entre mais de 22 entidades ligadas à área das comunicações no DF, como jornalistas, radialistas, estudantes, acadêmicos e outras associações.

A deputada Rose Mary não acatou essa sugestão alegando que a matéria estava prejudicada já que havia sido acatado outra proposta semelhante. Embasou-se também no fato de o Conselho de Comunicação Social ter função de auxiliar o Congresso Nacional. Conforme as notas taquigráficas da reunião realizada no dia 5 de dezembro de 1991 (ANEXO X), a deputada relatora explicou que não seria viável entrar nas discussões específicas do Conselho de Comunicação Social do DF naquele momento:

O Espírito do Constituinte, ao criar o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei, o instituiu apenas como órgão auxiliar, no Congresso Nacional, para os assuntos de comunicação social. Apesar disso, esta Relatoria entendeu dar ao Conselho Distrital de

Comunicação do Distrito Federal um caráter mais efetivo, deixando sua composição e funcionamento para uma lei complementar, dada à relevância da matéria e à necessidade de amplo debate nesta Casa Legislativa. Nada nos obriga, entretanto, a descermos a detalhes de composição e funcionamento de um conselho tão importante, apressadamente, sem um estudo profundo e analítico, que só em lei complementar é recomendável. Entendemos que essa matéria tem de vir a plenário e ser discutida com todos os Deputados, por isso, acatamos a emenda do nobre Deputado Jorge Cauhy e prejudicamos esta daqui (DISTRITO FEDERAL, Notas taquigráficas, 1991).

Desse modo, a argumentação da deputada foi aceita por parte dos demais parlamentares da comissão, e a emenda do deputado Wasny de Roure foi não foi acolhida por dois votos a favor da rejeição, um contra, uma abstenção e uma ausência.

A justificativa da relatora é relevante do ponto de vista da ampliação do debate sobre o tema. Apesar das sugestões apresentadas pelos setores da sociedade à Câmara Legislativa, os próprios deputados, dado o cronograma de elaboração da Lei Orgânica, não tiveram tempo de discutir ponto a ponto. Além disso, como a Lei estabelece as regras gerais para o DF, os seus itens, em sua maioria, carecem de regulamentação posterior. Nesses momentos, então, haveria espaço para maiores debates sobre as competências do CCS-DF.

Os argumentos da deputada Rose Mary são corroborados com o seu anteprojeto. Ao propor a criação do Conselho, não há detalhamento das atribuições do órgão, somente a definição de que este seria vinculado ao Poder Executivo. A previsão era de que a sua composição e funcionamento, conforme alegou a própria deputada, deveriam ser definidos em legislação complementar.

Não foi esta, no entanto, a última redação dada ao artigo 261 da Lei Orgânica, já que foi acrescido de um parágrafo determinando que as suas funções seriam de assessoramento ao Poder Executivo. Essa modificação, portanto, fez com que qualquer debate posterior à sanção da Lei Orgânica sobre a natureza do Conselho ficasse prejudicado, visto que, como a Lei Orgânica do DF já prevê essa característica ao órgão, cabe à regulamentação unicamente a definição de suas atribuições a partir dessa premissa de que as

funções versem em torno do trabalho de assessorar o Executivo nas políticas regionais de comunicação.

Fica, desse modo, discriminado o processo de reflexão, elaboração de sugestões e discussão dessas propostas no momento em que a Lei Orgânica do DF foi formulada, entre 1991 e 1992. A apresentação de documentos com modelos do que poderia ser o capítulo da Comunicação Social na Lei Orgânica e o debate feito por diversas entidades a fim de se elaborar essas propostas foi, desse modo, o momento onde mais se pôde aprofundar no assunto, já que, devido ao cronograma de votação do anteprojeto da deputada Rose Mary na Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente, as discussões internas não foram realizadas com o tempo necessário.

Uma vez que a instituição do Conselho de Comunicação Social do DF foi incluída na Lei Orgânica, serão explicadas no próximo capítulo as propostas de regulamentação do órgão, analisando o projeto de lei que tinha esse objetivo e o espaço mais recente de diálogo aberto em 2012, com a organização do I Seminário de Comunicação Pública do Distrito Federal.

4. FALTA REGULAMENTAR – DEBATES PÓS-LEI ORGÂNICA

Como foi visto nas outras experiências de conselhos municipais e estaduais de comunicação e no CCS, a regulamentação de uma norma prevista constitucionalmente depende de negociações e não é feita de modo simples pelo Poder Legislativo. Apesar de o deputado Wasny de Roure ter apresentado uma proposição ainda em 1993 prevendo a criação do Conselho Distrital, as discussões sobre o tema não chegaram ao estado de regulamentar o artigo 261 da Lei Orgânica. A proposta do deputado foi arquivada, porém o parlamentar a apresentou novamente em 2011.

Nos últimos meses também está sendo articulada uma aproximação do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Comunicação Social, com entidades que representam alguns setores da comunicação, como a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço-DF), o Coletivo da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação no DF, o Projeto Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF (Cojira-DF), o Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), a Federação Interestadual dos Tranbaldados em empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), o Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB (LaPCom), O Movimento Negro Unificado (MNU) e os Sindicados dos Radialistas e dos Jornalistas do DF, além do próprio Movimento Pró-Conselho³².

O foco da mobilização foi a organização do I Seminário de Comunicação Pública do DF, que será realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2012. As entidades contribuíram no diálogo com a Secom-DF para que o seminário pudesse ser viabilizado. Em fevereiro de 2012, por exemplo, chegaram a

³² Lançado na Câmara Legislativa do DF no dia 3 de fevereiro de 2011, o Movimento Pró-Conselho (MPC) <<http://www.movimentoproconselhodf.blogspot.com.br>> reúne iniciativas da sociedade civil, jornalistas e lideranças das áreas da comunicação com o objetivo de pressionar a regulamentação do Artigo 261 da Lei Orgânica do DF, que institui o Conselho de Comunicação Social do DF. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2011/05/luta-pelo-conselho-de-comunicacao-do-df.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

escrever uma carta ao Governo do Distrito Federal Conselho³³ criticando o “terceiro adiamento” (MORAES, 2012) da data marcada para o conselho, que estava previsto anteriormente para ocorrer nos dias 30 e 31 de março de 2012.

4.1 Projeto de Lei

Na tentativa de regulamentar o Conselho de Comunicação Social do DF, o deputado Wasny de Roure apresentou na Câmara Legislativa o Projeto de Lei 1110/1993. A proposta tramitou nas comissões da Casa durante dez anos e não foi aprovada, sendo arquivada em outubro de 2003.

Em 2011 o deputado apresentou novamente a proposta, por meio do Projeto de Lei 401/2011 (ANEXO XI) que ainda tramitava na Câmara Legislativa no mês de agosto de 2012, momento de finalização desta pesquisa. Em março de 2012, a proposição foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguiu para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa, havendo ainda a necessidade de ser votada em plenário pelos deputados distritais.

A seguir, será analisado o texto proposto pelo deputado, que possui a mesma redação de quando apresentado pela primeira vez, logo após a promulgação da Lei Orgânica, em 1993.

A primeira característica relevante na proposição do deputado é a primeira menção feita ao Conselho. A regulamentação do órgão está prevista na ementa da proposição, isto é, na sua explicação introdutória, mas a referência ao órgão só aparece internamente em um item do primeiro artigo.

As introduções dos artigos, juridicamente chamadas de *caput*, dispõem sobre que tema aquela norma irá tratar. Isso significa que as partes

³³ MORAES, 2012. Carta dos Movimentos que lutam pela democratização da comunicação ao Governo do Distrito Federal. Disponível em: http://camaraempauta.com.br/portal/artigo/ver/id/1841/nome/Carta_dos_movimentos_que_lutam_pela_democratizacao_da_comunicacao_ao_Governo_do_Distrito_Federal/termo/Comunica%C3%A7%C3%A3o >. Acesso em: 09 ago. 2012.

complementares dos artigos, isto é, os parágrafos e demais itens, dizem respeito apenas ao tratado nesta introdução do artigo.

Esta explicação é importante porque o *caput* do primeiro artigo trata apenas dos órgãos de comunicação pertencentes ao Distrito Federal. Desse modo, pode-se interpretar que a legislação do deputado Wasny prevê que o CCS-DF seja criado unicamente para tratar das questões concernentes a esse tipo de veículos. Isto significa que entre as atribuições do Conselho não poderia constar atividades relacionadas a meios de comunicação privados.

Essa análise, na realidade, depende de diferentes interpretações, e ao longo do projeto de lei o deputado dá a entender que o Conselho serviria para debater de uma maneira geral os assuntos ligados à comunicação social. Entretanto, essa consideração é relevante a fim de se observar a proposta do parlamentar sobre este aspecto. Partindo desse pressuposto, nota-se que o foco de todo o Projeto de Lei tende a ser os órgãos de comunicação institucionais vinculados ao Governo.

Dos treze artigos propostos pelo deputado, cinco dizem respeito exclusivamente a esse tipo de veículos, havendo inclusive a separação em dois títulos que tratam de características particulares desses órgãos, como “Do direito a espaços periódicos” e “Do direito de oposição” (ANEXO XI).

Se fosse aprovada conforme se apresenta no Projeto de Lei, provavelmente a legislação poderia ter problemas em regulamentar o Conselho no que diz respeito às políticas públicas regionais para os meios de comunicação como um todo, neles incluídos veículos públicos, privados e estatais. Desse modo, dificilmente o órgão cumpriria as atribuições previstas na Lei Orgânica, ainda que de modo genérico, conforme apresentado anteriormente.

Analisando mais detalhadamente a proposição, nota-se que além do Artigo 261 da Lei Orgânica, o deputado Wasny de Roure também se preocupou em embasar a sua proposta em outros artigos da Lei e também na Constituição Federal, principalmente quando trata das atribuições do Conselho.

Sendo assim, o órgão, de acordo com a proposição, deve zelar pelo cumprimento dos artigos 259 e 262 da legislação distrital e do artigo 221 da

Carta Magna, que dizem respeito respectivamente à promoção da cultura regional e produção independente, à inclusão social para deficientes auditivos em emissoras públicas e aos princípios norteadores das programações das emissoras de rádio e TV.

No que diz respeito aos integrantes do Conselho, o modelo proposto pelo deputado não difere muito das composições observadas em outros estados e municípios (Poder Público, representantes do empresariado e da sociedade civil). Até mesmo a sugestão de maioria numérica para a sociedade civil, embora não tenha sido contemplada na Lei Orgânica, foi resgatada.

De acordo com a proposta de Wasny de Roure, dentre os 14 membros titulares do Conselho Distrital, três deveriam ser indicados pelo governador, um pela Câmara, dois pelas entidades culturais do DF, um por estudantes de Comunicação Social, um por docentes de cursos de Comunicação, um pelos sindicatos de jornalistas e radialistas, dois pelas centrais sindicais do DF, um pela Ordem dos Advogados do Brasil e dois pelas Federações das Indústrias e do Comércio do DF (ANEXO XI). Percebe-se que as empresas de comunicação não foram contempladas nominalmente nessa proposta. No entanto, para resolver essa situação, tal alteração poderia, em tese, ser solicitada pelo setor ainda no momento de sua tramitação. Também essas vagas poderiam ser acordadas com as federações citadas acima.

A sugestão ainda prevê a existência de uma comissão executiva dentro do Conselho, que deveria ser responsável por executar a política estabelecida pelo órgão. Assim como em todas as outras composições analisadas, o mandato dos conselheiros seria de dois anos, havendo a possibilidade de recondução por igual período. Há também a previsão de elaboração pelos membros do Conselho de um regimento interno, que deveria ser elaborado em até três meses após a sua instalação.

Do ponto de vista da pluralidade da composição, ao que tudo indica, a representatividade seria, de acordo com a proposta, formada por meio de indicação, visto que as próprias entidades e sindicatos poderiam apresentar as suas sugestões de nomes, sem a necessidade de eleição ou nomeação do Poder Executivo.

Ponto polêmico na legislação de outros conselhos de comunicação, inclusive o nacional, o prazo para instalação do Conselho deve ser observado atentamente. De acordo com o projeto de Lei, o Poder Executivo teria 90 dias para instalar o órgão depois de publicada a norma.

Também outras legislações determinaram um período limite para que o Conselho fosse instalado. Contudo, acabaram não sendo cumpridas. Tal exigência mostra-se essencial para que a Lei não perca força e possa realmente ser implementada. No entanto, esse prazo deve ser analisado levando em conta os fatores circunstanciais de implantação do órgão, principalmente porque a vinculação do Conselho de Comunicação Social do DF seria com o Poder Executivo, e não com a Câmara Legislativa, que está debatendo a proposta.

Faz-se necessário um acordo proporcionado após amplo debate, a fim de que o Executivo tenha condições estruturais e políticas para fazer cumprir a legislação e instalar o órgão. Além disso, a simples determinação da data para o cumprimento da legislação, sem avaliar o prazo para a sua correta estruturação, inclusive no que diz respeito ao tempo de as entidades indicarem seus representantes, não demonstra ser o modo mais prático de se resolver os problemas da inexistência do órgão.

Cinco artigos trataram especificamente dos veículos de comunicação pertencentes direta ou indiretamente ao Poder Público (ANEXO XI). O objetivo do legislador foi garantir a independência editorial desses veículos. Por este motivo, dedicou partes da Lei a dois tópicos especificamente: o direito a espaços periódicos e o direito à oposição.

No primeiro, procurou garantir que diversas entidades, como partidos políticos e organizações sindicais, tenham espaço na programação de emissoras e demais veículos pertencentes ao DF. A determinação é de que a imprensa escrita reserve vinte páginas mensais para isso, e a radiodifusão, cinco horas semanais:

Projeto de Lei 401/2011
Deputado Wasny de Roure
Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito
Federal, e dá outras providências

Art. 4º Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais, comunitárias, culturais e movimentos populares, terão direito a espaço periódico e gratuito nos órgãos de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal, de acordo com sua representatividade e critérios definidos pelo Conselho de Comunicação Social e por esta Lei.

Art. 5º Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Governo do Distrito Federal dedicarão espaços à divulgação prevista no art. 4º desta Lei, sendo, no mínimo:

I – 20 (vinte) páginas mensais, quando se tratar de meio impresso;

II – 05 (cinco) horas semanais, quando se tratar serviço de radiodifusão (DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa, 2011).

Já no direito à oposição, a proposta de Wasny de Roure procurou deixar claro que os partidos políticos que não fazem parte do Governo deveriam possuir o mesmo espaço que os demais na programação dos veículos. Além disso, a esses partidos também foi garantido o direito de resposta a declarações políticas do Governo, nos mesmos órgãos e espaço:

Projeto de Lei 401/2011
Deputado Wasny de Roure
Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito
Federal, e dá outras providências

Art. 7º Os partidos políticos representados na Câmara Legislativa e que não façam parte do Governo, assim compreendidos aqueles que não possuem nenhum filiado em cargo de confiança no 1º e 2º escalões, terão, nos termos desta Lei, direito a:

I – ocupar espaços nas publicações pertencentes a entidades públicas ou delas dependentes, nas mesmas condições dos demais partidos, na forma dos arts. 4º e 5º desta Lei;

II – responder, nos mesmos órgãos e no mesmo espaço, às declarações políticas do Governo [...] (DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa, 2011).

Desta vez, no entanto, a proposição não esclarece se esses direitos à oposição também deveriam ser levados em conta em veículos privados ou não. De todo modo, a preocupação do deputado parte do ponto de vista da

pluralidade de opiniões nos meios de comunicação, evitando que as perspectivas e visões de apenas um partido ou do Governo sejam o único objeto de veiculação na mídia. Se fosse válida apenas para veículos estatais e públicos, a norma pretenderia evitar que tais órgãos não estivessem subordinados editorialmente subordinados aos governantes.

É necessária, portanto, uma definição mais esclarecedora no Projeto nesse sentido, a fim de que o Conselho de Comunicação do DF possa atuar de acordo com as normas legais, seja acompanhando esse tipo de pluralidade em todo tipo de veículos, seja acompanhando e fiscalizando os veículos estatais, se assim permitir a legislação.

Já as atribuições do Conselho estão discriminadas de modo mais completo no terceiro artigo do Projeto de Lei 401/2011, conforme será especificado abaixo. Ao todo, nove tópicos detalham as principais competências do órgão e tratam do cumprimento de outras determinações, como a livre manifestação da opinião e a aprovação de uma política de comunicação social.

Até esse ponto, portanto, as funções correspondem às obrigações observadas no projeto de lei do deputado Wasny de Roure, que se encontram também comumente em outros exemplos de legislações que regulamentam as atividades dos conselhos de comunicação.

No entanto, ao analisar as demais tarefas do órgão, são encontradas competências de natureza punitiva e deliberativa, havendo inclusive a correlação com essas determinações e o poder Executivo. Desse modo, mais uma vez há o entendimento de que o legislador estaria tratando exclusivamente de veículos de propriedade estatal ou pública.

Projeto de Lei 401/2011
Deputado Wasny de Roure
Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito
Federal, e dá outras providências

Art. 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social, entre outras estabelecidas em seu regimento e nesta Lei:

I – zelar pelo cumprimento dos princípios constantes no art. 221 da Constituição Federal e artigos 259, 261 e 262 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

II – assegurar a livre manifestação das diferentes correntes de opinião;
III – assegurar a política de comunicação social;
IV – fiscalizar a implementação da política distrital de comunicação social, objetivando sua integração às demais políticas públicas;
V – cadastrar as entidades referidas no art. 4º desta Lei [partidos políticos e entidades sindicais, profissionais, comunitárias];
VI - decidir, quando os princípios constitucionais e os desta Lei não estiverem sendo observados, as correções e as medidas necessárias, inclusive requerendo a substituição dos responsáveis pela continuidade dos procedimentos atentatórios;
VII – recomendar às direções dos órgãos de comunicação social o cumprimento de suas deliberações;
VIII – recomendar ao Governador do Distrito Federal a substituição de diretores dos referidos órgãos quando houver desrespeito a suas deliberações;
IX – eleger uma Comissão Executiva para o fiel desenvolvimento de suas atribuições legais e constitucionais (DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa, 2011).

Sendo assim, nota-se que, para contemplar de fato toda a política de comunicação social, é necessário que o Projeto de Lei diferencie as competências do órgão ao se deparar com ilegalidades no âmbito privado e no âmbito público. Se mantida assim, a proposição poderia trazer interpretações errôneas do que se pretende determinar ao dizer, por exemplo, que o Conselho Distrital deve recomendar a substituição de diretores dos veículos.

Além desses pontos, a proposta do deputado demonstra também uma tentativa de regulamentar alguns princípios da comunicação sem, para isso, utilizar as atribuições do Conselho Distrital. Pelo que se pode observar no artigo descrito abaixo, as determinações são feitas a todos os meios de comunicação, sendo que não fica claro quais seriam as atuações do Conselho para o cumprimento de tais exigências.

Projeto de Lei 401/2011
Deputado Wasny de Roure
Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito
Federa, e dá outras providências

Art. 8º Na produção e veiculação de material jornalístico, os veículos de comunicação social observarão a pluralidade de versões em

matéria controversa, ouvindo as partes envolvidas em polêmica sobre os fatos da atualidade e interesse público.

Parágrafo único. A parte que tiver relevante envolvimento em fatos noticiados e se sentir prejudicada com a omissão, poderá requerer ao veículo o imediato registro de sua posição (DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa, 2011).

É revelador o fato de que o órgão responsável por receber reclamação é o próprio veículo de comunicação, e não o Conselho, já que o Projeto de Lei trata do mesmo e esta poderia ser uma de suas funções.

Por fim, apesar de o Poder Executivo possuir a prerrogativa de regulamentar a lei em até dois meses após a sua publicação, por meio de algum decreto que detalhe as atribuições do Conselho, a alteração dessas funções poderia ser feita por meio do próprio Projeto de Lei 401/2011, já que ele ainda se encontra em tramitação e, assim, seria fruto de um debate mais aberto com a sociedade e a Câmara Distrital.

Após a análise dessa sugestão, que, conforme foi dito, carece de mais detalhes e esclarecimentos em alguns pontos, como por exemplo os limites de atuação do CCS-DF em veículos públicos e privados, serão contextualizadas no próximo tópico as perspectivas atuais de implantação do órgão, no momento em que se prepara para a realização do I Seminário de Comunicação Pública do DF.

Tais considerações, no entanto, não pretendem esgotar as discussões que estão sendo feitas no momento acerca do tema, já que o período analisado por esta pesquisa não inclui a data do seminário e não detalhou todas as nuances das mobilizações atuais em prol da criação do Conselho, já que o foco priorizado foram as sugestões e debates realizados na época da Lei Orgânica de 1993 e o Projeto de Lei que trata do assunto.

4.2 Perspectivas atuais

A criação do Conselho de Comunicação Social do DF voltou a ser articulada entre o Poder Executivo e a sociedade em 2010. De acordo com a “Carta dos movimentos que lutam pela democratização da comunicação”³⁴, enviada ao Governo do Distrito Federal após os debates ocorridos na Conferência Distrital de Comunicação em 2009³⁵ e a posse do Governador Agnelo Queiroz em 2011, começou a ser idealizada a realização de um evento para discutir o tema:

Após a posse do governador, ocorreu a criação da Secretaria de Comunicação e da Secretaria de Publicidade, uma iniciativa distinta de outros tantos governos populares, que trouxe o desafio de um diálogo maior da sociedade civil com as duas pastas [...]. Assim, os movimentos sociais iniciaram um diálogo com a nova Secretária de Comunicação, Samantha Sallum, para a criação de um Seminário de Políticas Públicas de Comunicação com a participação das diversas áreas do governo e da sociedade civil (MORAES, 2012).

Nesse sentido, em 2011 foi criado o Movimento Pró-Conselho de Comunicação Social do DF (MPC), iniciativa da sociedade civil que busca pressionar o Governo do Distrito Federal e os deputados distritais para a criação do órgão, mediante a regulamentação do art. 261 da Lei Orgânica. Um de seus primeiros objetivos foi a elaboração de uma proposta para o CCS-DF, que foi enviada ao Governador Agnelo Queiroz. De acordo com o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, Romário Schettino, em artigo escrito no

³⁴ MORAES, 2012. Disponível em:

<http://camaraempauta.com.br/portal/artigo/ver/id/1841/nome/Carta_dos_movimentos_que_lutam_pela_democratizacao_da_comunicacao_ao_Governo_do_Distrito_Federal/termo/Comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 ago. 2012.

³⁵ Uma das etapas preparatórias para a I Conferência Nacional de Comunicação, a Conferência Distrital de Comunicação ocorreu de 20 a 22 de novembro de 2009 após oito conferências livres e preparatórias ocorridas no DF. Durante o evento, que contou com a participação de cerca de 300 pessoas, foram escolhidos os 23 delegados representantes no DF e aprovadas as propostas prioritárias a serem debatidas na etapa nacional. Disponível em: <<http://proconferenciadf.wordpress.com/tag/conferencia-distrital-de-comunicacao>>. Acesso em: 16 ago.2012.

dia 8 de fevereiro de 2011 para o site do Congresso em Foco³⁶, este seria o momento de instalação do órgão:

Uma primeira tentativa foi feita pelo deputado distrital Wasny de Roure (PT) com o Projeto de Lei 1110/1993. Mas a iniciativa foi arquivada por falta de apoio político. O governador Cristovam Buarque (então no PT) chegou a nomear um Grupo de Trabalho para elaborar o projeto de lei. O GT concluiu o trabalho, a proposta foi enviada à Câmara Legislativa e igualmente foi arquivada. Agora, que temos um novo governo apoiado por forças democráticas e populares, e uma nova Câmara Legislativa, é chegada a hora de instalar o CCSDF. Esse é um instrumento público fundamental para a defesa da comunicação como um direito humano básico. O recém criado Movimento Pró-Conselho de Comunicação Social do DF (MPC) se organiza para apresentar ao governador Agnelo Queiroz, em breve, a sua proposta de conselho. Brasília seria, assim, o primeiro ente da Federação a instalar um Conselho para o bem da democracia e de seus cidadãos. (SCHETTINO, 2011).

Depois de realizada a articulação com a secretaria de Comunicação Social, as entidades interessadas na criação do Conselho e na regulamentação de outros assuntos ligados à comunicação deram início à preparação do I Seminário de Comunicação Pública do DF. Segundo a carta assinada por entidades como os Sindicados dos Radialistas e Jornalistas, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), a data do seminário foi adiada três vezes. No entanto, como no momento de escrita da carta, fevereiro de 2012, o evento estava previsto para ocorrer em junho do mesmo ano, o período de realização do seminário foi remarcado pelo menos mais uma vez³⁷.

Nas semanas que antecederam o evento, algumas entidades da sociedade civil, como o Intervozes, a Abraço, a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), os Sindicados dos Trabalhadores em Telecomunicações, dos Jornalistas e dos Radialistas do DF, o

³⁶ SCHETTINO, Romário. Um Conselho para Agnelo. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/forum/um-conselho-para-agnelo>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

³⁷ MORAES, 2012. Disponível em: <http://camaraempauta.com.br/portal/artigo/ver/id/1841/nome/Carta_dos_movimentos_que_lutam_pela_democratizacao_da_comunicacao_ao_Governo_do_Distrito_Federal/termo/Comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 ago. 2012.

Movimento Negro Unificado, se mobilizaram para apresentarem as suas reivindicações ao Governo do Distrito Federal ainda antes da realização do Seminário. No dia 11 de agosto, representantes dessas entidades se reuniram no auditório do Sindicato dos Jornalistas do DF em uma plenária preparatória que elaboraram algumas sugestões prioritárias a serem apresentadas ao Governador Agnelo Queiroz, dentre elas, a criação do Conselho Distrital (ANEXO XII).

Com relação à natureza do CCS-DF, os signatários da proposta sugerem que este seja:

Proposta de Conselho Distrital de Comunicação

1. Natureza

- Órgão de elaboração, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas de comunicação e da prestação dos serviços de comunicação no Distrito Federal.
- Vinculado ao Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Comunicação
- Caráter deliberativo
- Participação de instituições públicas e da sociedade civil (DISTRITO FEDERAL. Proposta de Conselho Distrital de Comunicação, 2012)

Apesar de vinculado ao Poder Executivo, a proposta é que o Conselho possua caráter deliberativo em suas ações, participando também da fiscalização e avaliação das políticas públicas de comunicação do DF. As atribuições do órgão, de acordo com a sugestão apresentada para ser debatida durante o Seminário, também dizem respeito a uma atuação mais de executar ações do que simplesmente assessorar o Governador.

Proposta de Conselho Distrital de Comunicação

3. Atribuições

- Aprovar a Política Distrital de Comunicação;
- Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Distrital de Comunicação;
- Estabelecer diretrizes para o funcionamento dos veículos públicos de comunicação de âmbito local vinculados à instituições com âmbito de atuação distrital;

- Definir regras para a aplicação de publicidade estatal e fiscalizar o seu cumprimento;
- Construir e acompanhar a execução de programas de fomento voltados aos produtos independentes e veículos públicos, comunitários e livres;
- Fiscalizar a prestação dos serviços de comunicação por parte dos veículos de comunicação do GDF;
- Realizar pesquisas e atividades de reflexão permanente sobre a comunicação realizada no Distrito Federal;
- Estimular a reflexão crítica por parte da população sobre a mídia no Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL. Proposta de Conselho Distrital de Comunicação, 2012).

Embora não esteja explícito, a proposta dessas entidades parece também priorizar funções do Conselho de Comunicação Social do DF vinculadas a empresas públicas de comunicação, já que o acompanhamento da execução de programas voltados a produtos independentes e a fiscalização de serviços prestados por veículos de comunicação são relacionados aos meios de comunicação de caráter público. Além disso, a principal proposta que será apresentada no Seminário pelas entidades é a de criação de uma TV Pública Distrital, demonstrando mais uma vez que o foco das discussões está na comunicação pública e não na regulação das comunicações de um modo geral, incluídos também as empresas privadas. (Anexo XIII).

Assim sendo, apesar dessas carências de esclarecimento quanto aos limites de atuação do Conselho Distrital de Comunicação no âmbito público e privado, as possibilidades de debate sobre o tema ainda estão em aberto, tanto no que diz respeito às propostas das entidades, já que ainda se encontram sendo discutidas nesse período do Seminário e nas articulações atuais, quanto no que se refere à regulamentação do órgão, já que o Projeto de Lei 401/2011 ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa e por seu plenário, o que ainda possibilita a sua alteração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, foi possível detectar inicialmente algumas diferentes práticas regulatórias do campo das comunicações no mundo, comparando-as com o modelo adotado no Brasil. A primeira diferença é que o país não possui uma agência reguladora independente que atue de uma maneira geral em todas as comunicações. Desse modo, foi conceituada a presença de organismos que atuam de modo indireto no Estado a fim de auxiliar os Poderes Executivo e Legislativo na implementação de políticas públicas ligadas à área.

Os conselhos de comunicação social se caracterizam como exemplos desses organismos, já que atuam, por meio de um colegiado, na definição de normatizações para o setor e no acompanhamento da observância das normas legais existentes. Faz-se, assim, necessário, principalmente no Brasil onde várias instâncias atuam na regulação das comunicações, o fortalecimento desses órgãos e a real implementação em níveis regional e nacional, já que o Conselho de Comunicação Social (CCS) ficou desativado durante cinco anos completos e os conselhos municipais e estaduais ainda não são realidade sequer nas legislações.

A primeira observação a ser feita, analisando as normas que instituem os conselhos de comunicação social, inclusive a Lei 8.389/1991, que cria o CCS, é que todos os assuntos que versam sobre a comunicação na Constituição Federal e nas estaduais podem ser objeto de atuação desses órgãos. A Constituição Federal por exemplo, prevê, em seu artigo 224 que o CCS seria instituído para os efeitos dispostos em todo o capítulo. Desse modo, quando da regulamentação dos conselhos, é recomendável que suas atribuições detalhem como eles irão atuar no cumprimento de cada norma prevista sobre o assunto, já que sem essas especificações ficaria difícil para os seus membros desenvolverem políticas em todos os campos da comunicação.

O segundo ponto que necessita ser destacado é a importância dos conselhos regionais. Apesar de haver a prerrogativa do Poder Executivo federal tratar exclusivamente de temas concernentes, por exemplo, a

concessões de outorgas de radiodifusão, a atuação local de conselhos de comunicação municipais e estaduais pode subsidiar com mais propriedade essas escolhas, emitindo pareceres, por exemplo, sobre a programação do conteúdo (a fim de acompanhar se as finalidades educativas, artísticas e culturais e as cotas de produção independente e de programação regional estão sendo cumpridas) e sobre a situação técnico-econômica (com o intuito de detectar possíveis formação de monopólios e oligopólios). Tais estudos poderiam auxiliar as escolhas e decisões do Poder Executivo e do Congresso Nacional no momento de análise das propostas de concessão e de renovação das emissoras de rádio e televisão.

Esclarecidos esses pontos, é necessário percorrer algumas das funções do Conselho de Comunicação Social do DF, analisadas com o objetivo de discriminar as principais funções que deveriam conter na legislação do órgão e posteriormente em seu regimento interno.

Ponto visceral no debate sobre os conselhos de comunicação, o caráter deliberativo poderia condicionar ações concretas por meio de seus membros, para além de atividades passivas executadas meramente quando é feita alguma solicitação por parte do Poder Executivo. Integrado por representantes da sociedade, o Conselho de Comunicação Social do DF poderia atuar efetivamente na garantia de todos os direitos humanos, inclusive a liberdade de expressão e de informação, não tendo assim a passividade que lhe foi conferida com a redação final da Lei Orgânica, por meio da utilização do termo “assessoramento ao Poder Executivo”.

Caso o CCS-DF conte realmente com a participação social e, se em sua composição sejam asseguradas vagas para o Governo do Distrito Federal por meio de suas secretarias de Comunicação e Cultura, conforme previsto no Projeto de Lei nº 401/2011, essa posição inferior e passiva em relação ao Poder Executivo poderá afetar o desenvolvimento de suas atividades, já que seus membros não possuirão autonomia suficiente para proporem e articularem as políticas públicas de comunicação, ficando sempre esperando que alguma solicitação lhes seja feita.

Como se trata de uma norma prevista na Lei Orgânica do DF, no artigo 261, parágrafo único, a simples regulamentação por meio de projeto de lei do Conselho não poderia alterar essa característica. Seria necessário, para isso, uma emenda à Lei Orgânica. Com o retorno dos debates sobre a implantação do Conselho, esta deve ser uma das primeiras discussões a ser feita a fim de descobrir onde se quer chegar. É necessário que os entes que estão participando da elaboração de novas propostas para as atribuições do Conselho decidam inicialmente se ele possuirá funções deliberativas, consultivas, punitivas ou apenas de assessoramento.

O foco desta pesquisa foram as sugestões apresentadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal, na época da elaboração da Lei Orgânica do DF, entre 1991 e 1993. Em especial, foi analisada a proposta de 22 entidades que se organizaram juntamente com o Projeto Pró-Lei Orgânica da Universidade de Brasília e debateram durante cinco meses os assuntos pertinentes à comunicação antes de apresentá-los aos deputados.

Entre todos os modelos estudados, inclusive o que foi elaborado recentemente para ser debatido no I Seminário de Comunicação Pública do DF, esta é a proposta mais concisa e que garante funções efetivas por meio de sua natureza deliberativa e permite atuação proativa dos membros do Conselho, já que cabe aos integrantes o papel de implementar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a política regional de comunicação.

Além disso, não há nenhum item da proposta que restrinja a atuação do órgão quanto a formulação de políticas a veículos de comunicação públicos e estatais, como observado nas outras sugestões. Essa diferenciação seria prejudicial para uma efetiva implementação de políticas públicas de comunicação no DF, já que as atribuições do Conselho ficariam restritas a empresas públicas e não seria possível estabelecer normas e parâmetros globais para uma comunicação nesta unidade federativa.

As propostas para o CCS-DF, portanto, devem incluir em suas atribuições funções que abarquem os veículos privados de comunicação, já que a falta de clareza nesse sentido pode gerar críticas dos representantes desses meios de que a legislação do órgão trata somente de meios públicos e

estatais e que por isso a iniciativa privada não necessite participar das políticas formuladas e executadas pelo Conselho.

Analisando o Projeto de Lei nº 401/2011, do deputado Wasny de Roure, foi possível perceber que ainda há muito a ser feito para que a proposta se identifique com a necessidade de implementação de conselhos como esse, dada a realidade brasileira, que não conta com agências reguladoras independentes e as dificuldades encontradas pelo Estado para regulamentar normas previstas há 14 anos na Constituição Federal e em regular de modo efetivo as comunicações.

A necessidade mais urgente a fim de aprimorar a proposta do deputado é ampliar o campo de atuação do CCS-DF. Uma proposta como essa não pode se transformar em projeto de lei sem que sejam esclarecidas detalhadamente as funções do órgão no que diz respeito aos veículos públicos e também aos privados. Do modo como está, o projeto do deputado Wasny emperrará as ações dos integrantes do Conselho no que diz respeito ao cumprimento de suas atribuições acerca dos veículos de comunicação como um todo.

Apesar de ainda haver a possibilidade de esse esclarecimento ser feito pelo Poder Executivo em regulamentação posterior por meio de decreto, a alteração dessas funções poderia ser mais legítima se feita por meio do próprio Projeto de Lei, já que seria fruto de um processo que pode possibilitar um debate mais aberto com a sociedade, seus representantes e a Câmara Distrital. Afinal, seria mais difícil eliminar essas atribuições de uma lei efetivamente aprovada do que de um decreto editado pelo Governador, já que o próximo Governo poderia alterar este sem maiores problemas.

Por fim, acerca do I Seminário de Comunicação Pública do DF e das propostas para a criação do Conselho, as perspectivas são otimistas do ponto de vista das discussões que podem ser geradas após o evento. No entanto, apesar da articulação com a Secom e o GDF, faz-se necessário que alguns pontos da proposta do CCS-DF sejam aprimorados, como novamente a questão do envolvimento do órgão com todos os setores da comunicação no DF e não apenas os entes públicos e estatais.

A despeito disso, nota-se que a proposta é relevante já que sugere que o Conselho possua caráter deliberativo, participando para isso da fiscalização e avaliação das políticas públicas de comunicação do DF. As atribuições previstas também caminham no sentido de dotar as ações dos conselheiros de obrigações mais proativas, para além do simples assessoramento ao Poder Executivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ivonete Santiago (coord.) et, al. **Projeto Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal. Uma breve Memória 1990-1992**. Decanato de Extensão da Universidade de Brasília. Brasília, UnB: 1993.

ANDI. **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação**
Disponível em: <http://issuu.com/andi_midia/docs/midia_e_ppcom_ppc>.
Acesso em: 02 ago. 2012.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**, 05 de outubro de 1989. Texto atualizado até a Emenda nº 10, de 24 de julho de 2003.

BAHIA. Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995. Altera o inciso XI e a alínea “a” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc08.htm >. Acesso em: 11 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9472.htm. Acesso em: 11 ago.2012.

BRASIL. Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras

providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9472.htm. Acesso em: 11 ago.2012.

BRITO, Judith; PEREIRA, Ricardo Pereira. Relação de Transparência com os leitores. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 2, p. 62-63, jul./ago./set., 2012.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise se documentos: Métodos de recolha e análise de dados**. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Seminário Pós-Confecom**: Uma contribuição ao debate sobre propostas e ações prioritárias. Seminário realizado no dia 1º de julho de 2010 no Plenário Adão Pretto. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CARDIM, George Rodrigues. **Os dilemas no Conselho de Comunicação Social: Espaço de consenso ou arena de interesses?**, Brasília: UnB, 2004.

CARIBÉ, Pedro. Conselho de Comunicação começa a navegar na 2ª reunião. 6 de jul. de 2012. **Blog Vozes Baianas**. Disponível em:
<<http://vozesbaianas.wordpress.com/2012/07/06/conselho-de-comunicacao-comeca-a-navegar-na-2o-reuniao>> Acesso em: 10 ago. 2012

CASSOL, Daniel Barbosa. **A democratização da comunicação no Brasil**: Anotações teóricas e história do movimento, Porto Alegre: 2003, 95f (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Andi, Cortez, 2008 cap. 1, p. 66-80.

CEARÁ. Projeto de Indicação nº 72, de 7 de julho de 2010. Cria o Conselho Estadual de Comunicação Social do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em: < http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2010/pi72_10.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. **Notas taquigráficas da Audiência da Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente**. Brasília, 5 dez. 1991. Caixa 52, p. 95-96.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Parecer sobre Manifesto Técnico do Analista. **Anteprojeto do Título VI – Da Orde Social e Do Meio Ambiente**. Brasília, mar. 1992. Caixa 15, Maço 102.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Proposta deputado Benício Tavares. **Sugestões apresentadas à Comissão de Ordem Social para a Lei Orgânica do Distrito Federal**. Sequencial 3.0.215. Brasília, set. 1991. Caixa 38, Maço 230, p. 119.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Proposta Funcionários da Radiobrás. **Sugestões apresentadas à Comissão de Ordem Social para a Lei Orgânica do Distrito Federal**. Sequencial *ilegível*. Brasília, 13 set. 1991. Caixa 38, Maço 226, p. 122.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Proposta Sindicato dos Radialistas do DF e outros. **Sugestões apresentadas à Comissão de Ordem Social para a Lei Orgânica do Distrito Federal**. Sequencial 3.0.069. Brasília, 12 set. 1991. Caixa 38, Maço 227, p. 75.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Sugestão Viviana Peribanel Gonzales de Araújo. **Projeto Fala Cidadania**. Sequencial 000.625. Brasília, out. 1991. Caixa 63.

DISTRITO FEDERAL. Arquivo da Câmara Legislativa. Sugestão Maria Rita Brandão de Oliveira. **Projeto Fala Cidadania**. Sequencial 002.227. Brasília, out. 1991. Caixa 65.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. Lei Orgânica do DF: Contextualização Histórica, **Cadernos Anais & Memória nº 13**. Brasília: Câmara Legislativa, 2011.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. **Projeto de Lei 401, 2011** (Do Sr. Deputado Wasny de Roure).Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências. Lido pela Assessoria do Plenário no dia 14 jun. 2011.

DISTRITO FEDERAL. Proposta de Conselho Distrital de Comunicação ao Governo do Distrito Federal. Texto baseado na proposta da Conferência Distrital e Nacional de Comunicação e na Carta dos Movimentos Sociais por Políticas de Comunicação no DF. **Plenária preparatória para o Seminário Comunica DF**. 11 ago. 2012.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**, de 8 de julho de 1993. 3 ed. Texto atualizado até a emenda nº 42, de 2005 e as Ações de Inconstitucionalidade impetradas até 20 de outubro de 2005. Brasília: Câmara Legislativa do DF, 2005.

EPCOM, Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação. **14 anos de disputa pela instalação do Conselho de Comunicação Social**, Levantamento concluído em 8/5/2001 e atualizado em 27/10/2001. Porto Alegre: Epcom, 2001.

FENAJ e demais (cerca de 90 entidades). Manifesto em defesa do Conselho de Comunicação Social e da democracia. **Federação Nacional dos Jornalistas**. 25 out. 2010. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3198>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Indicação do Conselho de Comunicação é retrógrada e antidemocrática. Nota oficial, 19 jul. 2012. Disponível em http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=809985. Acesso em: 06 ago. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÂNIA. Decreto Municipal nº 536, de 18 de março de 2002. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Comunicação Social – CMCS, criado pela Lei Orgânica do Município de Goiânia, e dá outras providências.

GOIÂNIA. **Lei Orgânica do Município de Goiânia**, 1990. 5 ed. Texto atualizado até a Emenda à Lei Orgânica nº 48, de 18 de novembro de 2010.

GOIÂNIA, Lei Municipal nº 7.332, de 01 de julho de 1994. Regulamenta o artigo 193 da Lei Orgânica Municipal. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/575970/lei-7332-94-goiania-0>>. Acesso em 14 ago. 2012.

HERZ, Daniel. Uma bomba contra a democracia. **Folha do Trabalhador**. Disponível em <<http://www.danielherz.com.br/node/297>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

KOMATSU, Suely, 2004, **A Criação de um Ambiente Regulatório no Brasil: Mecanismos de controle social e o processo de institucionalização das agências reguladoras federais**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, FGV.

LINS, Bernardo F.E. **Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social**. Brasília: Câmara dos Deputados, Estudo, jan. 2002. Consultoria Legislativa (Conle), Câmara, 2002.

LIMA, Venício Artur. Onde estamos e para onde vamos. **Site Observatório da Imprensa**. 31 out. 2011, edição 666. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_onde_estamos_e_para_onde_vamos>. Acesso em: 13 ago. 2012.

LOPES, Eugênia. Conselho de Comunicação será reativado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,conselho-de-comunicacao-sera-reativado,904949,0.htm>>. Acessado em: 31 de julho de 2012.

MELLO, Marlos. Um presságio histórico da política de comunicação. **Site Observatório da Imprensa**. 10 jul. 2012, edição 702. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view_ed702_um_pressagio_historico_da_politica_de_comunicacao>. Acesso em: 06 ago. 2012.

MENDEL, Toby; SALOMON, Eve. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros**. Comunicação e Informação. Série Debates CI. Nº7 – Fevereiro de 2011. ISSN 2176-34224. Brasília: Unesco, 2011.

MORAES, Simone de. Carta dos Movimentos que lutam pela democratização da comunicação ao Governo do Distrito Federal. **Site Câmara em Pauta**. 10 fev. 2012. Disponível em: <http://camaraempauta.com.br/portal/artigo/ver/id/1841/nome/Carta_dos_movimentos_que_lutam_pela_democratizacao_da_comunicacao_ao_Governo_do_Distrito_Federal/termo/Comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 ago. 2012.

MOTTA, Filipe. Ceará aprova criação de conselho para controlar a mídia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 out. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/817720-ceara-aprova-criacao-de-conselho-para-controlar-a-midia.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2012.

NUNES, Clarissa. Conselhos de Comunicação são ignorados. **Revista Mídia e Democracia**, Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação nº 9, jul. 2009. p.8-9. FNDC, 2009.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. **Comunicação e cidadania**: a contribuição da *Administração Popular de Porto Alegre* para um novo modelo de comunicação política e governamental. Porto Alegre, 2003, 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS.

PERUZZO, Cicilia M.Krohling. Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. XI, nº 3, Eptic, set./dez. 2009.

POMPEU, Carmem. No CE, entidades repudiam Conselho de Comunicação. **Agência Estado**. 22 out. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,no-ce-entidades-repudiam-conselho-de-comunicacao,628529,0.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 9.426, de 08 de maio de 1989. Cria o Conselho de Comunicação e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Olívio Dutra, Prefeito.

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 5/1989. Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, ano XLVI, nº 5. 21 fev. 1991, Seção 1, p.430.

RAMOS, Murilo César. Agências reguladoras: a reconciliação com a política. In: **Encontro de 2004 da Latin America Studies Association** (Lasa). Evento ocorrido entre 7 a 9 de out. 2004. Las Vegas, Nevada: Lasa, 2004.

_____. O ambiente político-regulatório da comunicação social eletrônica brasileira: fragmentação política e dispersão normativa. **Audiência pública da Comissão de Educação do Senado Federal**, proferida no dia 05 de dezembro de 2001. Brasília, Grupo de Pesquisa sobre Políticas e Tecnologias de Comunicação, UnB: 2001.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (orgs.). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**, São Paulo: Paulus, 2007

REBOUÇAS, Edgard; MARTINS, Mariana. Evolução da Regulamentação da Mídia Eletrônica no Brasil. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 5. 31 de maio a 02 de junho de 2007, São Paulo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

RODRIGUES, Leandro Coutinho. **Comunicação como Política Pública no Conselho Municipal de Comunicação no Governo de Goiânia, Gestão Pedro Wilson**. Goiânia, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, UFG, s.d. Disponível em <<http://www.ufg.br/conpeex/2004/pibic/humanas/Leandro.html>>. Acesso em 08 ago. 2012.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas; coletânea**, Brasília, v.1, ENAP, 2006.

SCHETTINO, Romário. Um Conselho para Agnelo. **Congresso em Foco**. 02 fev. 2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/forum/um-conselho-para-agnelo>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

SECOM BAHIA. Secretaria de Comunicação Social, Bahia, 28 mar. 2012. Aprovado Regimento Interno do Conselho de Comunicação da Bahia. **Secretaria de Comunicação Social**, Bahia. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2012/03/28/aprovado-regimento-interno-do-conselho-de-comunicacao-da-bahia>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa em Comunicação e dos Media**. 2ª ed. rev. amp. Porto, Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOARES, Ismar de O. Mas, afinal, o que é educomunicação? Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

TORRES, Tércio R. Tomam posse novos integrantes do Conselho de Comunicação Social. **Agência Senado**, Brasília, 8 ago. 2012. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/08/08/tomam-posse-novos-integrantes-do-conselho-de-comunicacao-social>. Acesso em: 24 ago. 2012.

TRESCA, L. C. **Fala povo. Políticas públicas: os Conselhos Municipais de Comunicação.** São Paulo, 2004, 295f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas, UMESP.

UNESCO; **Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época.** Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Trad.: Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

ANEXOS

ANEXO I – Proposta dos Funcionários da Radiobrásiii

ANEXO II – Projeto “Fala Cidadania” – Sugestãoix

Viviana Peribanel

ANEXO III – Projeto “Fala cidadania” – Sugestãoxii

Maria Rita Brandão

ANEXO IV – Proposta Sindicato dos Radialistasxvi

do DF e outros

ANEXO V – Parecer sobre Manifesto Técnico doxxv

Analista – Anteprojeto do Título VI – Da Ordem

Social e do Meio Ambiente – Lei Orgânica do

Distrito Federal

ANEXO VI – Anteprojeto da Relatora, deputadaxxx

Rose Mary Miranda - Título VI – Da Ordem

Social e do Meio Ambiente – Lei Orgânica do

Distrito Federal

ANEXO VII – Proposta Conselho de Culturaxxxiv

Secretaria da Cultura e Esporte –

ANEXO VIII – Proposta deputado Benício Tavaresxxxviii

ANEXO IX – Relatório Capítulo IV – Daxliii

Comunicação Social – Deputada Rose Mary

Miranda - Título VI – Da Ordem Social e do

Meio Ambiente – Lei Orgânica do

Distrito Federal

ANEXO X – Notas Taquigráficas - Reuniãoxlvi
Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente
– 5 de dezembro de 1991

ANEXO XI – Projeto de lei 401/2011, do sr.li
deputado Wasny de Rouse

ANEXO XII – Proposta de Conselholx
Distrital de Comunicação – Plenária
preparatória para o I Seminário de
Comunicação Pública do DF

ANEXO XIII – TV Pública Distritallxiii
Proposta para Discussão – Plenária
preparatória para o I Seminário de Comunicação
Pública do DF

ANEXO I

Proposta dos Funcionários da Radiobrás



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

11 ETIQUETA

Deputado: Sr. Fernando Naves
PDC

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

2 AUTOR
FUNCIONÁRIOS DA RADIOBRAS

3 PARTIDO
PDC

4 COMISSÃO TEMÁTICA
COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

5 DATA
13/09

6 ASSUNTO
COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

A - A comunicação como bem social a serviço da pessoa humana, e direito fundamental dos cidadãos;

B - Todo cidadão terá direito sem restrição de qualquer natureza, inclusive do estado, a liberdade de opinião e expressão;

C - É atribuição do Estado através dos veículos de comunicação a responsabilidade pela promoção da Cultura Regional e estimular a sua divulgação;

D - Estabelecer um fundo de incentivo à produção cultural do Distrito Federal, com incentivos fiscais para as empresas que apoiarem financeiramente os programas, culturais, artísticas e jornalísticas;

E - Comunicação para Deficientes - Utilização nas emissoras de televisão públicas e nas estatais, de interpretes para deficientes auditivos quando dos noticiários e comunicações oficiais.

F - Diário Oficial e Cultura - O Diário Oficial do Distrito Federal, terá um espaço para divulgação de eventos culturais locais e regionais.

Deputado FERNANDO NAVES - PDC

8 DEPUTADO
59 013 05/10

O TEXTO DEVERÁ SER DATILOGRAFADO

A Comunicação Social na Lei Orgânica do Distrito Federal

Introdução

Muitas entidades da sociedade civil já perceberam que, para se avançar nas lutas por melhores condições de vida em nosso País, há que se discutir e rever o papel da Comunicação Social nesse processo.

Hoje, mais do que nunca, a despeito dos dados que apontam o Brasil como país com um dos maiores e melhores aparatos tecnológicos de Comunicação, pouco se pode dizer sobre uma real contribuição desses meios vinculada a um projeto de superação do atual quadro de crise - pauperização da maioria da população brasileira. No contrário, tais instrumentos têm servido muito mais para valorizar e potencializar o atual estado de oligopolização da Comunicação, o que, sem dúvida, tem favorecido o agravamento do quadro perverso de concentração de renda e poder em nossa sociedade.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, traz, no seu texto, artigos referentes à Comunicação Social, dispostos no Capítulo V do Título VIII da nova Carta. Os avanços ali obtidos, no sentido da democratização do setor - ainda que não de todo satisfatórios - , foram resultado da pressão popular organizada na Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que reuniu mais de 20 entidades representativas da sociedade civil brasileira (sindicatos de trabalhadores, universidades e movimentos populares), além de parlamentares de diferentes partidos políticos.

A presença marcante do movimento social na Constituinte de 88 significou, no que diz respeito à Comunicação, o reconhecimento da fundamental importância da mídia para a realização da democracia e da sua principal consequência concreta - o exercício pleno e cotidiano da cidadania, vivida individual e coletivamente.

Sg. 01/3
05/02

Este primeiro documento pretende reunir elementos para um amplo debate, do mesmo tipo daqueles ocorridos antes e durante o Congresso Nacional Constituinte, agora no nível da unidade federativa; no nosso caso, do Distrito Federal. Ele objetiva subsidiar as entidades representativas de segmentos da população de Brasília (sindicatos, associações comunitárias, organizações de classe diversas) na discussão e apresentação propostas sobre Comunicação aos deputados distritais, quando do início efetivo dos trabalhos visando a elaboração da Lei Orgânica do DF.

Os temas aqui levantados surgiram das discussões iniciais do Grupo de Trabalho da Comunicação Social para a Lei Orgânica, formado por representantes dos sindicatos dos jornalistas, dos radialistas, dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos em Brasília, do Movimento Pró-Participação Popular na Lei Orgânica, e professores da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Esses temas são fruto de reflexões desenvolvidas no âmbito das forças que há muito lutam pelo estabelecimento de políticas democráticas de Comunicação no Brasil, agora adaptadas ao alcance possível da futura Lei Orgânica. Tais reflexões deverão ser, a partir deste momento, enriquecidas pelas experiências e opiniões do povo organizado da capital da República.

TEMAS PARA DEBATE

A. Comunicação e Cidadania : Princípios.

1.ª Comunicação como Bem Social. A Comunicação é um bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais. É direito fundamental dos cidadãos participar efetivamente dos assuntos da Comunicação, como maiores interessados pelos processos, formas e conteúdos da Comunicação Social.

2.ª Direito à Comunicação. Todo cidadão tem direito, sem restrições de qualquer natureza - inclusive do Estado - à liberdade de opinião e expressão, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.

B. Promoção da Cultura Regional

3. Regionalização. Atribuição ao Estado e aos

Sg 013 1
8 05/03

veículos de Comunicação da responsabilidade pela promoção da cultura regional, e estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação. Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme condições a serem estabelecidas na lei.

4. Fundo de Incentivo à Cultura - Estabelecimento de um fundo de incentivo à produção cultural regional. Previsão de incentivos fiscais para as empresas, que comprovadamente apoiarem eventos, programas e outras iniciativas nas áreas cultural, artística e jornalística, de âmbito local e regional, contribuindo assim para a ampliação do mercado e geração de empregos.

C. Conselho Distrital de Comunicação Social

5. Permanência do Conselho - A instituição, na Lei Orgânica do DF, de um Conselho Distrital de Comunicação Social democraticamente constituído - com maioria numérica das representações de entidades populares -, assinalaria importante passo rumo à participação dos vários setores da sociedade brasiliense na discussão, elaboração e implemento de políticas públicas de Comunicação na capital da República. Caberia ao Conselho propor diretrizes e objetivos para a Comunicação Social em Brasília, a serem aprovados pelo Legislativo, que consubstanciassem uma verdadeira política regional de Comunicação. Seria também de responsabilidade do Conselho, uma vez aprovada tal política, o seu estabelecimento, coordenação, supervisão e fiscalização, em todas as áreas previstas.

6. Atribuições Possíveis do Conselho. Poderia igualmente competir ao Conselho Distrital de Comunicação Social:

- Disciplinar o uso, pelos poderes públicos, da mídia estatal para a divulgação de suas atividades;

- Regular o Direito de Antena nos veículos estatais em benefício das entidades da sociedade civil, de maneira a assegurar o acesso e a pluralidade de expressão e opinião a organizações sindicais, profissionais, comunitárias, culturais e ambientais;

- Regular os Conselhos de Programação e de Redação nos veículos estatais, instâncias decisórias democratizadas que garantiriam a independência editorial daqueles meios perante o poder público;

- Definir os critérios para a produção e veiculação

Sg 013 1
05/04

de publicidade oficial nos meios de Comunicação privados (referentes às condições de concorrência, produção e divulgação); em tais critérios, poderá se condicionar a cessão da publicidade oficial ao cumprimento, pela mídia privada, das iniciativas do Conselho aprovadas pelo Poder Legislativo - por exemplo, extensão do Direito de Antena e promoção da cultura regional, entre outras;

- Subsidiar o Conselho de Comunicação federal relativamente aos processos de outorga e/ou renovação de concessões e permissões de radiodifusão em Brasília.

D. Outras Providências no Rumo da Democratização

7. Sistema Público de Radiodifusão. Criação do Sistema Público de Radiodifusão, diverso do privado e do estatal, complementar a esses, sob controle social e gestão democrática, basicamente financiado com recursos públicos, mas com possibilidade de outros aportes financeiros, formado por emissoras de rádio e televisão - especialmente aquelas de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário.

8. Comunicação para Deficientes. Utilização, nas emissoras de televisão públicas e nas estatais, de intérpretes para deficientes auditivos quando dos noticiários e comunicações oficiais.

9. Diário Oficial e Cultura. Destinação, no Diário Oficial do Distrito Federal, de espaço para divulgação de eventos culturais locais e regionais.

10. Educação para a Mídia. O Poder Legislativo do DF, estimulado pelo Conselho Distrital de Comunicação Social e articulado com o Executivo por meio da sua Secretaria de Educação, favoreceria legalmente a inclusão, nos currículos dos diversos níveis do ensino formal em Brasília, de matérias sobre Comunicação Social. O objetivo dessa iniciativa seria proporcionar à população, a partir da infância e adolescência, instrumentos críticos para o melhor aproveitamento das informações jornalísticas, artísticas e culturais veiculadas pelos meios de Comunicação, no sentido de suas reais necessidades.

Sg 013.1
05/05

ANEXO II

Projeto “Fala Cidadania” – Sugestão Viviana Peribanel

Projeto

FALA CIDADANIA

000.625

Fala, Cidadania

A CÂMARA LIGADA NAS SUAS OPINIÕES

Nome: VIVIANA PERIBAVEL GONZALEZ DE ARAUJO

Endereço: S.O.S. 207 - D - ap. 301

Cidade: Brasília CEP: 70.253 Telefone: 244.0055

Profissão: Arquiteta Sexo: ☒ F ☐ M

Local de Nascimento: RO DE JANEIRO Estado: RJ Idade 33 anos

Há quanto tempo mora no Distrito Federal? 15 anos

Na sua opinião, quais são os principais problemas do Distrito Federal?

O crescimento desordenado. O que gera a violência, superpopulação e desemprego; carência dos reservatórios de água; e elevado preço dos imóveis em áreas a serem vendidas.

A qualidade de vida da cidade tem decrescido acentuadamente nos últimos 5 (cinco) anos.

Gracas ao demagogismo do governador (a partir de José Ornellas) a cidade tem perdido sua "redoma" de características político-administrativas conforme concebem o arquiteto Lúcio Costa.

Portanto a migração continua e cada vez mais acentuada motivada pela esperança de famílias mineiras conseguirem seus lotes pelo preço que tem achado a imensa massa populacional das regiões mais carentes do País.

Que soluções você propõe para resolver esses problemas?

- 1) Controle rígido dos loteamentos existentes e futuros restringindo a criação de novos assentamentos, cujo caráter é absolutamente "político-eleitoral".
- 2) Atuar em conjunto com o estado de Goiás, objetivando criar barreiras atenuantes às populações migratórias.
- 3) Divulgar campanha através do rádio (Rádio do Brasil) e televisão sobre a atual situação das famílias migrantes estimulando futuros deslocamentos populacionais.

SEQUENCIAL: 625
NOME : VIVIANA PERIBANEL GONZALES DE ARAUJO
ENDEREÇO : SQS 207 D AP.301
CIDADE : BRASÍLIA
PROFISSÃO : ARQUITETA
LOCAL NASC: CEP: 70253 TELEFONE : 244-0055
MORA NO DF: 15 ANOS SEXO: FEMININO

ASSUNTO : ASSENTAMENTO
POLITICA URBANA
GERAÇÃO DE EMPREGO
POLITICA HABITACIONAL
IMIGRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA
COMUNICAÇÃO DE MASSA

PROBLEMA :
O CRESCIMENTO DESORDENADO, O QUE GERA A VIOLENCIA, SUPERPOPULAÇÃO, DESEMPREGADA; CARÊNCIA DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA; E ELEVADO PREÇO DOS IMÓVEIS EM ÁREAS A SEREM VENDIDAS.
A QUALIDADE DE VIDA DA CIDADE TEM DECRESCIDO ACENTUADAMENTE NESTES ÚLTIMOS CINCO ANOS; GRACAS AO DEMAGOGISMO DOS GOVERNADORES A PARTIR DO JOSE ORNELLAS; A CIDADE TEM PERDIDO SUA "REDOMA" DE CARACTERISTICA POLITICO-ADMINISTRATIVA CONFORME CONCEBEM O ARQUITETO LUCIO COSTA. PORTANTO A MIGRAÇÃO COVARDE E CADA VEZ MAIS ACENTUADA PROVOCADA PELA ESPERANÇA DE FAMILIAS INTEIRAS CONSEQUIREM SEUS LOTES PELO GOVERNO TEM ATRAIDO IMENSA MASSA POPULACIONAL DAS REGIÕES MAIS CARENTES DO PAIS.

CONSEQUIREM

SOLUÇÃO :
- CONTROLE RIGIDO DOS LOTEAMENTOS EXISTENTES E FUTUROS
- RESTITUIR A CRIAÇÃO DE NOVOS ASSENTAMENTOS; CUJO CUNHO É ABSOLUTAMENTE POLITIQUEIRO;
- ATUAR EM CONJUNTO COM O ESTADO DE GOIAS; OBJETIVANDO CRIAR BARREIRAS ATATIVAS AS POPULAÇÕES MIGRATORIAS.
- DIVULGAR CAMPANHA ATRAVES DO RÁDIO, RÁDIO, RÁDIO DO BRASIL E TELEVISÃO SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DAS FAMILIAS MIGRANTES. DESESTIMULANDO FUTUROS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS.

Simone

ANEXO III

Projeto “Fala cidadania” – Sugestão Maria Rita Brandão

8. assegurando a liberdade de emissão, transmissão ou refracção

ou de sons e imagens para emissoras de rádio e de televisão de âmbito local, sem fins lucrativos e de baixa potência, mediante prévia comunicação ao órgão municipal competente".

Não faço parte de nenhuma rádio livre ou TV, no entanto ouço todos os dias os seus programas e gostaria de ajudá-los. Mas compete a vocês, deputados distritais, a melhoria da nossa cultura. Dê a chance aos pequenos artistas a se mostrarem que são PEQUENOS GRANDES ARTISTAS.

O Brasil não é apenas ECONOMIA. É também CULTURA.

Pensem nisto.

Espero que minha opinião seja válida aos olhos ^{seus} ~~seus~~ dos criadores da ~~Lei~~ Lei Orgânica do D.F.

Fala, Criança

A CÂMARA LIGADA NAS SUAS OPINIÕES

Nome: Maria Rita Brandão de Oliveira

Endereço: Av. - Lúcio B. - apto 223

Cidade: Taguatinga CEP: 74000

Telefone: 062-4318

Profissão: Ar. pedagógico Sexo: ☒ F ☐ M

Local de Nascimento: Santana

Estado: PM Idade: 24 anos

Há quanto tempo mora no Distrito Federal? 11 meses

Na sua opinião, quais são os principais problemas do Distrito Federal?

A falta de comunicação das comunidades. O povo precisa conhecer
seus direitos e deveres, e os órgãos do governo precisam ouvir a
voz da população. Os meios de comunicação são muito importantes e muitos deles
não têm chance de serem usados. O município de Taguatinga precisa
criar meios que permitam que a população se manifeste, seja por
meio de cartas, de rádio, de jornal, de revista e outros meios
de comunicação.

A comunicação é fundamental para a realização, integração
e a socialização da população.

Inclusão de meios mais de comunicação, como revistas, jornais,
cartões, notícias, etc., para informar a população. Os meios de
comunicação são muito importantes e muitos deles não têm chance
de serem usados. O município de Taguatinga precisa criar meios
que permitam que a população se manifeste, seja por meio de cartas,
de rádio, de jornal, de revista e outros meios de comunicação.

Políticas e programas sociais que possam ajudar a população
em geral, e em especial, a população de baixa renda, para melhorar
sua qualidade de vida, e o plano de ensino precisa ser
mais em consonância com a realidade.

Que soluções você propõe para resolver esses problemas?

Quanto à liberdade de expressão, é preciso que haja liberdade de
expressão, e que os meios de comunicação sejam usados para
informar a população. O município de Taguatinga precisa criar meios
que permitam que a população se manifeste, seja por meio de cartas,
de rádio, de jornal, de revista e outros meios de comunicação.
Políticas e programas sociais que possam ajudar a população
em geral, e em especial, a população de baixa renda, para melhorar
sua qualidade de vida, e o plano de ensino precisa ser
mais em consonância com a realidade.

É assegurado a liberdade de expressão, transmissão ou comunicação
por meio de ondas eletromagnéticas e por fio, de sons,

SEQUENCIAL: 2227

NOME : MARIA RITA BRANDÃO DE OLIVEIRA.

ENDEREÇO : QNL EL B APT 223

CIDADE : TAGUATINGA

PROFISSÃO : AUX. FOTOGRÁFICO

LOCAL NASC: SANTANA

CEP: 72000

TELEFONE : 562-4312

SEXO: FEMININO

MORA NO DF: 30 ANOS

ASSUNTO : COMUNICAÇÃO

POPULAÇÃO

CULTURA

PROBLEMA :

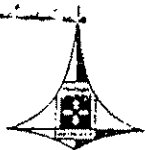
A FALTA DE COMUNICAÇÃO DAS COMUNIDADES. O POVO PRECISA DE VEÍCULOS PARA DEBATES, DENÚNCIAS, E PARA DESENVOLVER OU DEMONSTRAR SUA ARTE, SUA MÚSICA, OS SEUS DONS QUE SÃO OS MAIS VARIADOS E MUITOS DELES NÃO TEM CHANCE DE DIVULGÁ-LOS. PORQUE O MONOPÓLIO DA ALTA SOCIEDADE NÃO PERMITE QUE A POPULAÇÃO DE RENDA MAIS BAIXA FAÇA SEU APELO ATRAVÉS DE RÁDIOS, JORNAIS, REVISTAS E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. A COMUNICAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA A REALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. INFELIZMENTE, OS NOSSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESTÃO VOLTADOS PARA AS GRANDES NOTÍCIAS, NELAS IMPORTANDO APENAS AS NOTÍCIAS E ARTES INTERNACIONAIS E DA ALTA SOCIEDADE, DEIXANDO ASSIM A POPULAÇÃO SUBURBANA, DO INTERIOR E SUAS RAÍZES POSTAS EM SEGUNDO PLANO. OS POLÍTICOS SE PREOCUPAM APENAS COM A ECONOMIA INSTÁVEL DO PAÍS COMO SE OS BRASILEIROS DEPENDESSEM SOMENTE DO DINHEIRO PARA VIVER E DEIXAR SUA CULTURA DE LADO, A 2º PLANO. O BRASIL PRECISA INVESTIR MAIS EM CULTURA, LAZER E ESPORTES.

SOLUÇÃO :

QUE TAL A LIBERAÇÃO DAS RÁDIOS E TVS LIVRES QUE LUTAM INCANSAVELMENTE PELA SUA LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO, CUJO OBJETIVO É DEIXAR QUE SUA COMUNIDADE ~~SE~~ EXPRESSE OS SEUS IDEIAS, PROBLEMAS SEM NENHUM FIM LUCRATIVO? PORQUE O MONOPÓLIO E OLIGOPÓLIO DAS GRANDES EMPRESAS NÃO PERMITEM QUE ESSA CLASSE MAIS BAIXA FALE EM VOZ ALTA O SEU SENTIMENTO? OUÇO SEMPRE PROGRAMAS DE RÁDIO LIVRE E VEJO COMO TÁ BEM A JUVENTUDE E TAMBÉM TODA A COMUNIDADE. PORQUE ELAS LEVAM NOTÍCIAS, ARTES, MÚSICAS PARA O POVO. PRECISAMOS DE UMA LEI QUE AS PROTEJAM. PARA QUE LEVEM A COMUNIDADE A PALAVRA ABERTA, EXPRESSA PELO PRÓPRIO MORADOR. OS LOCUTORES APRESENTADORES E PRODUTORES DE RÁDIOS E TVS LIVRES ESTÃO LUTANDO PELA LEGALIZAÇÃO E LIBERAÇÃO DE SUAS TRANSMISSORAS. POR QUE NÃO DÃO A ELES CHANCE DE AJUDAR A SOCIEDADE EM QUE VIVE? JÁ EXISTE NA CONSTITUIÇÃO UM ARTIGO QUE DÁ A ELES TODO O DIREITO DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA. ARTIGO 50 IX: "É LIVRE A EXPRESSÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO, INDEPENDENTE DE CENSURA OU LICENÇA". "É ASSEGURADA A LIBERDADE DE EMISSÃO, TRANSMISSÃO OU RETRANSMISSÃO, POR MEIO DE ONDAS ELETROMAGNÉTICAS E POR FIO, DE SONS, OU DE SONS E IMAGENS, PARA EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO DE ÂMBITO LOCAL, SEM FINS LUCRATIVOS E DE BAIXA POTÊNCIA, MEDIANTE PRÉVIA COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO MUNICIPAL."

ANEXO IV

Proposta Sindicato dos Radialistas do DF e outros



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

Lei Orgânica - DF
Comissão de Sistematização
= COSMA =

3.0.067

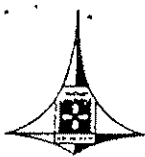
APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

2	AUTOR	3	PARTIDO
SINDICATO DOS RADIALISTAS DO DF E OUTROS			
4	COMISSÃO TEMÁTICA	5	DATA
DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE		12.09.91	
6	ASSUNTO		
PROPOSTA DO CAPÍTULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA A LEI ORGÂNICA DO DF			

7	TEXTO/JUSTIFICAÇÃO
<p style="text-align: center;">"DA COMUNICAÇÃO SOCIAL"</p> <p>Art. 1º - A comunicação é bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais, sendo direito fundamental dos cidadãos participar dos assuntos da comunicação, como maiores interessados pelos processos, formas e conteúdos da comunicação social.</p> <p>Parágrafo único - Todo cidadão tem direito à liberdade de opinião e de expressão, observado o disposto na Constituição Federal, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.</p> <p>Art. 2º - A atuação dos meios de comunicação estatais, ou daqueles direta, indireta ou diversamente vinculados ao Poder Público, caracterizar-se-á pela independência editorial frente aos Poderes constituídos, assegurando a possibilidade de expressão e confronto de diferentes correntes de opinião.</p> <p>§ 1º - A lei disporá sobre a regulamentação dos Conselhos de Programação e de Redação, democraticamente compostos, nos veículos estatais.</p> <p>§ 2º - Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais, comunitárias, culturais, ambientais e de defesa dos direitos humanos e civis, de âmbito distrital, terão direito a espaço periódico e gratuito, na forma da lei, nos veículos referidos no "caput" deste artigo.</p> <p>Art. 3º - É responsabilidade do Estado a promoção da cultura regional, e o estímulo à produção independente que objetive a sua divul-</p>	

8	DEPUTADO	COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO PROTOCOLADO
WASNY DE ROURE	<i>Wasny de Roure</i>	SG n.º 069 / 1991 Fig. n.º 09/01 COSMA

FOLIO SEVEN - QUE DATLOGRAFADO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

ETIQUETA

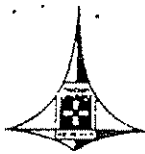
APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

2	AUTOR	3	PARTIDO
4	COMISSÃO TEMÁTICA	5	DATA
6	ASSUNTO		

7	TEXTO/JUSTIFICAÇÃO
<p>gação.</p> <p>§ 1º - A regionalização da produção cultural, artística e jornalística dar-se-á conforme o estabelecido em lei.</p> <p>§ 2º - O Poder Público criará e manterá fundo de incentivo à produção cultural regional, e implementará política de incentivos fiscais beneficiando as pessoas físicas e as jurídicas que comprovadamente apoiarem eventos, programas e outras iniciativas de âmbito local e regional, nas áreas cultural, artística e jornalística.</p> <p>§ 3º - Para os efeitos e no espírito do preceituado neste artigo, a lei instituirá o Centro Regional de Produção em Audio e Vídeo, instalado e mantido com recursos provenientes do fundo mencionado no parágrafo anterior, e de outras fontes.</p> <p>Art. 4º - O órgão competente do Governo do Distrito Federal concederá alvará de funcionamento para emissoras geradoras de sinais de rádio e televisão apenas às empresas que comprovadamente veicularem, em suas programações, programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos no Distrito Federal.</p> <p>Art. 5º - Será criado o Sistema de Radiodifusão Comunitária, sistema público diverso do privado e do estatal, e complementar a esses segundo princípio consagrado pela Constituição Federal, sob controle social e gestão democratizada, formado por emissoras de rádio e televisão de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário.</p> <p>§ Único - O Sistema de Radiodifusão Comunitária será basicamente financiado com recursos públicos, permitidos outros aportes financeiros.</p>	

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO

8	DEPUTADO	9	COSMA
WASNY DE ROURE		08/02	



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR

3 PARTIDO

4 COMISSÃO TEMÁTICA

5 DATA

6 ASSUNTO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 6º - As emissoras de televisão pública e do Poder Público terão intérpretes para deficientes auditivos quando dos noticiários e comunicações oficiais.

Art. 7º - O Poder Público determinará a inclusão, nos currículos dos diferentes níveis da escola pública no Distrito Federal, de matérias sobre educação para a comunicação social.

Art. 8º - Para os efeitos do disposto neste capítulo e em legislação complementar, a lei instituirá o Conselho Distrital de Comunicação Social, órgão deliberativo vinculado ao Poder Executivo.

§ 1º - Na Constituição do Conselho Distrital de Comunicação Social, garantir-se-á maioria numérica para as representações de entidades da sociedade civil, e assentos a órgãos do Poder Executivo, indicados os conselheiros por seus respectivos organismos e sancionados pela Câmara Legislativa.

§ 2º - Caberá ao Conselho Distrital de Comunicação Social:

I - Propor diretrizes e objetivos para a Comunicação Social no Distrito Federal, que consubstanciem uma política regional de comunicação;

II - Implementar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a política referida no inciso anterior, nas áreas previstas, uma vez aprovada pela Câmara Legislativa;

III - Criar mecanismos que estimulem a adesão dos veículos de comunicação privados a diretrizes e objetivos da política aludida no inciso I;

IV - Subsidiar o Conselho de Comunicação Social federal relativamente aos processos de outorga e renovação de concessões e permissões de radiodifusão, e de serviços correlatos, no Distrito Federal.

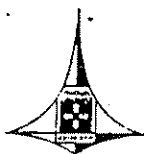
8 DEPUTADO

WASNY DE ROURE

SG n.º 069 / 1991

PROTOCOLO

08/03 COSMA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR

3 PARTIDO

4 COMISSÃO TEMÁTICA

5 DATA

6 ASSUNTO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

§ 3º - Será atribuição específica do Conselho Distrital de Comunicação Social a definição de critérios para a distribuição das verbas publicitárias do Governo do Distrito Federal e de todos os seus órgãos, em empresas públicas e de economia mista e fundações, bem como regular a prestação periódica de contas e a divulgação dos gastos oficiais com publicidade.

Art. 9º - A publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público, ainda que custeada por entidades privadas, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e será realizada de forma a não abusar da confiança do cidadão, não explorar sua inexperiência ou ignorância, e não se beneficiar de sua credulidade.

JUSTIFICAÇÃO

A inscrição de um Capítulo Da Comunicação Social, na Constituição Federal de 1988, foi um marco importante da história contemporânea brasileira, porque, pela primeira vez, a Comunicação atingia a posição de tema estratégico para a vida nacional que ia além das questões da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Mais importante ainda, a Comunicação fora também pela primeira vez objeto de uma ampla discussão pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Assim, neste momento, igualmente histórico, de elaboração da primeira Lei Orgânica do Distrito Federal, a Comunicação Social comparece com sua proposta, respaldada por diferentes entidades da sociedade organizada, depois de mais de cinco meses de discussões por essas e outras organizações sindicais, profissionais e populares, de dentro e fora do campo da Comunicação.

U. P. R. T. O. D. E. F. E. R. A. S. S. E. D. A. T. I. L. O. G. R. A. F. A. D. O.

8 DEPUTADO

WASNY DE ROURE

SG 069 11

08/04



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

ETIQUETA

2. AUTOR _____ 3. PARTIDO _____
4. COMISSÃO TEMÁTICA _____ 5. DATA _____
6. ASSUNTO _____

7. TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

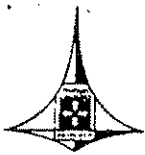
Esta proposta é, pois, em primeiro lugar, fruto direto da participação popular, e é com essa força que ela chega à Câmara Distrital. Em segundo lugar, ela contempla pontos que a fazem democraticamente conter porânea, capaz de dotar o Distrito Federal de um avançado instrumento para amparar a formulação e implementação de verdadeiras políticas públicas de Comunicação Social. Para viabilizar essas políticas, foram previstos, entre outros, mecanismos fundamentais como o mais do que necessário Conselho Distrital de Comunicação Social, órgão deliberativo, vinculado ao poder executivo, mas com maioria de assentos assegurados à sociedade civil; o fundo de incentivo à produção cultural regional; o Centro Regional de Produção em Áudio e Vídeo; e um inédito, e inovador, Sistema Comunitário de Radiodifusão, de caráter público, voltado para as emissoras de rádio e televisão de baixa potência.

Em suma, estamos todos diante da oportunidade histórica de gestarmos, no Distrito Federal, um modelo atual, democrático e participativo de Comunicação Social, nessa época de tantas e tão profundas transformações, em que a Comunicação e a informação tornam-se cada vez mais as forças vitais de mudança nas sociedades.

SINDICATO DOS RADIALISTAS DO DF
SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DF
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
DECANATO DE EXTENSÃO - UnB
PROJETO PRÓ-PARTICIPAÇÃO NA LEI ORGÂNICA DO DF-UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO - UnB
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA EDUCAÇÃO - CNTE
FÓRUM SINDICAL E POPULAR DE PARTICIPAÇÃO NA LEI ORGÂNICA DO DF

8. DEPUTADO _____ WASNY DE ROURE
SG. n.º 069 / 199.1
Fls. n.º 08/05 COSM

o TEXTO DEVERÁ SER DATILOGRAFADO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR

3 PARTIDO

4 COMISSÃO TEMÁTICA

5 DATA

6 ASSUNTO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SINDICATO DOS GRÁFICOS DO DF *João Sobrinho*
SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO DF *Ramiro*
ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE APOIO AO VÍDEO NO MOVIMENTO POPULAR
(ABRAVÍDEO)

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI)
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA CEILÂNDIA NORTE
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT/DF
SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DO DF
ASSOCIAÇÃO DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS
MOVIMENTO PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA LEI ORGÂNICA DO DF
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ECT/DF
MOVIMENTO POPULAR DO ENTORNO (VALPARAÍZO)
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO
CENTRO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO - UnB

Jorge Evelides - prof. UnB/FAC
Luiz A. L. - prof. UnB/FAC
Munira Trofeto Trólei Orgânica/DEX-UnB
João Carlos Fontoura - UNB/FAC
SENAO FEDERAL
CRISTINA SOARES DE ALMEIDA MOTA - SIND. RODOLFO
Patrícia Souza De Marco - SIND. Assistentes - Sobrin
do DF

O TEXTO DEVERÁ SER DATILOGRAFADO

8 DEPUTADO

WASNY DE ROURE *WASNY DE ROURE*

SG 069/1
08/06



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR

3 PARTIDO

4 COMISSÃO TEMÁTICA

5 DATA

6 ASSUNTO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Continuário de S. Medeiros - GRUPO UNIÃO-VARJÃO
ASS. PROF. CEL. NORTE

Jose Rikman da Silva
Romário Valle de Aguiar - SINDICATO JORNALISTAS DF
Moulena Maria de Lamango - DETSPAS-CUT-DF
Romário Schellino - JORNALISTA

Carla M. T. L. V. - Deputado Distrital PCB
Guyecario - GERALDO MAGELA - DEPUTADO DISTRITAL/PT
Caro C. B. L. - SIND. GRAFICOS D.F.
João Justino - SIND. GRAFICOS - DF
Wany de Roux - Dep. Dist. - PT
Alexandre Gomes, Elchardo Rento, Leonardo Formigoni (V.B.)
Marcelo do Socorro Aguiar no Conselho
Marjan Refina Sefundes Salinas - Sind. dos Nutricionistas do DF
Francisco Pereira da Silva - Sind. Radiologistas DF
Lucia Cavenilha - Lida de PT na Câmara Legislativa
JOSE ADEUS DIAS - Odontom. Trezeleus. GAB. 01.

8 DEPUTADO

9 PROTOCOLO

SG N° 069/1991
Fl. n° 08/07 COSMA

O TEXTO DEVE SER DITADO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR

3 PARTIDO

4 COMISSÃO TEMÁTICA

5 DATA

6 ASSUNTO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Recebi as sugestões em 12/9/91. *Adolfo Bole*
Recebi as sugestões que me analisar com muita atenção. *Jose Gualdi*
Dep. Dist. 12/09/91

Recebi as sugestões em 19.09.91. Maria de Lourdes Almeida. PSDB. Dep. Dist.

Recebi as sugestões em 19.09.91. Benício Tavares

Recebi as sugestões e examinei a dúvida. atenciosamente: *Ima*
Dep. Tadeu Picini

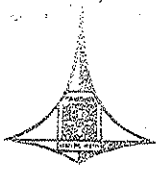
SG 069 1
08/08

O TEXTO DEVERÁ SER DACTILOGRAFADO

8 DEPUTADO

ANEXO V

Parecer sobre Manifesto Técnico do Analista – Anteprojeto do Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente – Lei Orgânica do Distrito Federal



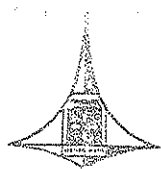
LEI ORGANICA
DO
DISTRITO FEDERAL

(ANTEPROJETO DO TITULO VI)

DA ORDEM SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE

PARECER SOBRE MANIFESTO TECNICO DO ANALISTA

(MARÇO/92)



COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL
(ANTEPROJETO)

CAPITULO IV

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 68. A comunicação é bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais, sendo direito fundamental dos cidadãos participar dos assuntos da comunicação, como maiores interessados pelos processos, formas e conteúdos da comunicação social.

Parágrafo único Todo cidadão tem direito à liberdade de opinião e de expressão, observado o disposto na Constituição Federal, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.

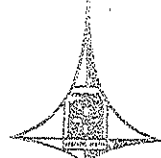
Somos pela sua manutenção por conter princípios que o legislador deseja consagrar e que de maneira alguma colide com os preceitos consagrados pela Constituição Federal no artigo 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV e 220.

Art. 69. A atuação dos meios de comunicação estatais, ou daqueles direta, indireta ou diversamente vinculados ao Poder Público, caracterizar-se-á pela independência editorial frente aos Poderes constituídos, assegurando a possibilidade de expressão e confronto de diferentes correntes de opinião.

Somos pela sua manutenção tendo em vista as justificativas do artigo anterior.

Parágrafo único A lei disporá sobre a regulamentação dos Conselhos de Programação e de Redação, democraticamente compostos, nos veículos estatais.

Somos pela sua supressão do texto uma vez que a norma adotada no trabalho do constituinte orientou que a criação de Conselhos fica mais adequada nas disposições transitória.



Art. 70. É responsabilidade do Poder Público a promoção da cultura regional, e o estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação.

Somos pela sua manutenção amparados no artigo 226, inciso II, da Constituição Federal, quando o texto constitucional determina que a produção e a programação dos veículos de radiodifusão atenda os princípios citados no artigo e inciso referido acima.

Parágrafo Único A regionalização da produção cultural, artística e jornalística dar-se-á conforme o estabelecido em lei.

Somos pela sua supressão porque conforme o artigo 221, inciso III, compete ao legislador federal tratar do assunto, tornando a sua explicitação desnecessária neste texto.

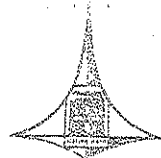
Art. 71. Fica criado o Sistema de Radiodifusão Comunitária, sistema público diverso do privado e do estatal, e complementar a esses, sem fins lucrativos, segundo princípio consagrado pela Constituição Federal, sob controle social e gestão democratizada, formado por emissoras de rádio e televisão de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário.

No artigo 223, caput, a Constituição Federal define de forma clara que "compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão...". Fala, também, no "princípio da complementariedade" dos sistemas privado, Público e estatal.

O artigo em análise ao propor o sistema de radiodifusão comunitária se baseia no princípio da complementariedade. A proposta institui um avanço na democratização dos meios de comunicação e pode ser conseguido através de autorização do Poder Executivo, que independe de apreciação do Congresso Nacional por não se tratar de concessão ou permissão, conforme dispõe o artigo 223 e seus parágrafos.

Entretanto, para adequá-lo ao dispositivo Constitucional propomos a seguinte redação:

"Art. 71 - Fica criado, nos termos da Constituição Federal o Sistema de Radiodifusão Comunitária do Distrito Federal, sistema público diverso do privado e do estatal, e complementar à esses, sem fins lucrativos, segundo princípio consagrado pela Constituição Federal, sob controle social e gestão democratizada, formado por emissoras de rádio e televisão de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário."



Parágrafo Único O Sistema de Radiodifusão Comunitária será basicamente financiado com recursos públicos, permitidos outros aportes financeiros.

Somos pela supressão por se tratar de tema orçamentário e portanto, de competência de outra comissão, não cabendo a sua inclusão neste capítulo.

Art. 72. As emissoras de televisão pertencentes ao Poder Público terão intérpretes ou legendas para deficientes auditivos quando transmitirem noticiários e comunicações oficiais.

Somos pela sua manutenção por entender-mos que ele não contraria a Constituição Federal. O Poder Executivo local com base no artigo 221, inciso IV, pode adaptar os seus noticiários e comunicações oficiais nos veículos sob sua responsabilidade para o atendimento dos deficientes.

Art. 73. O Poder Público determinará a inclusão de matérias sobre educação para a comunicação social nos currículos dos diferentes níveis de ensino na escola pública do Distrito Federal.

Somos pela sua supressão, tendo em vista que a matéria pode ser disciplinada através de Lei Ordinária. Sendo assim, uma vez proposto pelo legislador, o texto ficaria inócuo. Portanto, propomos a sua retirada da Lei Orgânica.

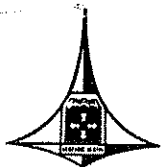
Art. 74. Fica criado o Conselho Distrital de Comunicação Social do Distrito Federal, órgão vinculado ao Poder Executivo, com composição e funcionamento a serem definidos em legislação complementar.

Somos pela retirada, uma vez que a sistemática adotada remetem para as disposições transitórias a criação de Conselhos.

OBS: Como o Constitucionalista propôs a supressão de todos os artigos do presente capítulo alterando a intensão do legislador, inclusive mudando o mérito e a forma, sugerimos que o capítulo da Comunicação Social seja levada para decisão do plenário.

ANEXO VI

**Anteprojeto da Relatora, deputada
Rose Mary Miranda - Título VI – Da Ordem
Social e do Meio Ambiente – Lei Orgânica do
Distrito Federal**



COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LEI ORGÂNICA
DO
DISTRITO FEDERAL

DA ORDEM SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE
(TÍTULO VI)

ANTEPROJETO

RELATORA: DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PTR)



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE**

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
(ANTEPROJETO)**

CAPÍTULO IV

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 68. A comunicação é bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais, sendo direito fundamental dos cidadãos participar dos assuntos da comunicação, como maiores interessados pelos processos, formas e conteúdos da comunicação social.

Parágrafo único Todo cidadão tem direito à liberdade de opinião e de expressão, observado o disposto na Constituição Federal, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.

Art. 69. A atuação dos meios de comunicação estatais, ou daqueles direta, indireta ou diversamente vinculados ao Poder Público, caracterizar-se-à pela independência editorial frente aos Poderes constituídos, assegurando a possibilidade de expressão e confronto de diferentes correntes de opinião.

Parágrafo único A lei disporá sobre a regulamentação dos Conselhos de Programação e de Redação, democraticamente compostos, nos veículos estatais.

Art. 70. É responsabilidade do Poder Público a promoção da cultura regional, e o estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação.

Parágrafo único a regionalização da produção cultural, artística e jornalística dar-se-à conforme o estabelecido em lei.

Art. 71. Fica criado o Sistema de Radiofusão Comunitária, sistema público diverso do privado e do estatal, e complementar à esses, sem fins lucrativos, segundo princípio consagrado pela Constituição Federal, sob controle social e



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
gestão democratizada, formado por emissoras de rádio e televisão de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário.

Parágrafo único O Sistema de Radiofusão Comunitária será basicamente financiado com recursos públicos, permitidos outros aportes financeiros.

Art. 72. As emissoras de televisão pertencentes ao Poder Público terão intérpretes ou legendas para deficientes auditivos quando transmitirem noticiários e comunicações oficiais.

Art. 73. O Poder Público determinará a inclusão de matérias sobre educação para a comunicação social nos currículos dos diferentes níveis de ensino na escola pública do Distrito Federal.

Art. 74. Fica criado o Conselho Distrital de Comunicação Social do Distrito Federal, órgão vinculado ao Poder Executivo, com composição e funcionamento a serem definidos em legislação complementar.

ANEXO VII

Proposta Conselho de Cultura – Secretaria da Cultura e Esporte –

Parágrafo Único - O Plano Diretor do Distrito Federal deverá garantir a proteção do patrimônio artístico, cultural, ambiental e urbano.

Art. - É tombado o conjunto urbano do Plano Piloto de Brasília, conforme a concepção urbana definida na planta em escala 1:20000 e no memorial descritivo e respectivas ilustrações que constituem o Projeto de autoria do arquiteto Lúcio Costa.

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. - A Comunicação é bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais, sendo direito fundamental dos cidadãos participar dos assuntos da comunicação, como maiores interessados pelos processos, formas e conteúdos da comunicação social.

Parágrafo Único - Todo cidadão tem direito à liberdade de opinião e de expressão, observado o disposto na Constituição Federal, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.

Art. - A atuação dos meios de comunicação estatais, ou daqueles direta, indireta ou diversamente vinculados ao poder público, caracterizar-se-á pela independência editorial

frente aos poderes constituídos, assegurando a possibilidade de expressão e confronto de diferentes correntes de opinião.

Art. - É responsabilidade do estado a promoção da cultura regional, e o estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação.

Parágrafo Único - A regionalização da produção cultural, artística e jornalística dar-se-á conforme o estabelecido em lei.

Art. - Será criado o Sistema de Radiodifusão Comunitária, sem fins lucrativos, distinto do privado e do estatal, e complementar a esses segundo princípio consagrado pela Constituição Federal, sob controle social e gestão democratizada, formado por emissoras de rádio e televisão de baixa potência, para uso educativo, cultural e comunitário.

Parágrafo Único - O Sistema de Radiodifusão Comunitária será basicamente financiado com recursos do público, permitidos outros aportes financeiros.

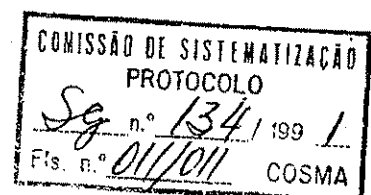
Art. - As emissoras de televisão públicas e do poder público distrital terão intérpretes para deficientes auditivos quando dos noticiários e comunicações oficiais.

Art. - A lei instituirá um Conselho Distrital de Comunicação Social, órgão deliberativo vinculado ao poder executivo.

§ 1º - Na Constituição do Conselho Distrital de Comunicação Social, garantir-se-á maioria numérica para as representações de entidades da sociedade civil, e assentos a instituições do GDF, indicados os conselheiros por seus respectivos organismos e sancionados pela Câmara Legislativa.

§ 2º - Caberá ao Conselho Distrital de Comunicação Social:

- I - Propor diretrizes e objetivos para a Comunicação Social no Distrito Federal, que consubstanciem uma política regional de comunicação;
- II - Implementar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a política referida no inciso anterior, nas áreas previstas, uma vez aprovada pela Câmara Legislativa;
- III - Subsidiar o Conselho de Comunicação Social Federal relativamente aos processos de outorga e renovação de concessões e permissões de radiodifusão, e de serviços correlatos, no D.F..



ANEXO VIII

Proposta deputado Benício Tavares



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

1 ETIQUETA
Lei Organica - DF
Comissao de Sistematizacao
= COSMA =

3.0.215

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

2 AUTOR
Deputado BENÍCIO TAVARES

3 PARTIDO
PDT

4 COMISSÃO TEMÁTICA
DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

5 DATA

6 ASSUNTO
COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. - A comunicação é um bem social a serviço da pessoa humana, da realização integral de suas potencialidades políticas e intelectuais, sendo direito fundamental dos cidadãos participar dos assuntos da comunicação, como maiores interessados pelos processos formas e conteúdo da comunicação social.

Parágrafo Único - Todo cidadão tem direito à liberdade de opinião e de expressão, observado o disposto na Constituição Federal, e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias através dos meios disponíveis.

Art. - O poder público do Distrito Federal incentivará a produção independente que objetive divulgar a cultura do DF.

Art. - O Governo do DF promoverá a criação e instalação do Centro Regional de Produção em áudio e vídeo, garantindo a manutenção com recursos provenientes de Fundo a ser criado especificamente para iniciativas no âmbito da Comunicação Social.

Art. - As manifestações artísticas, educativas, culturais e informativas, bem como a pesquisa e a formação de profissionais de fotografias terão o apoio do poder público na forma de incentivos do Fundo mencionado no artigo anterior que, prioritariamente, serão destinados às entidades já existentes na área fotográfica no DF.

5g. 215 1
03/01

8 DEPUTADO
Benício Tavares

O TEXTO DEVERÁ SER DACTILOGRAFADO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

2	AUTOR	3	PARTIDO
Deputado BENÍCIO TAVARES		PDT	
4	COMISSÃO TEMÁTICA	5	DATA
DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE			
6	ASSUNTO		
COMUNICAÇÃO SOCIAL			

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. - As emissoras de TV públicas e do Poder Público terão intérpretes e ou legendas para deficientes auditivos quando dos noticiários e comunicações oficiais.

Art. - O Poder Público determinará a inclusão, nos currículos dos diferentes níveis da escola pública no Distrito Federal, de matérias sobre educação para a comunicação social.

Art. - Lei complementar disporá sobre a criação do Conselho Distrital de Comunicação Social, instituído pela Câmara Legislativa, com atribuição de coordenar, supervisionar e fiscalizar a política de comunicação social do DF.

Art. - A atuação dos meios de comunicação estatais, ou daquelas direta ou diversamente veiculados ao Poder Público caracterizar-se-à pela independência editorial frente aos Poderes constituídos, assegurando a possibilidade de expressão e confronto de diferentes correntes de opinião.

Art. - A publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo poder público, ainda que custeada por entidades privadas, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social e será realizada nos padrões éticos e morais ditado pelo conselho de auto-regulamentação publicitária.

8 DEPUTADO

Benício Tavares

O TEXTO DEVERÁ SER TIPOGRÁFICO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
LEI ORGÂNICA DO DF

APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES
ANEXO I

1 ETIQUETA

2 AUTOR
Deputado BENÍCIO TAVARES

3 PARTIDO
PDT

4 COMISSÃO TEMÁTICA
DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

5 DATA

6 ASSUNTO
JUSTIFICAÇÃO

7 TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal promulgada em 1988 trouxe inovação no campo das liberdades sociais e de expressão, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais.

A comunicação na sociedade moderna constitui uma das maiores conquistas, pois ela dá ao cidadão a informação sobre o que ocorre neste grupo social e em outros, propiciando a formação de sua opinião.

Estrapolando para o conjunto da sociedade é a comunicação o escopo da opinião pública.

Entretanto, a opinião pública não deverá ser objeto de manipulação de pequenos grupos, seja político-partidário, econômico ou cultural, para tanto é necessário que a sociedade através de mecanismos jurídico-constitucionais e institucionais públicos e privados disponha de todo o controle sobre a difusão e produção de informação.

Este capítulo pretende pontuar a comunicação social de forma que, por ele possa se pautar o conjunto dos envolvidos com a divulgação e a recepção de informações.

Sg 215
03/03

8 DEPUTADO
Benício Tavares

ANEXO IX

Relatório Capítulo IV – Da Comunicação Social – Deputada Rose Mary Miranda - Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente – Lei Orgânica do Distrito Federal

Arquivo 405

cx 15

M 202

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

LEI ORGANICA

DO

DISTRITO FEDERAL

DA ORDEM SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE

(TITULO VI)

RELATORIO

RELATORA: DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PTR)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL (ANTEPROJETO)

CAPÍTULO IV

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO

A Constituição Federal, promulgada em 1988, assumiu um marco histórico e de grande relevância para a convivência democrática da sociedade brasileira ao inscrever em suas páginas o capítulo da comunicação social, trazendo pela primeira vez este tema para o debate nacional. A comunicação social foi além das questões da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

A comunicação nas sociedades modernas constitui-se em uma das maiores conquistas, pois ela dá ao cidadão a informação sobre o que ocorre neste grupo social e em outros, propiciando a formação de opinião.

Desta forma, a relatora não poderia deixar de dar a questão da comunicação social um tratamento adequado e moderno na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, recebendo sugestões de diferentes entidades da sociedade organizada, de forma que o tema viesse a ser apresentado como fruto direto e democrático da participação popular. Daí, a recomendação à equipe de assessores que ajudaram na feitura deste anteprojeto: acatar o máximo possível as propostas de sugestões encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Assim, instrumentos avançados, já consagrados na nossa Carta Magna, são ratificados na Lei Orgânica do DF e de formas efetivas, tais como o Conselho Distrital de Comunicação Social, o Sistema Comunitário de Radiodifusão, os Conselhos de Programação e Redação nas emissoras estatais, além da preocupação com a cultura regional e regionalização das programações. Todo este esforço, acreditamos, contempla as diversas correntes de opiniões, tornando a questão da comunicação social um assunto contemporâneo e moderno.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A seguir informamos sobre o tratamento dispensado às sugestões apresentadas a este capítulo.

Esta relatoria recebeu o total de 16 (dezesesseis) propostas de sugestões protocoladas e encaminhadas pela Comissão de Sistematização da Lei Orgânica do Distrito Federal. Deste total, 13 (treze) propostas foram acatadas, parcialmente ou no mérito, apenas 03 (três) rejeitadas.

- Proposta de Sugestão 3.0.013, de autoria dos Funcionários da Radiobrás e apoiada pelo Deputado Fernando Naves, foi acatada parcialmente.

- Proposta de Sugestão 3.0.036, de autoria da Deputada Maria de Lourdes Abadia, foi contemplada no bojo do anteprojeto deste capítulo.

- Proposta de Sugestão 3.0.069, de autoria do Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal e Outros, apoiada pelo Deputado Wasny de Roure, foi acatada parcialmente.

- Proposta de Sugestão 3.0.101, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, foi rejeitada pelo fato do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação da Propaganda - CONAR ser o responsável pela fiscalização do tema proposto. Além disto, a Constituição Federal em seus artigos 30, IV e 221, IV, tratam adequadamente destes direitos.

- Proposta de Sugestão 3.0.137, de autoria do Deputado José Ornellas, foi contemplada no bojo do anteprojeto deste capítulo.

- Proposta de Sugestão 3.0.152, de autoria do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização e Inspensão do DF, apoiada pelo Deputado Salviano Guimarães, foi rejeitada por tratar de assunto que é competência da União Federal, através do Ministério da Infra-Estrutura (Sec. Nacional de Comunicações e DENTEL).

- Proposta de Sugestão 3.0.160, de autoria do Sr. Oswaldo Gomes, apoiada pelo Deputado Fernando Naves, foi contemplada no bojo do anteprojeto deste capítulo.

- Proposta de Sugestão 3.0.190, de autoria do Conselho de Cultura do Distrito Federal, apoiada pelo Deputado Carlos Alberto, foi acatada parcialmente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Proposta de Sugestão 3.0.192, de autoria do Partido Comunista Brasileiro, apoiada pelo Deputado Carlos Alberto, foi acatada parcialmente.
- Proposta de Sugestão 3.0.207, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, foi contemplada no bojo do anteprojeto deste capítulo.
- Proposta de Sugestão 3.0.215, de autoria do Deputado Benício Tavares, foi acatada parcialmente.
- Proposta de Sugestão 3.0.224, de autoria do Deputado Fernando Naves, foi acatada parcialmente.
- Proposta de Sugestão 3.0.264, de autoria do Deputado Salviano Guimarães foi contemplada no mérito.
- Proposta de Sugestão 3.0.272, de autoria do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização e Inspensão do DF, apoiada pela Deputada Rose Mary Miranda, foi rejeitada. Como se trata de sugestão idêntica à 3.0.152 os motivos da rejeição são os mesmos.
- Proposta de Sugestão 5.0.013, de autoria do Deputado Jonas Vetoracci, foi contemplada no bojo do anteprojeto deste capítulo.
- Proposta de Sugestão 5.0.006, de autoria do Partido dos Trabalhadores, foi acatada parcialmente.

ANEXO X

**Notas Taquigráficas reunião
Comissão de Ordem Social e Meio Ambiente
– 5 de dezembro de 1991**

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

C300148 / ADITIVA

- WASHY DE ROURE (PT / DF)

DÊ-SE AO CAPUT DO ARTIGO 72 A SEGUINTE REDAÇÃO, ACRESCENTANDO-SE PARÁGRAFO ÚNICO:
ARTIGO 72 - FICA CRIADO O CONSELHO DISTRITAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, INTEGRADO PARITARIAMENTE POR REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E DO GOVERNO, CUJO FUNCIONAMENTO SERÁ DEFINIDO EM LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.
PARÁGRAFO ÚNICO - O CONSELHO DISTRITAL DE COMUNICAÇÃO TERÁ FUNÇÃO NORMATIVA, CONSULTIVA, FISCALIZADORA E FORMULADORA DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF.

*** PARECER ***

CONCLUSÃO: PELA PREJUDICIALIDADE

Prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Padre Jonas)- Em discussão. (Pausa)

Com a palavra a Sra. Relatora.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Sr. Presidente, entendemos

que a matéria está prejudicada. Em princípio, a prejudicialidade dada à referida emenda veio em função dessa relatoria ter acatado outro dispositivo nos termos da justificativa do nobre Deputado Jorge Cauhy, autor da proposta, que faz parte desse anteprojeto. O espírito do Constituinte, ao criar o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei, o instituiu apenas como órgão auxiliar no Congresso

Denise 5.12.91 14h40 cosma-52.2

Nacional, para os assuntos de comunicação social. Apesar disso, esta Relatoria entendeu dar^o Conselho Distrital de Comunicação do Distrito Federal um caráter mais efetivo, deixando sua composição e funcionamento para uma lei complementar, dada a alta relevância da matéria e ^a necessidade de amplo debate nesta Casa Legislativa. Nada nos obriga, entretanto, a descermos a detalhes de composição e funcionamento de um conselho tão importante, apressadamente, sem um estudo profundo e analítico, que só em lei complementar é recomendável. Entendemos que essa matéria tem de vir a plenário ^e ser discutida com todos Deputados, por isso, acatamos a emenda do nobre Deputado Jorge Cauhy e prejudicamos esta daqui.

O SR. PRESIDENTE (Padre Jonas) - Em votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada)

Deputado Agnelo ~~Queiroz~~ - Ausente.

Deputado Pedro ~~Selso~~ - "SIM"

Deputada Rose Mary Miranda - "NÃO"

Deputado Padre Jonas - Abstenção.

Deputado Jorge ~~Cauhy~~ - "NÃO".

Denise 5.12.91 14h40 cosma-52.3

O SR. PRESIDENTE (Padre Jonas) - Rejeitado o destaque por 2 votos "nã^o", 1 abstenção e 1 ausência, 1 "sim".

Passamos ao próximo item.

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

0300156 ADITIVA

- WASHINGTON DE ROURE - PT - DF

ACRESCENTE-SE AO ARTIGO 72 O SEGUINTE PARÁGRAFO ÚNICO:
PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DO CONSELHO DISTRITAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL A DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E DE TODOS

OS SEUS ÓRGÃOS, EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES, BEM COMO REGULAR A PRESTAÇÃO PERIÓDICA DE CONTAS E A DIVULGAÇÃO DOS GASTOS OFICIAIS COM PUBLICIDADES.

*** PARECER ***

CONCLUSÃO: PELA PREJUDICIALIDADE

Prejudicada.

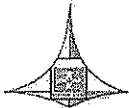
O SR. PRESIDENTE (Padre Jonas) - A matéria está prejudicada.

Próximo item.

(O Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

ANEXO XI

**Projeto de lei 401/2011, do sr.
deputado Wasny de Roure**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure

Assessoria de Planejamento e Distribuição

PL 401 /2011

Em 14, 06, 11
Data 12/09
Assessoria de Planejamento

PROJETO DE LEI Nº

Ao Sotor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Planejamento para análise de admissão e distribuição, observada a Lei 132 do DF.

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

Em 16, 06, 11

Isamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Planejamento

Regulamenta o disposto no artigo 261 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 1º Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal, às fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, direta ou indiretamente, ao controle econômico estatal serão utilizados de modo a salvaguardar sua independência perante o governo distrital e demais poderes públicos, e a assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, cada órgão de comunicação social do Distrito Federal será orientado pelo Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal composto por representantes da Câmara Legislativa, Universidades, órgãos culturais e de educação do DF, bem como da sociedade civil e dos servidores, nos termos dos respectivos estatutos.

Art. 2º O Conselho de Comunicação Social será composto por 14 (quatorze) membros, com mandato de 02 (dois) anos, indicados da seguinte forma:

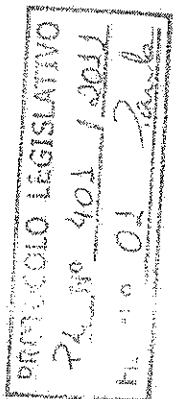
I – 03 (três) membros indicados pelo Governador do DF, sendo 01 (um) da Secretaria de Educação, 1 (um) da Secretaria de Comunicação Social e 1 (um) da Secretaria de Cultura;

II – 01 (um) membro indicado pela Câmara, preferencialmente da Comissão de Assuntos Sociais;

III – 02 (dois) membros indicados de comum acordo pelas entidades culturais do Distrito Federal, devidamente cadastrados na Secretaria de Cultura;

IV – 01 (um) membro indicado pelos estudantes de Comunicação Social das universidades sediadas no Distrito

V. - - 01 (um) membro indicado pelos docentes da área de comunicação social das universidades sediadas no Distrito





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure

VI - 01 (um) membro indicado de comum acordo pelos Sindicatos dos Jornalistas e Radialistas do Distrito Federal;

VII - 02 (dois) membros indicados em comum acordo pelas Centrais Sindicais existentes no DF;

VIII - 01 (um membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Distrito Federal (OAB-DF);

IX - 02 (dois) membros indicados de comum acordo pela Federação das Indústrias do Distrito Federal e da Federação do Comércio do Distrito Federal.

§ 1º - O Conselho de Comunicação Social elegerá uma Comissão Executiva, que será composta por 05 (cinco) de seus membros, com mandato de 01 (um) ano, que sob delegação, terá funções de executar a política estabelecida pelo Conselho, na forma de seu regimento.

§ 2º - O Presidente do Conselho de Comunicação Social será eleito dentre os seus membros e presidirá a Comissão Executiva.

§ 3º É vedada a recondução de qualquer conselheiro por mais de 02 (dois) períodos consecutivos.

§ 4º Ocorrendo vacância de cargos no Conselho, a entidade representada providenciará uma nova indicação para cumprir o período de mandato remanescente.

Art. 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social, entre outras estabelecidas em seu regimento e nesta Lei:

I - zelar pelo cumprimento dos princípios constantes no art. 221 da Constituição Federal e artigos 259, 261 e 262 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

II - assegurar a livre manifestação das diferentes correntes de opinião;

III - aprovar a política de comunicação social;

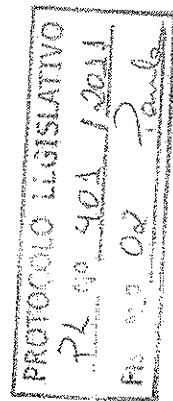
IV - fiscalizar a implementação da política distrital de comunicação social, objetivando sua integração às demais políticas públicas;

V - cadastrar as entidades referidas no art. 4º desta Lei;

VI - decidir, quando os princípios constitucionais e os desta Lei não estiverem sendo observados, as correções e as medidas necessárias, inclusive requerendo a substituição dos responsáveis pela continuidade dos procedimentos atentatórios;

VII - recomendar às direções dos órgãos de comunicação social o cumprimento de suas deliberações;

VIII - recomendar ao Governador do Distrito Federal a substituição de diretores dos referidos órgãos quando houver desrespeito a suas deliberações;





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure

IX – eleger uma Comissão Executiva para o fiel desenvolvimento de suas atribuições legais e constitucionais.

DO DIREITO A ESPAÇOS PERIÓDICOS

Art. 4º Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais, comunitárias, culturais e movimentos populares, terão direito a espaço periódico e gratuito nos órgãos de comunicação social pertencentes ao Distrito Federal, de acordo com sua representatividade e critérios definidos pelo Conselho de Comunicação Social e por esta Lei.

§1º - Para efeito desta Lei, definem-se:

I – como partidos políticos aqueles representados na Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II – como órgão de comunicação social, os serviços públicos de radiodifusão sonora ou de sons e imagens das quais o Distrito Federal seja concessionário, por si ou por ente de administração indireta, bem como os jornais e revistas publicados pela administração direta e indireta.

§2º O direito previsto neste artigo será exercido pelas entidades credenciadas junto ao Conselho de Comunicação Social.

§ 3º Para os fins previstos nesta Lei, os partidos políticos que atendam à definição constante no inciso I deste artigo serão credenciados, de ofício, pela Comissão Executiva do Conselho de Comunicação Social.

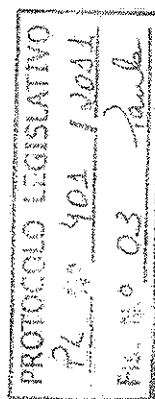
Art. 5º Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Governo do Distrito Federal dedicarão espaços à divulgação prevista no art. 4º desta Lei, sendo, no mínimo:

I – 20 (vinte) páginas mensais, quando se tratar de meio impresso;

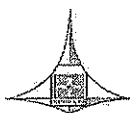
II – 05 (cinco) horas semanais, quando se tratar serviço de radiodifusão.

Art. 6º Os órgãos de comunicação social assegurarão às entidades credenciadas, na forma do parágrafo 2º do art. 4º desta Lei, o devido suporte técnico que possibilite a utilização do espaço concedido.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da utilização dos recursos oferecidos pelos órgãos de comunicação social correrão por conta da entidade beneficiária, podendo o Conselho de Comunicação Social fixar normas de auxílio do Governo do Distrito Federal a entidades que não disponham de recursos suficientes para o exercício do direito previsto nesta Lei.



DO DIREITO DE OPOSIÇÃO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure

Art. 7º Os partidos políticos representados na Câmara Legislativa e que não façam parte do Governo, assim compreendidos aqueles que não possuem nenhum filiado em cargo de confiança no 1º e 2º escalões, terão, nos termos desta Lei, direito a:

I – ocupar espaços nas publicações pertencentes a entidades públicas ou delas dependentes, nas mesmas condições dos demais partidos, na forma dos arts. 4º e 5º desta Lei;

II – ratear, de acordo com sua representatividade, a dimensão dos espaços concedidos ao Governo;

III – responder, nos mesmos órgãos e no mesmo espaço, às declarações políticas do Governo, observadas as seguintes disposições:

- a) dentro de 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, ou de meio impresso de periodicidade diária;
- b) no primeiro número impresso, no caso de periodicidade que não seja diária.

§1º A resposta referida no inciso III deste artigo deverá:

- a) no caso de transmissão de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, ocupar igual tempo de transmissão;
- b) no caso de meio impresso, terá a dimensão igual a do escrito de 25 (vinte e cinco) linhas, com 60 (sessenta) toques, ainda que a manifestação do Governo tenha sido menor.

§2º A Câmara Legislativa regulamentará o disposto no inciso II deste artigo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.

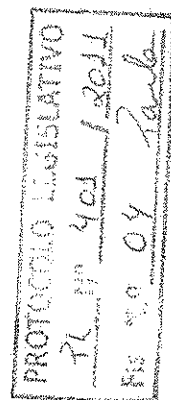
Art. 8º Na produção e veiculação de material jornalístico, os veículos de comunicação social observarão a pluralidade de versões em matéria controversa, ouvindo as partes envolvidas em polêmica sobre os fatos da atualidade e interesse público.

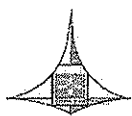
Parágrafo único. A parte que tiver relevante envolvimento em fatos noticiados e se sentir prejudicada com a omissão, poderá requerer ao veículo o imediato registro de sua posição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º O Poder Executivo tem prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalar o Conselho a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 10º O Conselho de Comunicação Social elaborará e votará seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua instalação.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure

Art. 11º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa à reapresentação de proposta anterior protocolada em 06 de outubro de 1993, conforme demonstrativo anexo, para nova tramitação e aprovação.

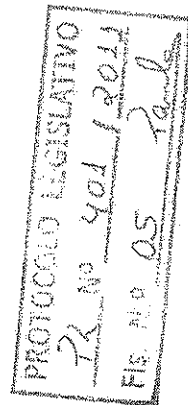
Ressaltamos que o projeto continua gerando expectativa por parte da sociedade do Distrito Federal, e, principalmente, pela comunidade dos comunicadores. Para tanto, a justificação do projeto ora apresentado continua atual e pertinente. *In verbis*:

“A Lei Orgânica do Distrito Federal determina, em seu art. 261, que “O Poder Público manterá o Conselho de Comunicação Social do Distrito Federal, integrado por representantes de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais vinculados ao Poder Executivo, conforme previsto em legislação complementar.”. Por outro lado, há interesse dos sindicatos profissionais ligados à área de comunicação social que este artigo seja regulamentado, dentro da brevidade possível, com resultados positivos para a sociedade do Distrito Federal.”

Ante o exposto, esperamos ser acolhida a presente proposição pelos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, de de 2011.


Deputado WASNY DE ROURE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Legis - Sistema de Informações Legislativas

Data : 09/06/11
Hora : 16:49:04

1

: PL-1110/1993

Situação : Arq. Fim
Legislatura

Localização : Arquivado no arquivo permanente

Leitura : 05/10/93

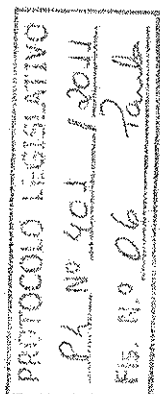
Ementa : REGULAMENTA O DISPOSTO NO ARTIGO 261 DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Indexação : ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, LEI ORGÂNICA ARTIGO 261, CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF.

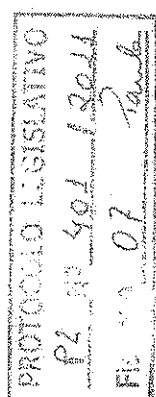
Autoria : WASNY DE ROURE

Historico :

Nº	Data	Unidade	Histórico
41	08/10/03	SPL	ARQUIVADO CONFORME DESPACHO DO SACP.
40	06/10/03	SACP	AO SPL, PARA ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 138 DO REGIMENTO INTERNO/CLDF - PORTARIA Nº 331/03, PUBL. NO DCL DE 26/08/03.
39	02/06/03	ASSP	AO SACP, EM ATENDIMENTO AO MEMO. CIRC. Nº 03/03-DIL/DAC/SACP DE 23/05/2003 PARA CUMPRIMENTO DO ART. 138 DO RI-CLDF.
38	17/04/98	SACP	À ASSP, PARA INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA, COM A TRAMITAÇÃO CONCLUÍDA NAS COMISSÕES.
37	17/04/98	CAS	AO SACP, ANEXADAS FLS. NºS 36 A 38 COM PARECER DO RELATOR, FAVORÁVEL À SUBEMENDA SUPRESSIVA Nº 01 DA CCJ. APROVADO PELA CAS NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 14/04/98.
36	03/04/98	CAS	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO PARA INCLUSÃO EM PAUTA.
35	04/03/98	CAS	DESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR(A). DEP(A). CESAR LACERDA (AVOCADO)
34	05/12/97	SACP	À CAS, PARA ANÁLISE DA SUBEMENDA APRESENTADA PELA CCJ AO SUBSTITUTIVO DESSA COMISSÃO.
33	04/12/97	CEOF	AO SACP, ANEXADAS FLS. Nº 32 A 34 COM PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO E SUBEMENDA, APROVADO PELA CEOF NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 01.12.97.
32	20/11/97	CEOF	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO PARA ENTRAR EM PAUTA.
30	13/06/97	SACP	À CEOF, PARA ANÁLISE DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA CAS E SUBEMENDA APRESENTADA PELA CCJ.
29	05/06/97	CCJ	AO SACP, ANEXADAS FL. 25 A 31, COM PARECER DO RELATOR DEP. PENIEL PACHECO, LIDO PELO DEP. RENATO RAINHA, FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA CAS COM 1 SUBEMENDA, APROVADO PELA CCJ NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04/06/97.
28	17/04/97	CCJ	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO

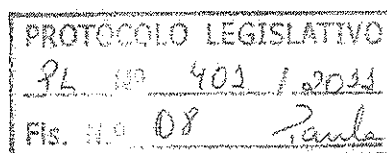


			PARA ENTRAR EM PAUTA.
27	31/03/97	CCJ	REDESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR (A). DEP(A). PENIEL PACHECO.
26	26/09/96	CCJ	REDESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR (A). DEP(A). EURIPEDES CAMARGO.
25	10/09/96	CCJ	A(O) SR(A). DEP(A). MANINHA, PARA ANÁLISE DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELA CAS.
24	09/09/96	SACP	À CCJ, PARA ANÁLISE, DO SUBSTITUTIVO APRESENTADA PELA CAS.
23	09/09/96	CAS	ANEXADA(S) FOLHA(S) N°(S) 15 À 24, COM PARECER DO RELATOR, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO DO RELATOR. LEITURA DO PARECER: DEPUTADO(A) EDIMAR PIRENEUS. APROVADO PELA CAS NA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/09/96. AO SACP.
22	19/08/96	CAS	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO PARA INCLUSÃO EM PAUTA.
21	09/04/96	CAS	DESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR (A). DEP(A). MIQUÉIAS PAZ.
20	09/04/96	CAS	DURANTE O PRAZO REGIMENTAL NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS. (01 A 08/04/96).
19	29/03/96	SACP	À CAS, PARA EXAME E PARECER, PODENDO RECEBER EMENDAS DURANTE O PRAZO DE CINCO SESSÕES, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DCL.
18	25/03/96	CEOF	AO SACP; ANEXADAS FLS. DE N°S. 12, 13 E 14 COM PARECER DO RELATOR, FAVORÁVEL À MATÉRIA. APROVADO PELA CEOF NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 25/03/96.
17	02/02/96	CEOF	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR. PRONTO PARA ENTRAR EM PAUTA.
16	18/08/95	CEOF	DURANTE O PRAZO REGIMENTAL NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
15	21/08/95	CEOF	DESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O SR. (A) DEP. (A) LÚCIA CARVALHO.
14	09/08/95	SACP	À CEOF, PARA EXAME E PARECER, PODENDO RECEBER EMENDAS DURANTE O PRAZO DE 05 (CINCO) SESSÕES, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DCL.
13	08/08/95	CCJ	AO SACP, ANEXADAS FLS. DE N°S 08 A 11 COM PARECER DO RELATOR, FAVORÁVEL À MATÉRIA, APROVADO PELA CCJ. EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07.08.95.
12	24/05/95	CCJ	RECEBIDO DO GABINETE DO RELATOR, PRONTO PARA ENTRAR EM PAUTA.
11	04/04/95	CCJ	REDESIGNO PARA RELATAR A MATÉRIA O(A) SR. (A) DEP. (A) MARIA JOSÉ (MANINHA).
10	02/03/95	SACP	À CCJ PARA DAR CONTINUIDADE À TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA.
9	02/03/95	SPL	ANEXADO CÓPIA DO REQ. 00.052/95, FOLHAS DE N°S 06 E 07, SOLICITANDO DESARQUIVAMENTO DESTES PL NOS TERMOS DO ART. 100, § ÚNICO. ENCAMINHADO AO SACP PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.
			AO SPL, P/ ARQUIVAMENTO, CONFORME



8	20/12/94	SAC	DESPACHO DA MESA DIRETORA, DE ACORDO COM ART. 100 E ART. 13, § I, ALÍNEA 'F' DO RI-CLDF.
7	15/12/94	CCJ	AO SAC ATENDENDO SOLICITAÇÃO DE ARQUIVO.
6	26/10/93	CCJ	DESIGNO P/RELATAR A MATÉRIA O SR. DEP. FERNANDO NAVES.
5	21/10/93	CCJ	DURANTE O PRAZO REGIMENTAL NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
4	06/10/93	SAC	À CCJ PARA EXAME, PODENDO RECEBER EMENDAS DURANTE O PRAZO DE 05 SESSÕES, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DCL.
3	06/10/93	SPL	AO SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PARA CONHECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO.
2	06/10/93	SPL	LEITURA EM 05.10.93. PUBLICAÇÃO AVULSA. À CCJ, CEOF E CAS, PODENDO RECEBER EMENDAS JUNTO À CCJ DURANTE O PRAZO 05 SESSÕES.
1	06/10/93	SPL	ESTE PROCESSO CONTÉM 05 FOLHA(S) NUMERADA(S) E RUBRICADA(S).

Publicações : Não há publicações registradas.
Apensamentos : Não há apensamentos registrados .
Peças Anexas : Não há peças anexadas registradas.
Anexado ao : Não há processos que anexam este .



ANEXO XII

Proposta de Conselho Distrital de Comunicação – Plenária preparatória para o I Seminário de Comunicação Pública do DF

Proposta de Conselho Distrital de Comunicação

1. Natureza

- Órgão de elaboração, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas de comunicação e da prestação dos serviços de comunicação no Distrito Federal
- Vinculado ao Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Comunicação
- Caráter deliberativo
- Participação de instituições públicas e da sociedade civil

2. Objetivos

- Zelar pelo respeito à liberdade de expressão da população;
- Contribuir para que a comunicação seja assegurada como direito dos cidadãos que residem no Distrito Federal e que os serviços relacionados à área cumpram o seu pleno papel de atendimento dos interesses da população;
- Promover a participação social no âmbito das políticas de comunicação;
- Incentivar a diversidade e a pluralidade de expressões, ideias e pontos de vista;
- Acompanhar a promoção da prestação dos serviços de comunicação e atuar para que estes respeitem os preceitos Constitucionais e a legislação referente à área;
- Assegurar que as políticas de comunicação de âmbito distrital atuem no sentido da democratização da informação e da comunicação;
- Fomentar a reflexão permanente sobre a comunicação realizada no Distrito Federal;

3. Atribuições

- Aprovar a Política Distrital de Comunicação;
- Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Distrital de Comunicação;
- Estabelecer diretrizes para o funcionamento dos veículos públicos de comunicação de âmbito local vinculados à Instituições com âmbito de atuação distrital;
- Definir regras para a aplicação de publicidade estatal e fiscalizar o seu cumprimento;
- Construir e acompanhar a execução de programas de fomento voltados aos produtos independentes e veículos públicos, comunitários e livres;
- Fiscalizar a prestação dos serviços de comunicação por parte dos veículos de comunicação do GDF;
- Realizar pesquisas e atividades de reflexão permanente sobre a comunicação realizada no Distrito Federal;
- Estimular a reflexão crítica por parte da população sobre a mídia no Distrito Federal;

4. Composição

- Poder Público - 7
- Casa Civil do DF

- Secretaria de Comunicação do DF
- Secretaria de Publicidade Institucional do DF
- Secretaria de Cultura do DF
- Câmara Legislativa do Distrito Federal - 2
- Ministério Público do DF e Territórios

Empresários - 4

- Representante das emissoras de rádio e TV do DF
- Representante das publicações impressas do DF
- Representante dos jornais de bairro do DF
- Representante das operadoras de telecomunicações do DF

Sociedade civil - 12

- Representante das entidades profissionais de comunicação - 3
- Representante dos veículos comunitários - 2
- Representante dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil - 5
- Representante dos Cursos de Comunicação Social - 2

5. Funcionamento

- Mandato de 2 anos com possibilidade de reeleição
- Eleição nas Conferências Distritais de Comunicação
- Reuniões mensais ordinárias abertas com transmissão pela Internet
- Documentação, como pautas e atas, disponível à sociedade
- Estrutura técnica de no mínimo 10 funcionários (1 secretário-executivo, 2 secretários, 5 assessores técnicos, 2 profissionais para a comunicação)

Criação do Fundo da Comunicação do DF

É fundamental para se concretizar políticas de comunicação inclusivas e democráticas a criação de um fundo público para o fortalecimento de experiências de comunicação popular e para a consolidação de um sistema público efetivo de comunicação no DF. O fundo é essencial para o desenvolvimento um sistema de mídia autônomo e independente no Distrito Federal, como forma de garantir a livre circulação e expressão de idéias em uma sociedade democrática. Este fundo deve incentivar a formação de comunicadores populares, consolidar iniciativas de comunicação comunitária, garantir centrais de comunicação pública, estabelecer redes de produção de informação popular, todas de caráter sem fins lucrativos. Parte do fundo também deve viabilizar a produção independente e regional dentro do sistema público de comunicação do DF, garantindo ampliação da produção de conteúdo dentro da emissora pública e respeitando a pluralidade e diversidade cultural da população e os direitos humanos. Como o existente Fundo de Apoio à Cultura (FAC), este novo fundo deve ser formado por diversas fontes de financiamento, como dotações orçamentárias a partir da Receita Corrente Líquida, pelo percentual gasto com publicidade dentro do GDF, por doações das empresas distritais públicas, por taxas e tributos que incidam sobre a área de telecomunicações e comunicação, por recursos arrecadados através da Torre de TV Digital do DF e por recursos advindos de isenção tributária. O fundo deve também garantir a participação da sociedade civil em sua gestão, sendo coordenado pelo Conselho Distrital de Comunicação.

Texto baseado na proposta da Conferência Distrital e Nacional de Comunicação e na Carta dos Movimentos Sociais por Políticas de Comunicação no DF.

ANEXO XIII

TV Pública Distrital – Proposta para Discussão – Plenária preparatória para o I Seminário de Comunicação Pública do DF

TV PÚBLICA DISTRITAL – PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

1. Modelo Institucional

- A TV Pública Distrital deve ser constituída sob a forma de Fundação, com personalidade jurídica de direito privado e com prazo de duração indeterminado, vinculada à Casa Civil do Governo do Distrito Federal, com sede e foro em Brasília, podendo instalar dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer cidade satélite;
- A Fundação terá por objeto social a manutenção de rádio, televisão e portal, que veicularão conteúdos educativos, artísticos, culturais, científicos e informativos;
- Ela tem como objetivos: (1) o aprimoramento integral da pessoa humana, por meio de sua formação crítica para o exercício da cidadania, valorizando sempre os bens constitutivos da sociedade Brasiliense e da nacionalidade brasileira, (2) a realização da comunicação como um direito humano, (3) a promoção da pluralidade e da diversidade de pontos de vista, ideias e visões sobre os mais diversos assuntos de interesse da sociedade, (4) a valorização da identidade cultural do Distrito Federal.

2. Modelo de gestão

- A Fundação será gerida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, cuja organização, competência, atribuição, normas de funcionamento e demais disposições serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social, observadas as normas legais aplicáveis;
- Na sua composição, a Fundação contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho de Programação;
- O Conselho de Administração, órgão de administração e orientação superior da Fundação, será composto de onze membros, sendo:
 - I - o Presidente da Fundação, como membro nato,
 - II – um representante da Secretaria de Comunicação do Distrito Federal
 - III – um representante da Secretaria de Cultura do Distrito Federal
 - IV – um representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal
 - V – um representante da Casa Civil do Distrito Federal
 - VI - dez membros indicados pelas entidades da sociedade civil organizada, ou na Conferência Distrital de Comunicação ou em processo de escolha a partir de colégio eleitoral formado por entidades atuantes na área de comunicação, cultura, educação e direitos humanos com ação de âmbito distrital;
 - VII - um membro representante dos empregados da Fundação, escolhido na forma do Estatuto.
- O Presidente do Conselho será escolhido pelos membros do Conselho Curador, dentre os conselheiros indicados;
- Todos os membros do Conselho Curador serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Distrital, para mandato de dois anos, não podendo ser reconduzidos por mais de uma vez consecutiva;
- As decisões do Conselho Curador serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate;
- O quorum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.
- A Diretoria Executiva, órgão de direção geral, será composta de um Presidente, e de até sete diretores, sendo 4 (quatro) escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Distrital e 3 (três) indicados pela Sociedade Civil;

- O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle da Fundação, será composto por três membros titulares e igual número de suplentes, escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo um deles representante do Tesouro Distrital, indicado pelo Secretário de Estado da Fazenda, e os demais serão indicados da seguinte forma: um pelo governo de qualquer Secretaria e outro pela Sociedade Civil, também em lista tríplice com livre escolha do Chefe do poder Executivo;

- O Conselho de Programação é o órgão de apoio e assessoramento da Fundação para análise dos programas educativos, artísticos, culturais, científicos e informativos a serem veiculados pela TV Distrital e será composto por 12 (doze) membros com igual número de suplentes assim definidos:

- 3 (três) membros titulares e suplentes do governo assim distribuídos. 1 (um) da Secretaria de Cultura, 1 (um) da Secretaria de Comunicação; 1 (um) da Secretaria de Educação e 1 (um);

- 8 (quatro) membros titulares e Suplentes assim distribuídos. 1 (um) representante da classe artística; 1 (um) representante da classe dos jornalistas; 1 (um) representante da classe dos radialistas, 2 (dois) da das entidades ligadas aos movimentos Sociais da Comunicação, 2 (dois) de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e 1 (um) dos cursos de comunicação.

- A representação da sociedade civil será escolhida pelo mesmo método do Conselho de Administração e deve assegurar a participação de representantes de pelo menos quatro cidades satélites para além do Plano Piloto;

- Os membros do Conselho de Programação serão nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por uma única vez.

3. Financiamento

- O Poder Executivo destinará, anualmente, no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, recursos orçamentários suficientes para funcionamento e manutenção da Fundação.

- A Fundação será custeada com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado;

II - por 80% das verbas do Fundo de Apoio à Comunicação Pública do DF, formado por recursos provenientes de mídia promocional e institucional de todas as Secretarias, Autarquias e empresas públicas no percentual de 20% (vinte) por cento do aplicado em meios comerciais (jornais, rádios, TV, portais e revistas) e por um percentual das rendas auferidas com a exploração dos equipamentos e infraestruturas de radiodifusão e telecomunicações de propriedade do GDF;

III - venda de patrocínio e apoios culturais;

IV - comercialização de produtos e sub-produtos criados a de elementos da programação;

V - licenciamento e prestação de serviços específicos, como produção de vídeos institucionais, tele-informação;

VI - prestação de assessoria específica para áreas correlatas, tais como projeto, instalação e manutenção de emissoras de caráter público;

VII - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VIII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Pública, que, por força de lei ou regulamento, estejam obrigados a dar publicidade à sociedade;

- IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- X - rendimentos de aplicações financeiras que realizar;
- XI - de rendas provenientes de outras fontes.

Temer 01/07/11

4. Regime de exploração e distribuição do sinal

- A TV Pública Distrital será distribuída por meio de um canal analógico a ser solicitado ao Ministério das Comunicações.
- Na plataforma digital, a TV Pública Distrital poderá ser veiculada ou por uma consignação do canal analógico ou por uma das faixas de programação do Canal da Cidadania.
- Na TV por assinatura ele será veiculado por meio de acordo com as operadoras ou por meio de uma das faixas do Canal da Cidadania.

5. Quadro

- O ingresso no quadro de empregos permanentes da Fundação de Radiodifusão será feito por meio de concurso público;
- O regime jurídico do pessoal da Fundação, será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.
- A jornada de trabalho do pessoal integrante dos quadros da Fundação será de 40 (quarenta horas semanais) ressalvada a legislação aplicada à categorias específicas de profissionais.